

ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL - EIA PARCELAMENTO DE SOLO URBANO QUINHÃO 16

Volume III - Tomo 3

Diagnóstico Ambiental do Meio Socioeconômico



Março de 2017

NOTAS:

OC					
OB					
REV.	NATUREZA DA REVISÃO				
	DATA	DIGITADO	ELABORADO	VERIFICADO	APROVADO
					
EMPREENDIMENTO: PARCELAMENTO DE SOLO QUINHÃO 16					
FASE DO EMPREENDIMENTO: ESTUDODE IMPACTO AMBIENTAL -EIA Volume III – Tomo 3. Diagnóstico Ambiental do Meio Socioeconômico					
TÍTULO DO DOCUMENTO:					
NÚMERO DO DOCUMENTO: 03701-320RT- 001				REVISÃO: 00	
R.TÉCNICO Érick Marcel e Silva Viana - Eng. Ambiental, CREA-DF 14.884/D			DATA: MAR / 2017		PÁGINAS: 146

SUMÁRIO

1. 1.....	MEIO SOCIOECONÔMICO	13
1.1 INTRODUÇÃO.....		13
1.1.1 Objetivo.....		13
1.1.2 Materiais e métodos		13
1.2 ÁREA DE INFLUÊNCIA INDIRETA		15
1.2.1 Localização e divisão territorial.....		15
1.2.2 Formação sócio espacial e vetores de expansão da cidade		17
1.2.3 Características da população		21
1.2.4 Características econômicas.....		30
1.2.5 Perfil epidemiológico		32
1.2.6 Infraestrutura urbana do Distrito Federal.....		41
1.2.7 Ocupação urbana irregular no Distrito Federal		50
1.3 ÁREA DE INFLUÊNCIA DIRETA.....		50
1.3.1 Região Administrativa do Jardim Botânico		50
1.3.2 Região Administrativa do Lago Sul (RA-XVI)		82
1.3.3 Região Administrativa de São Sebastião (RA XIV)		109
1.4 ÁREA DO EMPREENDIMENTO		133
1.4.1 Localização e uso e ocupação do solo.....		133
1.4.2 Histórico local.....		137
1.4.3 Infraestrutura local		138
1.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....		143
1.6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS		145

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1.1: Divisão Territorial e Administrativa do Distrito Federal	16
Tabela 1.2: População estimada e indicadores demográficos. Distrito Federal – 2007-2014.	28
Tabela 1.3: Ranking das causas de mortalidade geral no Distrito Federal.....	29
Tabela 1.4: Vinte doenças Infecciosas ou transmissíveis em 2013 com maiores números de casos no DF.	33
Tabela 1.5: Número de casos de notificação compulsória de algumas doenças infecciosas e transmissíveis, segundo as Regiões Administrativas.	34
Tabela 1.6: Número de casos de notificação compulsória de algumas doenças infecciosas e transmissíveis, segundo as Regiões Administrativas (Cont.). Destaque para as RAs.	36
Tabela 1.7: Número de casos de notificação compulsória de algumas doenças infecciosas e transmissíveis, segundo as Regiões Administrativas (Cont.). Destaque para a AID.....	38
Tabela 1.8 - Quantitativo de uso do solo na All.	47
Tabela 1.9: Distribuição de frequências Cor ou Raça – Jardim Botânico.	53
Tabela 1.10: População ocupada segundo a posição na ocupação.	56
Tabela 1.11: Região Administrativa de trabalho da população ocupada.....	58
Tabela 1.12: Demonstrativo de valores de renda mensal per capita e domiciliar.	58
Tabela 1.13: Domicílios ocupados segundo a posse de documento do imóvel.	62
Tabela 1.14: Domicílios ocupados segundo o material de cobertura.	63
Tabela 1.15: Infraestrutura urbana – percentuais de atendimento – e coleta de lixo.	64
Tabela 1.16: Abastecimento de água e esgotamento.....	64
Tabela 1.17: Domicílios ocupados segundo o tipo de serviço de comunicação utilizado.....	65
Tabela 1.18: As vias de acesso que ligam diferentes localidades do DF ao Jardim Botânico são:	66
Tabela 1.19: Domicílios ocupados segundo a condição de posse de veículo no Jardim Botânico.....	69
Tabela 1.20: Principais ocorrências registradas no Distrito Federal e na RA do Jardim Botânico.	72
Tabela 1.21 - Quantitativo de uso do solo no Jardim Botânico.	78
Tabela 1.22: População segundo os grupos de idade – RA do Lago Sul- DF	83
Tabela 1.23: Demonstrativo de valores de renda mensal per capita e domiciliar.	86
Tabela 1.24: Domicílios ocupados segundo o tipo de serviço de comunicação utilizado.....	91
Tabela 1.25: As vias de acesso que ligam diferentes localidades do DF ao Lago Sul são:.....	92
Tabela 1.26: Domicílios ocupados segundo a condição de posse de veículo no Jardim Botânico.....	94
Tabela 1.27: Características do Transporte Público do DF.....	94

Tabela 1.28: Principais ocorrências registradas no Distrito Federal por RA das áreas de Influência no período de 2013 a 2014.	99
Tabela 1.29 - Quantitativo de uso do solo no Lago Sul.	108
Tabela 1.30: População segundo os grupos de idade - RA de São Sebastião.	110
Tabela 1.31: Demonstrativo de valores de renda mensal per capita e domiciliar.	114
Tabela 1.32: Domicílios ocupados segundo o tipo de serviço de comunicação utilizado.	117
Tabela 1.33: Características do Transporte Público do DF.	118
Tabela 1.34: Linhas e Itinerário.	119
Tabela 1.35 - Quantitativo de uso do solo em São Sebastião.	132
Tabela 1.36 - Quantitativo de cobertura florestal na área do empreendimento.	135

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1.1: Divisão territorial e administrativa do DF: Regiões Administrativas (RA's).....	16
Figura 1.2: Naturalidade da população do DF por Região do Brasil.....	21
Figura 1.3: Distribuição de faixas etárias da população do Distrito Federal.	22
Figura 1.4: Porcentagem das faixas de escolaridade da população.....	23
Figura 1.5: Trabalho remunerado e desemprego segundo as Regiões Administrativas.	24
Figura 1.6: - População, ocupada por setor de atividade remunerada, segundo as Regiões Administrativas.	26
Figura 1.7: - Renda Per Capita Média Mensal e Gini, segundo as Regiões Administrativas.	27
Figura 1.8: Posse de automóveis por Unidade da Federação.	44
Figura 1.9: Percentual de trabalhadores com tempo de percurso casa-trabalho superior a 60 minutos.	45
Figura 1.10: Uso do Solo na All.	46
Figura 1.11: Assentamentos rurais e comunidades quilombolas.	47
Figura 1.12: Área de interesse cultural.	49
Figura 1.13: Projeção populacional da região do empreendimento.....	52
Figura 1.14: População de acordo com o gênero.....	53
Figura 1.15: Distribuição de faixas etárias da população do Jardim Botânico.	54
Figura 1.16: Porcentagem das faixas de escolaridade da população.....	55
Figura 1.17: População do Jardim Botânico segundo a situação de atividade.	56
Figura 1.18: População ocupada segundo atividade remunerada.....	57
Figura 1.19: Distribuição dos domicílios ocupados segundo as classes de renda domiciliar declarada.	59
Figura 1.20: Percentual de homens e mulheres chefes de família.	59
Figura 1.21: Naturalidade da população por Região do Brasil.....	60
Figura 1.22: População imigrante e ano de chegada ao Distrito Federal.	61
Figura 1.23: Situação de propriedade dos domicílios.	62
Figura 1.24: Área construída dos Domicílios do Jardim Botânico.	63
Figura 1.25: Sistema Viário.....	67
Figura 1.26: Uso do Solo no Jardim Botânico.....	78
Figura 1.27: Parques e unidades de Conservação no Jardim Botânico.....	79
Figura 1.28: Distribuição de faixas etárias da população do Lago Sul.....	84
Figura 1.29: População de acordo com o gênero.....	84
Figura 1.30: Porcentagem das faixas de escolaridade da população.....	85

Figura 1.31: População do Lago Sul segundo a situação de atividade.	86
Figura 1.32: Nível de abastecimento de água por Região Administrativa.	89
Figura 1.33: Índice de Coleta de Esgoto por Região Administrativa.	90
Figura 1.34: Sistema Viário.....	91
Figura 1.35: Uso do Solo no Lago Sul.	107
Figura 1.36: Parques e unidades de Conservação no Lago Sul.	108
Figura 1.37: População dos chefes de domicílios de acordo com o gênero.	110
Figura 1.38: Distribuição de faixas etárias da população do Lago Sul.....	111
Figura 1.39: População segundo nível de escolaridade – São Sebastião.	112
Figura 1.40: População do Lago Sul segundo a situação de atividade.	113
Figura 1.41: População ocupada segundo atividade remunerada.....	113
Figura 1.42: Nível de abastecimento de água por Região Administrativa.	115
Figura 1.43: Índice de Coleta de Esgoto por Região Administrativa.	116
Figura 1.44: Sistema Viário.....	117
Figura 1.45: Uso do Solo em São Sebastião.	131
Figura 1.46: Parques e unidades de Conservação em São Sebastião.	132
Figura 1.47: Localização do empreendimento em estudo.....	133
Figura 1.48: Localização da área e classificação em relação ao PDOT (2012).....	134
Figura 1.49: Cobertura florestal do empreendimento em estudo e área de entorno.....	135
Figura 1.50: Plano de Ocupação do empreendimento.	141

ÍNDICE DE FOTOS

Foto 1.1: Fotografias antigas da construção de Brasília.....	18
Foto 1.2: Fotografias antigas da construção de Brasília.....	18
Foto 1.3: Operários (Candangos) trabalhando na construção de Brasília.	19
Foto 1.4: Operários (Candangos) trabalhando na construção de Brasília.	19
Foto 1.5: Visão do início da estrada do sol. Data: 06/10/2016. UTM Zona 23 L 197787 m E 8243332m N. Azimute: 226°	66
Foto 1.6: Parada de ônibus na estrada do sol. Data: 06/10/2016. UTM Zona 23 L 203650 m E 8243408m N. Azimute: 207°	66
Foto 1.7: Rede de águas pluviais na estrada do sol . Data: 06/10/2016. UTM Zona 23 L 201177 m E 8243861 m N. Azimute: 316°	66
Foto 1.8: Ponto de ônibus no Jardins Mangueiral. 06/12/2016. UTM Zona 23 L 199265 m E 8241047m N. Azimute: 290°	66
Foto 1.9: Visão da DF-001 . Data: 06/10/2016. UTM Zona 23 L 198394 m E 8245594m N. Azimute: 210°	67
Foto 1.10: Visão da DF-001 . Data: 06/10/2016. UTM Zona 23 L 199604 m E 8247252m N. Azimute: 045°	67
Foto 1.11: Visão da DF-001. Data: 06/10/2016. UTM Zona 23 L 199264 m E 8241048 m N. Azimute: 049°	68
Foto 1.12: Visão da DF-463 no Jardins Mangueiral. 06/10/2016. UTM Zona 23 L 198745 m E 8241698 m N. Azimute: 255°	68
Foto 1.13: Estacionamento desordenado às margens da DF-001. Data: 06/10/2016. UTM Zona 23 L 197811 m E 8243440m N. Azimute: 063°	68
Foto 1.14: Comercio local às margens da DF-001. Data: 06/10/2016. UTM Zona 23 L 197787 m E 8243334m N. Azimute: 210°	68
Foto 1.15: Visão da estrada do sol. Data: 06/10/2016. UTM Zona 23 L 202623 m E 8243851m N. Azimute: 124° .	70
Foto 1.16: Parada de ônibus na estrada do sol. Data: 06/10/2016. UTM Zona 23 L 203075 m E 8243482m N. Azimute: 130°	70
Foto 1.17: Centro Integrado de Educação Irmãos Carvalho - CIEIC. Data: 06/10/2016. UTM Zona 23 L 201509 m E 8243758m N. Azimute: 117°	71
Foto 1.18: Escola Indii. Data: 06/10/2016. UTM Zona 23 L 200006 m E 8243123 m N. Azimute: 102°	71

Foto 1.19: Conselho tutelar. Data: 06/10/2016. UTM Zona 23 L 200026 m E 8243160m N. Azimute: 082°.....	71
Foto 1.20: Posto policial às margens da DF- 001. Data: 06/10/2016. UTM Zona 23 L 197777 m E 8243340m N. Azimute: 348°	73
Foto 1.21: posto policial às margens da DF- 001. Data: 06/10/2016. UTM Zona 23 L 197799m E 8243393 m N. Azimute: 002°	73
Foto 1.22: Comércio local na estrada do sol. Data: 06/10/2016. UTM Zona 23 L 202966 m E 8243547m N. Azimute: 040°	74
Foto 1.23: Comercio local às margens da DF- 001. Data: 06/10/2016. UTM Zona 23 L 202005m E 8243728m N. Azimute: 075°	74
Foto 1.24: Comércio local no Jardins Mangueiral. 06/10/2016. UTM Zona 23 L 199994 m E 8240776m N. Azimute: 088°	74
Foto 1.25: Foodtrucks no Jardins Mangueiral. Data: 06/10/2016. UTM Zona 23 L 200199 m E 0657 N. Azimute: 026°	74
Foto 1.26: Acesso ao centro hípico e comercio local às margens da DF-001 . Data: 06/10/2016. UTM Zona 23 L 198629 m E 8245515m N. Azimute: 270°	74
Foto 1.27: Comercio local às margens da DF-001 . Data: 06/10/2016. UTM Zona 23 L 199675m E 8245594m N. Azimute: 022°	74
Foto 1.28: Equipamento público de lazer. Data: 06/10/2016. UTM Zona 23 L 203638 m E 8243406 m N. Azimute: 283°	75
Foto 1.29: Feira do produtor do Jardim Botânico. Data: 06/10/2016. UTM Zona 23 L 197895 m E 8243754 m N. Azimute: 077°	75
Foto 1.30: Circuito de exercícios no Jardins Mangueiral. Data: 06/12/2016. UTM Zona 23 L 200197 m E 8240659 m N. Azimute: 0628°	75
Foto 1.31: Espaço de convivência no Jardins Mangueiral. Data: 06/12/2016. UTM Zona 23 L 200199 m E 8240657 m N. Azimute: 027°	75
Foto 1.32: Estação Ecológica do jardim Botânico: 06/10/2016. UTM Zona 23 L 195402 m E 8243981 m N. Azimute: 201°	77
Foto 1.33: Estação Ecológica do jardim Botânico. Data: 06/10/2016. UTM Zona 23 L 195390 m E 8244005 m N. Azimute: 344°	77
Foto 1.34: Condomínio localizado no Jardim Botânico. Data: 06/10/2016. UTM Zona 23 L 203638 m E 8243406 m N. Azimute: 283°	80

Foto 1.35: Padrão construtivo do condomínio Interlagos. Data: 06/10/2016. UTM Zona 23 L 201708m E 8243629 m N. Azimute: 185°	80
Foto 1.36: Visão do condomínio Interlagos com São Sebastião ao fundo. Data: 06/10/2016. UTM Zona 23 L 201457 m E 8242948 m N. Azimute: 250°	80
Foto 1.37: Padrão construtivo do condomínio Quintas do Sol. Data: 06/10/2016. UTM Zona 23 L 201060 m E 8243673 m N. Azimute: 192°	80
Foto 1.38: Visão do condomínio Ouro Vermelho I. Data: 06/10/2016. UTM Zona 23 L 201457 m E 8242948 m N. Azimute: 250°	81
Foto 1.39: Parque e área verde do condomínio Quintas do Sol. Data: 06/10/2016. UTM Zona 23 L 201060 m E 8243673 m N. Azimute: 228°	81
Foto 1.40: Padrão construtivo do Jardins Mangueiral. Data: 06/12/2016. UTM Zona 23 L 198745 m E 8241638 m N. Azimute: 255°	82
Foto 1.41: Manutenção urbana no Jardins Mangueiral. Data: 06/12/2016. UTM Zona 23 L 200197 m E 8240658 m N. Azimute: 007°	82
Foto 1.42: Circuito de exercícios no Jardins Mangueiral. Data: 06/12/2016. UTM Zona 23 L 199526 m E 8241273 m N. Azimute: 340°	82
Foto 1.43: Manutenção urbana no Jardins Mangueiral. Data: 06/12/2016. UTM Zona 23 L 200197 m E 8240658 m N. Azimute: 007°	82
Foto 1.44: Subestação da CEB. Data: 06/12/2016. UTM Zona 23 L 194248 m E 8246034 m N. Azimute: 049°	88
Foto 1.45: SE-10. Data: 06/12/2016. UTM Zona 23 L 194248 m E 8246034 m N. Azimute: 049°	88
Foto 1.46: Visão da DF-025. Data: 06/12/2016. UTM Zona 23 L 186243 m E 8244461m N. Azimute: 041°	92
Foto 1.47: Parada de ônibus na DF-025. Data: 06/12/2016. UTM Zona 23 L 191880 m E 8245083m N. Azimute: 238°	92
Foto 1.48: Avenida Costa e Silva . Data: 06/12/2016. UTM Zona 23 L 192238 m E 8248122 m N. Azimute: 312° .	93
Foto 1.49: Visão da DF-025. Data: 06/12/2016. UTM Zona 23 L 191880 m E 8245083 m N. Azimute: 211°	93
Foto 1.50: Comércio local às margens da DF- 025 . Data: 06/12/2016. UTM Zona 23 L 191792 m E 8246195m N. Azimute: 080°	93
Foto 1.51: Comercio local. Data: 06/12/2016. UTM Zona 23 L 191880 m E 8246307m N. Azimute: 019	93
Foto 1.52: Visão da DF-025. Data: 06/12/2016. UTM Zona 23 L 186378 m E 8244505m N. Azimute: 30°	95

Foto 1.53: Parada de ônibus na DF-025. Data: 06/12/2016. UTM Zona 23 L 186378 m E 8244505 m N. Azimute: 130°.	95
Foto 1.54: Escola Classe 01. Data: 06/12/2016. UTM Zona 23 L 190073 m E 8245822m N. Azimute: 153°.	96
Foto 1.55: Colégio SIGMA. Data: 06/12/2016. UTM Zona 23 L 191499 m E 8246341 m N. Azimute: 260°.	96
Foto 1.56: Colégio Maria Imaculada. Data: 06/12/2016. UTM Zona 23 L 189567 m E 8245276m N. Azimute: 165°.	96
Foto 1.57: Colégio Mackeinze. Data: 06/12/2016. UTM Zona 23 L 189851 m E 8245562 m N. Azimute: 260°.	96
Foto 1.58: Hospital Brasília. Data: 06/12/2016. UTM Zona 23 L 191156 m E 8246014m N. Azimute: 049°.	97
Foto 1.59: Posto de Saúde. Data: 06/12/2016. UTM Zona 23 L 194248 m E 8245935 m N. Azimute: 025°.	97
Foto 1.60: 5ª Batalhão da polícia Militar. Data: 06/12/2016. UTM Zona 23 L 189202 m E 8245762m N. Azimute: 075°.	98
Foto 1.61: 10ª Delegacia de polícia. Data: 06/12/2016. UTM Zona 23 L 192853 m E 8246709 m N. Azimute: 038°.	98
Foto 1.62: 11º Grupamento de Bombeiro Militar. Data: 06/12/2016. UTM Zona 23 L 192773 m E 8246603m N. Azimute: 032°.	98
Foto 1.63: Centro comercial Gilberto Salomão. Data: 06/12/2016. UTM Zona 23 L 189766 m E 8245953m N. Azimute: 048°.	100
Foto 1.64: Centro comercial Gilberto Salomão. Data: 06/12/2016. UTM Zona 23 L 189890 m E 8245881 m N. Azimute: 066°.	100
Foto 1.65: Pontão do Lago Sul. Data: 06/12/2016. UTM Zona 23 L 192089 m E 8248262m N. Azimute: 001°.	101
Foto 1.66: Pontão do Lago Sul. Data: 06/12/2016. UTM Zona 23 L 192064 m E 8248345m N. Azimute: 071°.	101
Foto 1.67: Parque Vivencial do Anfiteatro Natural. Data: 06/12/2016. UTM Zona 23 L 193024 m E 8247002m N. Azimute: 090°.	101
Foto 1.68: Parque Vivencial do Anfiteatro Natural. Data: 06/12/2016. UTM Zona 23 L 192974 m E 8247046m N. Azimute: 105°.	101
Foto 1.69: Jardim Botânico. Data: 06/12/2016. UTM Zona 23 L 197022 m E 8244456m N. Azimute: 103°.	102
Foto 1.70: Parque Ecológico Península Sul. Data: 06/12/2016. UTM Zona 23 L 194105 m E 8247972m N. Azimute: 156°.	102

Foto 1.71: Espaço de convivência na QI 13.. Data: 06/12/2016. UTM Zona 23 L 191777 m E 8246183m N. Azimute: 128°.	102
Foto 1.72: Quadra de tênis pública. Data: 06/12/2016. UTM Zona 23 L 191721 m E 8246228 m N. Azimute: 132°.	102
Foto 1.73: Praça no Pontão. Data: 06/12/2016. UTM Zona 23 L 1920582 m E 8248279m N. Azimute: 125°.	103
Foto 1.74: Circuito de exercícios. Data: 06/12/2016. UTM Zona 23 L 191711 m E 82462392m N. Azimute: 134°.	103
Foto 1.75: Pesca. Data: 06/12/2016. UTM Zona 23 L 192064 m E 8248345m N. Azimute: 103°.	103
Foto 1.76: Ciclovia na DF-035. Data: 06/12/2016. UTM Zona 23 L 196960 m E 8244500 m N. Azimute: 156°.	103
Foto 1.77: Paróquia São Pedro de Alcântara. Data: 06/12/2016. UTM Zona 23 L 191501 m E 8246200 m N. Azimute: 058°.	104
Foto 1.78: Igreja Nossa Senhora do Nazaré. Data: 06/12/2016. UTM Zona 23 L 186584 m E 8244571 m N. Azimute: 120°.	104
Foto 1.79: Ponte Juscelino Kubitscheck. Data: 06/12/2016. UTM Zona 23 L 193025 m E 8247001 m N. Azimute: 124°.	104
Foto 1.80: Embaixada de Cuba. Data: 06/12/2016. UTM Zona 23 L 192064 m E 8248345m N. Azimute: 103°.	105
Foto 1.81: Padrão de ocupação. Data: 06/12/2016. UTM Zona 23 L 187673 m E 8244811 m N. Azimute: 118°.	105
Foto 1.82: Administração do Lago Sul. Data: 06/12/2016. UTM Zona 23 L 192720 m E 8246539m N. Azimute: 103°.	106
Foto 1.83: Padrão de ocupação. Data: 06/12/2016. UTM Zona 23 L 193530 m E 8247642 m N. Azimute: 075°.	106
Foto 1.84: Entrada principal (DF-463) acesso a RA de São Sebastião. Data: 06/12/2016. UTM Zona 23 L 198744 m E 8241638m N. Azimute: 288°.	118
Foto 1.85: Avenida dos Eucaliptos. Data: 06/12/2016. UTM Zona 23 L 202057 m E 8241110m N. Azimute: 238°.	118
Foto 1.86: Parada de ônibus na DF-463. Data: 06/12/2016. UTM Zona 23 L 201694 m E 8240441m N. Azimute: 024°.	119
Foto 1.87: Centro de Ensino Médio 01. Data: 06/12/2016. UTM Zona 23 L 202370 m E 8240060m N. Azimute: 153°.	121
Foto 1.88: Centro de Ensino Fundamental São Bartolomeu. Data: 06/12/2016. UTM Zona 23 L 202372 m E 8240796 m N. Azimute: 045°.	121
Foto 1.89: Centro de Saúde 01. Data: 06/12/2016. UTM Zona 23 L 203127 m E 8249915 m N. Azimute: 344°.	122

Foto 1.90: Unidade Mista de Saúde. Data: 06/12/2016. UTM Zona 23 L 202370 m E 8240060m N. Azimute: 153°.	122
Foto 1.91: Conselho Tutelar. Data: 06/12/2016. UTM Zona 23 L 202859 m E 8240208 m N. Azimute: 353°.	122
Foto 1.92: 30ª Delegacia de Polícia. Data: 06/12/2016. UTM Zona 23 L 202594 m E 8240650 m N. Azimute: 300°.	122
Foto 1.93: Comércio na zona central da RA. Data: 06/12/2016. UTM Zona 23 L 203183 m E 8239777 m N. Azimute: 045°.	123
Foto 1.94: Comércio nas margens da DF-463. Data: 06/12/2016. UTM Zona 23 L 202682 m E 8240501 m N. Azimute: 045°.	123
Foto 1.95: Supermercado zona central da RA. Data: 06/12/2016. UTM Zona 23 L 203062 m E 8239621 m N. Azimute: 216°.	123
Foto 1.96: Comércio na zona central da RA. Data: 06/12/2016. UTM Zona 23 L 203118 m E 8239698 m N. Azimute: 061°.	123
Foto 1.97: Agência dos Correios. Data: 06/12/2016. UTM Zona 23 L 202761 m E 8240423 m N. Azimute: 020°.	124
Foto 1.98: Restaurante Comunitário. Data: 06/12/2016. UTM Zona 23 L 203128 m E 8239825 m N. Azimute: 247°.	124
Foto 1.99: EMATER São Sebastião. Data: 06/12/2016. UTM Zona 23 L 202761 m E 8240423 m N. Azimute: 020°.	124
Foto 1.100: FENATRACOOP. Data: 06/12/2016. UTM Zona 23 L 202764 m E 8240421 m N. Azimute: 015°.	124
Foto 1.101: Espaço de convivência. Data: 06/12/2016. UTM Zona 23 L 202519 m E 8240252 m N. Azimute: 028°.	125
Foto 1.102: Área de pratica esportiva. Data: 06/12/2016. UTM Zona 23 L 202613 m E 8240687 m N. Azimute: 015°.	125
Foto 1.103: Campo sintético público. Data: 06/12/2016. UTM Zona 23 L 202602 m E 8240663 m N. Azimute: 152°.	125
Foto 1.104: Pista de skate. Data: 06/12/2016. UTM Zona 23 L 202595 m E 8240641 m N. Azimute: 164°.	125
Foto 1.105: Vila Olímpica. Data: 06/12/2016. UTM Zona 23 L 202082 m E 8240955 m N. Azimute: 030°.	126
Foto 1.106: Aula de natação na vila olímpica. Data: 06/12/2016. UTM Zona 23 L 202049 m E 8241078 m N. Azimute: 038°.	126
Foto 1.107: Associação Comunitária de São Sebastião - ASCOM. Data: 06/12/2016. UTM Zona 23 L 202611 m E 8240683 m N. Azimute: 285°.	128

Foto 1.108: 30ª Cooperativa Trabalho e Produção das Pessoas Unidas de São Sebastião. Data: 06/12/2016. UTM Zona 3 L 202613 m E 8240687 m N. Azimute: 350°.....	128
Foto 1.109: RA recém-criada, foto de 1992.	128
Foto 1.110: 5 anos após a criação da RA de São Sebastião.	128
Foto 1.111: RA de São Sebastião em 2012. Ocupação consolidada.	129
Foto 1.112: Visão da RA de São Sebastião. Data: 06/12/2016. UTM Zona 23 L 200729 m E 8240474 m N. Azimute: 105°.....	129
Foto 1.113: Administração da RA. Data: 06/12/2016. UTM Zona 23 L 202915 m E 8240167 m N. Azimute: 332°.....	129
Foto 1.114: Padrão construtivo na Vila do Boa vista. Data: 06/10/2016. UTM Zona 23 L 201463 m E 8242963 m N. Azimute: 207°.....	130
Foto 1.115: Vista da rua Nacional na Vila do Boa vista. Data: 06/10/2016. UTM Zona 23 L 200957 m E 8243134 m N. Azimute: 161°.....	130
Foto 1.116: Vista de São Sebastião. Data: 06/10/2016. UTM Zona 23 L 200726 m E 8240474 m N. Azimute: 051°.....	131
Foto 1.117: Loja de materiais de construção Data: 06/10/2016. UTM Zona 23 L 201711 m E 8240444 m N. Azimute: 038°.....	131
Foto 1.118: Produção de milho para consumo doméstico.	136
Foto 1.119: Paisagem e edificações em áreas contíguas a do empreendimento.	136
Foto 1.120: Projeto Rio São Bartolomeu Vivo.....	136
Foto 1.121: Placa da sinalização de propriedade na área do empreendimento.....	138
Foto 1.122: Pavimentação na área realizada por particulares.....	138
Foto 1.123: Exemplo de erosão em condomínio próximo à área do empreendimento.....	138
Foto 1.124: Padrão construtivo limítrofe à área do empreendimento.....	139

1. MEIO SOCIOECONÔMICO

1.1 INTRODUÇÃO

A caracterização do meio antrópico tem o objetivo de avaliar a capacidade de suporte da estrutura urbana local, bem como levantar dados referentes à distribuição, composição, ocupação e perfil socioeconômico da população residente na área de influência do empreendimento.

Neste sentido, este levantamento buscou identificar a disponibilidade de atendimento das concessionárias de serviços públicos, a qualidade dos serviços de infraestrutura existentes, a disponibilidade de sistema viário e de transporte e a condição da ocupação do solo urbano, com vistas à viabilidade do empreendimento urbano-ambiental do estudo.

Para isso, foram aplicadas técnicas de coletas de dados específicas à elaboração do perfil socioeconômico da população da área, bem como o resgate de informações por meio das cartas consultas às concessionárias.

Para a elaboração da caracterização da população foram resgatadas diferentes fontes de dados oficiais disponíveis, como o Plano Distrital de Amostra de Domicílios - PDAD 2014 e 2016 da Companhia de Planejamento do Distrito Federal – CODEPLAN, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, Secretaria de Estado de Planejamento e Orçamento - SEPLAN-DF, Anuário do Distrito Federal, Secretaria de Estado de Gestão do Território e Habitação - SEGETH dentre outros.

1.1.1 Objetivo

Este estudo socioeconômico tem como objetivo diagnosticar a realidade da comunidade local, no âmbito das condições sociais e econômicas, bem como avaliar os recursos disponíveis na área de influência direta e indireta, os quais poderão sofrer impactos, positivos e negativos, com a implantação do empreendimento.

1.1.2 Materiais e métodos

O estudo foi elaborado a partir do levantamento e da análise dos principais aspectos socioeconômicos, considerados como passíveis de sofrerem transformações com a implantação do empreendimento. A metodologia adotada buscou caracterizar o ambiente, sob a perspectiva antrópica, a fim de definir área de abrangência e atender aos requisitos da Licença Ambiental Prévia.

As diretrizes básicas idealizadas para a composição do estudo socioeconômico centraram-se em documentos oficiais do Brasil, cujas políticas urbanas e de conservação ambiental estão representadas pela Lei do Estatuto das Cidades (Lei Nº 10.257/2001), pelo Novo Código Florestal (Lei Nº 12.651/12 e suas alterações) e pela Política Nacional do Meio Ambiente (Lei Nº 6.938/1981).

Foram levantados dados referentes ao histórico de ocupação, à dinâmica populacional, ao uso e ocupação do solo e à infraestrutura, tanto da Área de Influência Indireta quanto da Área de Influência Direta. Com isso, decorreu uma visão holística dos elementos em análise e respectivos impactos socioambientais, permitindo inferir, ainda, sobre os diferentes cenários que deveriam

ser levados em consideração, para dar subsídios à tomada de decisão pelos órgãos avaliadores do projeto.

1.1.2.1 Etapas metodológicas

Para a elaboração do diagnóstico do meio socioeconômico deste EIA foram adotados os seguintes procedimentos metodológicos:

a) Pesquisa documental e levantamento de dados

Para o melhor conhecimento da área do estudo foi necessário realizar uma pesquisa e levantamento de todo o material disponível sobre a região de inserção do empreendimento. Utilizaram-se dados secundários, com vistas ao levantamento dos aspectos relacionados à população, à economia, ao nível de escolaridade, ao comércio e serviços entre outras informações pertinentes ao estudo.

Para tanto, foram consultados órgãos governamentais como CODEPLAN (Pesquisa Distrital por Amostragem de Domicílios - PDAD e Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED), o Zoneamento Ecológico Econômico do Distrito Federal, o Anuário do Distrito Federal, a Secretaria de Estado de Educação - GDF e a Secretaria de Saúde do GDF, dentre outros órgãos.

Recorreu-se, ainda, aos estudos feitos em consultas nos sítios da Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal - CAESB, Companhia Energética de Brasília - CEB e da Agência Nacional de Água - ANA e a Agência Reguladora de Água, Energia e Saneamento Básico do Distrito Federal - ADASA. Esta tarefa constituiu-se em levantamento de dados por meio de pesquisas nos sites governamentais, tendo como critério a seleção de dados atualizados originários de fontes validadas por órgãos e instituições governamentais.

b) Cartas consultas aos órgãos e entidades públicas e privadas

Para auxiliar a análise de viabilidade de implantação do empreendimento em estudo, foram emitidas cartas consultas às concessionárias (públicas e privadas do DF e Federação) com o intuito de resgatar informações que não foram contempladas na pesquisa bibliográfica.

c) Reconhecimento Local para Delimitação das Áreas de Influência

Para melhor determinação das áreas de influência, foi realizada uma avaliação da implantação do empreendimento em estudo que levou em consideração o porte do empreendimento, estimativa do número unidades (lotes), a infraestrutura urbana e as tendências de expansão urbana, além de avaliar as características culturais e a formação sócio espacial local.

Esta análise preliminar foi de suma importância para dimensionar as áreas de influência, direta e indireta, e os impactos sociais que o empreendimento poderia exercer sobre a área do entorno. A partir disso, foi possível compor cenários alternativos, bem como designar as medidas mitigadoras e de controle ambiental para os possíveis impactos a serem gerados pela implantação e operação do empreendimento.

1.1.2.2 Área de Influência Indireta – Distrito Federal

No que tange à definição da AII, considera-se que o empreendimento apresenta uma forma de uso e ocupação do espaço urbano bastante diferenciada, integrando meio ambiente e urbanização, o que poderá atrair moradores de diversas partes do Distrito Federal pelas características inovadoras, além de influenciar a implantação de empreendimentos baseados neste mesmo conceito. Assim sendo, elencou-se o território do Distrito Federal como AII, tendo em vista o potencial do empreendimento no contexto local.

Contudo, mesmo não sofrendo os impactos diretos, positivos e negativos, a serem gerados pelo empreendimento em estudo, considera-se que especial atenção deve ser dada à área do Plano Piloto de Brasília, tendo em vista a oferta de comércio/serviços e equipamentos urbano-comunitários, além de apresentar um público com poder aquisitivo que possa ser atraído ao local em estudo.

1.1.2.3 Área de Influência Direta – Regiões Administrativas do Jardim Botânico, Lago Sul e São Sebastião.

Neste estudo socioeconômico, decidiu-se por delimitar a AID como sendo as Regiões Administrativas (RA) que poderão sofrer impactos sociais diretos com o planejamento instalação e operação do empreendimento, no que tange à oferta de serviços (comércio, lazer, saúde, educação, segurança, etc.), mobilidade urbana e infraestrutura. Para tanto, foram elencadas:

1. Região Administrativa do Jardim Botânico – pela inclusão do empreendimento na R.A. e, ainda, pelo perfil de possíveis moradores;
2. Região Administrativa do Lago Sul – pela oferta de comércio e serviços, bem como por abrigar um público que pode ser consumidor das unidades e dos serviços a serem disponibilizados pelo empreendimento em estudo;
3. Região Administrativa de São Sebastião – pela possibilidade de uso dos equipamentos comunitários que serão implantados no local do empreendimento, assim como pela provável oferta de mão de obra local.

1.2 ÁREA DE INFLUÊNCIA INDIRETA

1.2.1 Localização e divisão territorial

O Distrito Federal está localizado na região Centro-Oeste do Brasil e possui uma área de 5.789,16 km², equivalendo a 0,06% da superfície do País. Seus limites são: ao norte com os municípios de Planaltina de Goiás, Padre Bernardo e Formosa; ao sul com Santo Antônio do Descoberto, Novo Gama, Luziânia, Cidade Ocidental, Valparaíso de Goiás de Goiás e Cristalina, todos do Estado de Goiás; a leste com o município de Cabeceira Grande, pertencente ao Estado de Minas Gerais e Formosa pertencente ao Estado de Goiás; e a oeste com os municípios de Águas Lindas, Santo Antônio do Descoberto e Padre Bernardo pertencentes ao Estado de Goiás.

A cidade surgiu a partir da concepção de integrar e modernizar o Brasil, onde a criação da nova capital permitiria que a expansão do desenvolvimento, antes restrito ao litoral, fosse direcionada ao restante do país. Os primeiros povoados surgiram em forma de núcleos habitacionais, que

abrigava os trabalhadores destinados à construção de Brasília, sendo hoje denominadas de Regiões Administrativas (RA).

Atualmente, o Distrito Federal é dividido por trinta e uma (31) RA's: Brasília, Gama, Taguatinga, Brazlândia, Sobradinho, Planaltina, Paranoá, Núcleo Bandeirante, Ceilândia, Guará, Cruzeiro, Samambaia, Santa Maria, São Sebastião, Recanto das Emas, Lago Sul, Riacho Fundo, Lago Norte, Candangolândia, Águas Claras, Riacho Fundo II, Sudoeste/Octogonal, Varjão, Park Way, SCIA/Estrutural, Sobradinho II, Jardim Botânico, Itapoã, SIA, Vicente Pires e Fercal, Figura 1.1 e Tabela 1.1).

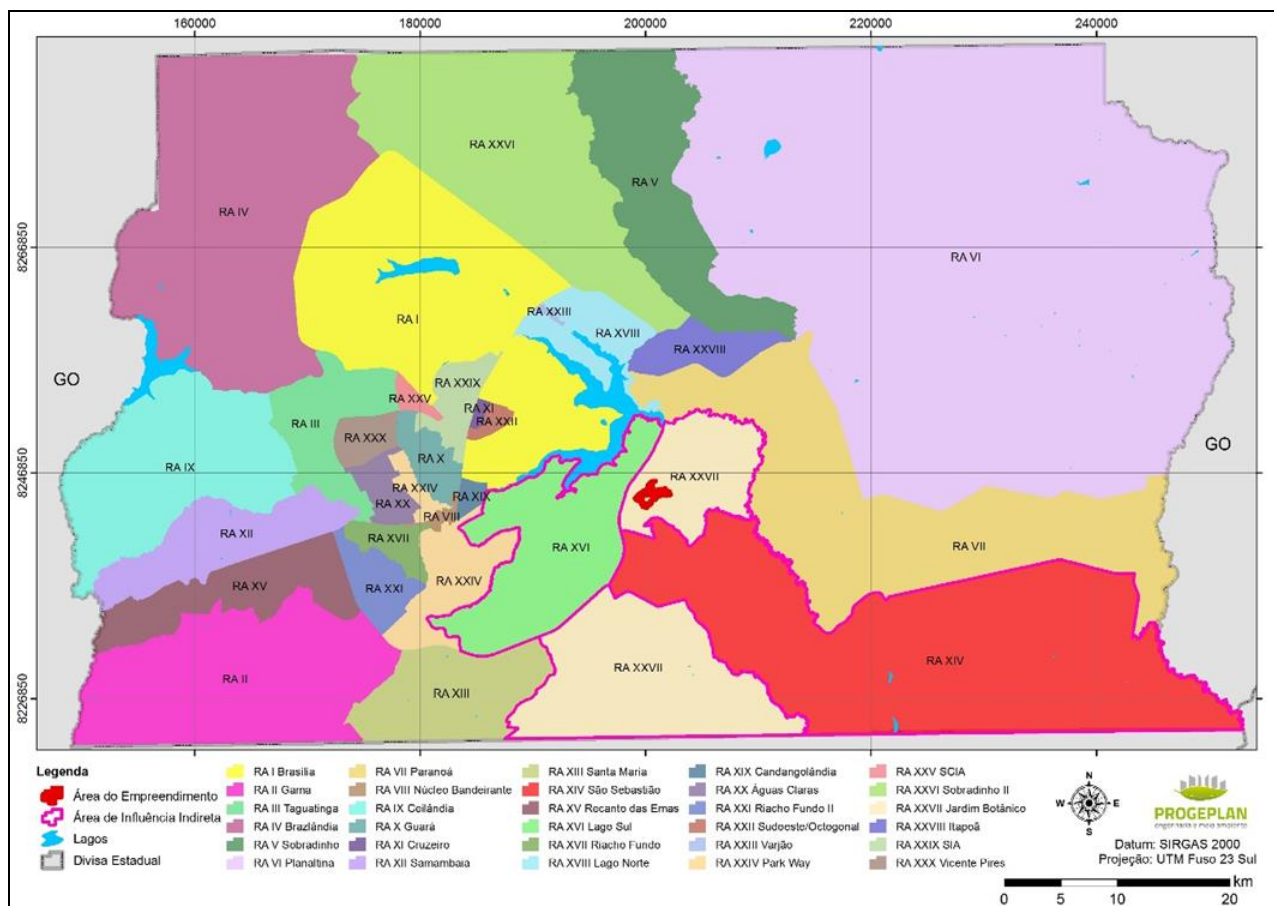


Figura 1.1: Divisão territorial e administrativa do DF: Regiões Administrativas (RA's).

Tabela 1.1: Divisão Territorial e Administrativa do Distrito Federal

Nº das RAs	Regiões Administrativas	Lei de Criação	Nº das RAs	Regiões Administrativas	Lei de Criação
RA-I	Brasília	Lei 4.545 de 10/12/1964	RA-XVII	Riacho Fundo	Lei 620 de 15/12/1993
RA-II	Gama	Lei 4.545 de 10/12/1964	RA-XVIII	Lago Norte	Lei 641 de 10/01/1994
RA-III	Taguatinga	Lei 4.545 de 10/12/1964	RA-XIX	Candangolândia	Lei 658 de 27/01/1994

Nº das RAs	Regiões Administrativas	Lei de Criação	Nº das RAs	Regiões Administrativas	Lei de Criação
RA-IV	Brazlândia	Lei 4.545 de 10/12/1964	RA-XX	Águas Claras	Lei 3.153 de 06/05/2003
RA-V	Sobradinho	Lei 4.545 de 10/12/1964	RA-XXI	Riacho Fundo II	Lei 3.153 de 06/05/2003
RA-VI	Planaltina	Lei 4.545 de 10/12/1964	RA-XXII	Sudoeste/Octogonal	Lei 3.153 de 06/05/2003
RA-VII	Paranoá	Lei 4.545 de 10/12/1964	RA-XXIII	Varjão	Lei 3.153 de 06/05/2003
RA-VIII	Núcleo Band.	Lei 049 de 25/10/1989	RA-XXIV	Park Way	Lei 3.255 de 29/12/2003
RA-IX	Ceilândia	Lei 049 de 25/10/1989	RA-XXV	SCIA	Lei 3.315 de 27/01/2004
RA-X	Guará	Lei 049 de 25/10/1989	RA-XXVI	Sobradinho II	Lei 3.315 de 27/01/2004
RA-XI	Cruzeiro	Lei 049 de 25/10/1989	RA-XXVII	Jardim Botânico	Lei 3.435 de 31/08/2004
RA-XII	Samambaia	Lei 049 de 25/10/1989	RA-XXVIII	Itapoã	Lei 3.527 de 03/01/2005
RA-XIII	Santa Maria	Lei 348 de 4/11/1992	RA XXIX	SIA	Lei 3.618 de 14/07/2005
RA-XIV	São Sebastião	Lei 705 de 10/05/1994	RA XXX	Vicente Pires	Lei 4.327 de 26/05/2009
RA-XV	Recanto das Emas	Lei 510 de 28/07/1993	RA XXXI	Fercal	Lei 685 de 14/12/2011
RA-XVI	Lago Sul	Lei 643 de 10/01/1994			

1.2.2 Formação sócio espacial e vetores de expansão da cidade

A formação sócio espacial da área em estudo está diretamente vinculada à construção da cidade de Brasília, ainda na década de 1950. Com o intuito de promover o povoamento e o desenvolvimento da região Centro-Oeste do país, o então presidente da república Juscelino Kubitschek iniciou o processo de transferência da sede do governo federal para o centro do estado de Goiás.

Assim, uma nova cidade foi planejada e construída num local praticamente inexplorado (Foto 1.1 e Foto 1.2), cuja inauguração em abril de 1960 redirecionou o povoamento e a infraestrutura para o centro do país, que até então estava concentrada no eixo Rio - São Paulo.



Foto 1.1: Fotografias antigas da construção de Brasília.

Fonte: CHISTOFERM. Blog, 2012.



Foto 1.2: Fotografias antigas da construção de Brasília.

Fonte: CHISTOFERM. Blog, 2012

Na época, o projeto aprovado foi estruturado para atender a uma população de 600 mil habitantes, ao final de 2000. Contudo, as fortes correntes migratórias, rurais e urbanas, multiplicou esse número por quatro, trazendo uma população para perto de 2 milhões de habitantes no ano de 2000 e 2.469,489 milhões de habitantes em 2010 (IBGE). No ano de 2015, de acordo com a contagem da população de 2015 (IBGE, 2015), esse número chegou a 2,914 milhões de habitantes.

O fenômeno da migração tem alta representatividade no Distrito Federal, tendo em vista que a cidade foi implantada num local onde não havia nenhum núcleo urbano e, para isso, ocorreram diversas iniciativas para incrementar a população local.

Desta forma, conforme o desenvolvimento de Brasília, distintos públicos foram sendo atraídos à cidade, onde se registram como principais fatores potencializadores deste fenômeno a carência de mão de obra especializada, a disponibilidade de serviços públicos, políticas sociais nas áreas mais dinâmicas e boa remuneração salarial em relação a outros locais do país.

Num primeiro momento, por volta de 1950, famílias nordestinas destinaram-se à nova capital do país para servir de mão de obra na construção civil. O ambiente era inóspito e os “candangos” (Foto 1.3), como eram comumente conhecidos, enfrentavam diversos problemas como habitação, segurança, infraestrutura precária, além de conviver com acidentes fatais (Foto 1.4).



Foto 1.3: Operários (Candangos) trabalhando na construção de Brasília.

Fonte: Revista Veja. Editora Abril (online). Acesso março de 2013.



Foto 1.4: Operários (Candangos) trabalhando na construção de Brasília.

Fonte: THOMÉ. Blog, 2012.

Após a inauguração da cidade, as obras continuaram por muito tempo e em ritmo acelerado, pois havia a necessidade de construção das cidades-satélites, atuais Regiões Administrativas. Na época, inúmeras ocupações populares compostas por barracos de madeira em áreas invadidas próximas ao Plano Piloto (núcleo original da cidade), eram sistematicamente transferidas para áreas mais distantes, além da Estrada Parque Contorno - EPCT. Este é o início das ocupações de Taguatinga, Gama, Sobradinho.

Na década de 1970, cidades como Gama, Taguatinga, Candangolândia e Núcleo Bandeirante foram erguidas para abrigar esses trabalhadores que pretendiam fixar-se na capital, bem como atender população de baixa renda que estavam deslocando-se para Brasília. A região do Entorno de Brasília começa a sofrer um processo de parcelamento do solo para fins urbanos, mas sem ocorrer uma expansão significativa de sua população.

A segunda leva de pessoas atraídas para Brasília, a partir de 1970, correspondia a uma mão de obra mais especializada para atender o comércio e serviços locais, assim como para compor o quadro técnico e administrativo do serviço público.

Estes profissionais eram originários, sobretudo, das regiões sul e sudestes, onde a migração da população masculina, para ocupar cargos de destaque, decorreu no aumento da feminina, pois houve a necessidade de as esposas acompanharem seus maridos nesta transferência familiar.

Com isso, ocorre a efetiva ocupação do Plano Piloto e uma expressiva expansão das cidades de Taguatinga, Gama, Sobradinho e Ceilândia, resultado tanto da oferta de habitações pelo poder público, quanto de ocupações de fundos de lotes e invasões. Registra-se, ainda a ocupação do Lago Sul e Lago Norte e o processo de "invasões" na região do Plano Piloto. O Guará é construído e a Asa Norte começa a ser ocupada. Nota-se a execução de obras viárias de porte, principalmente na RA I Brasília.

Na década de 1980, o acréscimo da população residente no entorno do Plano Piloto era de 1,6% ao ano e, no início de 1990, esse índice subiu para 3,57%; ao final desta década o crescimento populacional subiu para 5% a 6%. Isto pode ser atrelado a fatores como transformações na estrutura produtiva brasileira e às novas configurações do desenvolvimento regional que se

delinearam a partir da década de 1970 e que ambientaram importantes modificações na dinâmica migratória nordestina.

Nesse período, proliferaram os assentamentos horizontais e clandestinos, de iniciativa privada, voltados às mais diversas faixas de renda. Esses loteamentos nasciam à medida que o mercado imobiliário se aproveitava da pluralidade de regimes jurídicos das terras que constituíram o quadrilátero do Distrito Federal: terras não discriminadas, terras públicas adquiridas em comum e não submetidas a um processo legal de divisão ou arrendadas para uso rural.

Muitas vezes, esses condomínios instalaram-se sem nenhum critério em áreas de interesse e preservação ambiental, aproveitando-se da falta de fiscalização. Hoje, ocupam grandes porções do território do Distrito Federal, concentrando-se nas porções Nordeste e Sudeste.

Na década de 1990, a migração originada do Nordeste reaquece o comportamento do período que se estendeu até os anos 70, no qual se destacam os fluxos para o Sudeste e Centro-Oeste. É neste período que se consolida o adensamento urbano dos municípios da região do Entorno do Distrito Federal, dando início à aglomeração com característica metropolitana, tal como se apresenta nos dias atuais.

Alguns municípios já existiam e eram centros secundários de base agroeconômica (Luziânia, Formosa e Planaltina) que, em função de sua proximidade com o Distrito Federal, serviram de apoio à construção e expansão da cidade. Surgiram outros do desmembramento do território dos municípios existentes, em função da relevância que adquiriram suas áreas urbanas.

O forte processo migratório ocorrido em Brasília manteve-se durante décadas, quando o censo de 2000 registrou que dos 2.051.146 habitantes de Brasília, 1.094.303 eram migrantes de outros estados; desse total, cerca de 400 mil pessoas residiam na cidade a menos de 10 anos.

Para atender a esta nova demanda de moradores, a partir do ano 2000 foram executadas obras viárias de grande porte (Ponte JK, duplicação da via L4, viaduto do balão do aeroporto) que interferiram na estrutura urbana. Teve início a implantação do metrô que, partindo da rodoviária do Plano Piloto, atingiu as localidades do Guará, Águas Claras, Taguatinga e, atualmente, a Ceilândia e Samambaia a oeste.

Em 2003, segundo dados da SEPLAN/CODEPLAN, o crescimento populacional teve uma expressiva elevação populacional, alcançando 13,9 % ao ano. Entre os anos de 1980 e 2004, ocorreu a criação de diversas localidades urbanas como o Riacho Fundo I e II, Paranoá, Recanto das Emas, entre outras. Implantou-se, ainda, o setor Sudoeste, uma área para a classe média alta. Destaca-se, nessa fase, a flexibilização da legislação urbanística, permitindo o parcelamento de terrenos de chácaras (10.000 e 20.000 m²).

A situação atual demonstra que existe maior concentração de pessoas na parte sul do Distrito Federal, decorrência direta do histórico de formação da área. Esta configuração indica os vetores de crescimento da cidade, onde são registradas as maiores densidades de ocupação e populacionais, estarem ocorrendo na “saída sul”, junto das BR-040 e BR-060, nas cidades de Ceilândia, Taguatinga, Samambaia, Recanto das Emas, Gama, Santa Maria, Novo Gama, Céu Azul, etc.

As elevadas taxas de crescimento populacional do Distrito Federal, desde a sua inauguração, persistem até hoje como uma das mais altas do Brasil. Isto se deu tanto pelo deslocamento da expansão urbana, na chamada Região do Entorno quanto pela proliferação dos assentamentos irregulares pelo território do DF.

Enquanto o primeiro exige, e ainda não encontra, contrapartida na oferta de infraestrutura, particularmente transporte e equipamentos públicos e comunitários, o segundo gera um processo de ocupação urbana desordenada, num quadro de insegurança jurídico-institucional.

Os crescimentos urbanos, populacional e espacial, da Região do Entorno, por não apresentarem uma adequada contrapartida em termos de emprego, renda e infraestrutura, acabam por constituir uma extensão funcional do Distrito Federal, com a concentração dos empregos e a sobrecarga dos seus serviços públicos e privados.

Contudo, mesmo diante da demanda metropolitana carente de planejamento integrado com os demais municípios da região de entorno, registram-se alguns fatores capazes de potencializar a socioeconômica local e regional, de modo a reverter o perfil de desigualdade que caracteriza seu território.

1.2.3 Características da população

O censo do IBGE em 2010 contabilizou a população do Distrito Federal em 2.570.160 habitantes, distribuídos em áreas urbanas (2.482.210 habitantes) e rurais (87.950 habitantes), correspondendo a um percentual de 96,6% e 3,4%, respectivamente. Contudo, cabe destacar que estão incluídos como área rural, os Parques Nacionais, Reservas Florestais, Áreas de Proteção Ambiental, etc.

Segundo dados de Amostra de Domicílio - PDAD da CODEPLAN (2013), constatou-se que a população do Distrito Federal é formada pela migração das Regiões Nordeste (52,25 %), Sudeste (26,83 %), Centro-Oeste (13,91 %) e Norte e Sul representando, juntas, 6,38 %. De acordo com o levantamento dos residentes no DF, 48,98 % representam os naturais do Distrito Federal.

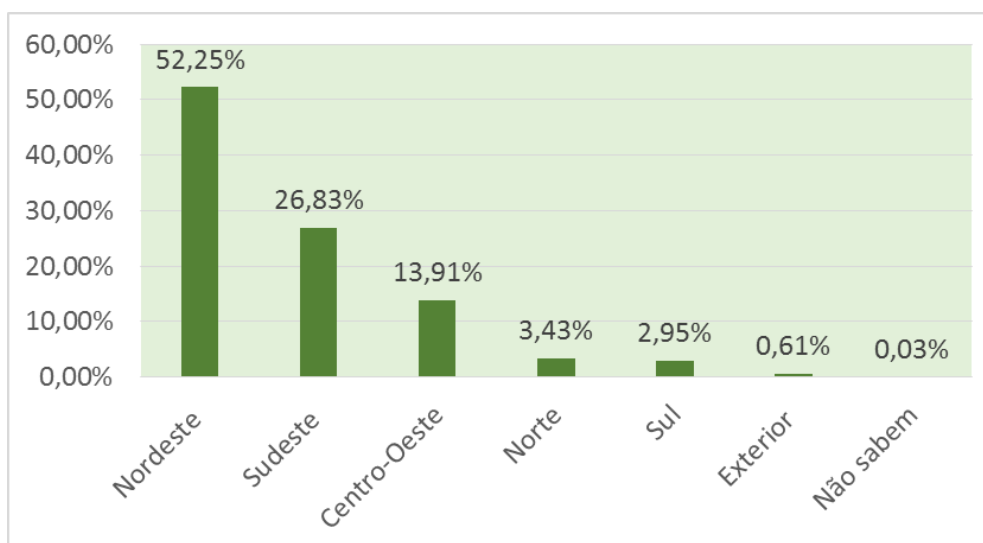


Figura 1.2: Naturalidade da população do DF por Região do Brasil.

Fonte: Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD) – Distrito Federal. CODEPLAN, DF: 2013.

Ao distribuir a população por faixa etária, constatou-se que os jovens (até 14 anos) representavam 20,38% da população, os adultos (de 15 a 59 anos) 65,56% e os idosos (mais de 60 anos) totalizam 14,07% da população.

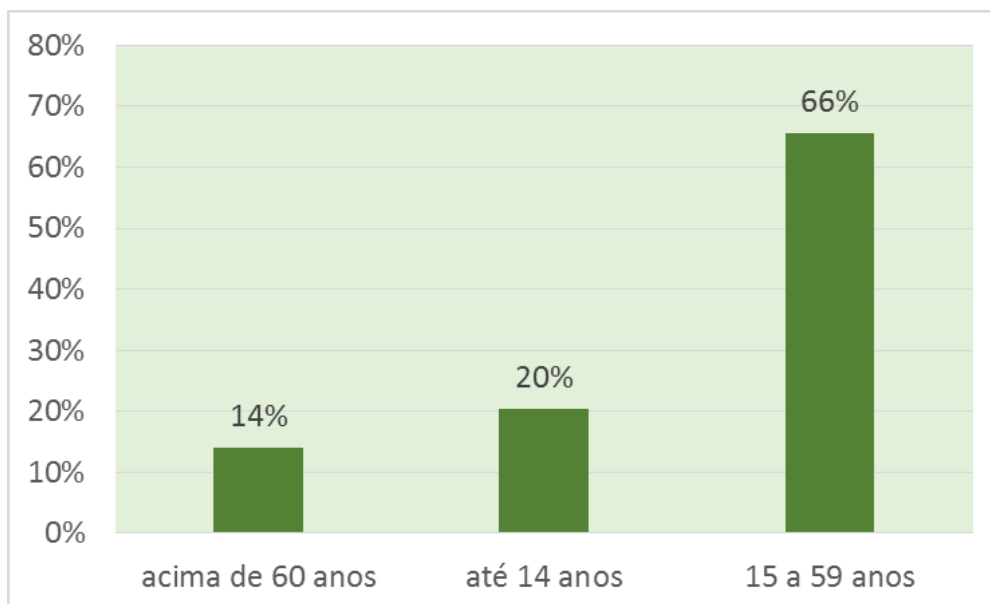


Figura 1.3: Distribuição de faixas etárias da população do Distrito Federal.
Fonte: Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD) – Distrito Federal. CODEPLAN, DF: 2013.

A distribuição populacional por sexo mostra que a maioria (51,98%) é constituída por mulheres, situação relativamente semelhante à observada em todas as Regiões Administrativas. No Distrito Federal, a menor participação dos homens reflete-se a uma razão de sexo desproporcional, ou seja, uma defasagem na ordem de 10 homens em cada 100 mulheres.

De acordo com o último estudo feito pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 2010), o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) médio de Brasília é de 0,824. Contudo, verifica-se um aumento no IDH, em relação aos anos anteriores, o que denota uma melhoria na qualidade de vida, na saúde, na educação e na renda.

Por meio do IDH-M é possível verificar as melhorarias na área de saúde e saneamento, o que promove um índice de longevidade maior; melhora o acesso da população à educação; e, por último, prioriza os esforços em ações que gerem trabalho e renda local.

Na educação, registrou-se nas últimas décadas um desempenho positivo frente a diversos indicadores, como a redução da taxa de analfabetismo, a melhoria dos índices de acesso da população das diferentes faixas etárias às diversas modalidades de ensino, bem como a migração de pessoas altamente instruídas para esta área.

Sobre esse assunto, segundo dados da CODEPLAN (2013), constata-se 29,67% da população possui escolaridade com nível fundamental incompleto, enquanto 17,27% têm formação superior, incluindo curso de especialização, mestrado e doutorado. Os que se declaram analfabetos (sabem ler e escrever) e a alfabetização de adultos totalizam 3,99%.

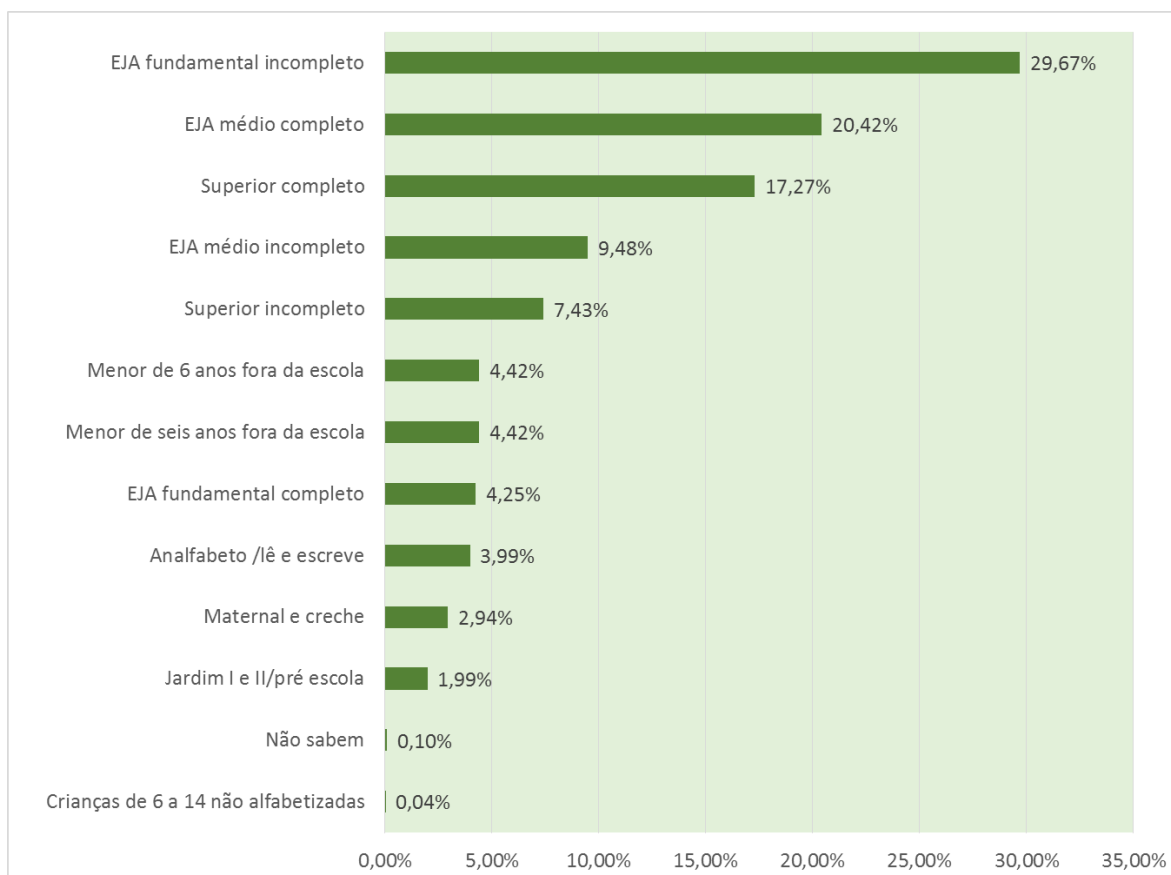


Figura 1.4: Porcentagem das faixas de escolaridade da população.

Fonte: Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD) – Distrito Federal. CODEPLAN, DF: 2013.

A Figura 1.4 demonstra a alta correlação entre o grau de instrução e a renda domiciliar. Nas regiões de alta renda como Lago Norte, Lago Sul e Sudoeste/Octogonal, a maioria da população possui nível superior, incluindo cursos de especialização mestrado e doutorado, enquanto nas de baixo poder aquisitivo como SCIA-Estrutural e Itapoã este percentual é bastante reduzido.

Quanto ao rendimento, os dados da PDAD (2013) mostram que 49,58 % da população têm atividades remuneradas, 14,45 % representam os aposentados e pensionistas, enquanto 5,62 % encontram-se desempregados. A maior concentração de empregos remunerados está na Região Administrativa de Ceilândia, Samambaia e Plano Piloto, porém a RA de Ceilândia apresenta o 3º menor valor relativo de empregos remunerados e a maior taxa de desempregados, como pode ser observado na Figura 1.5.

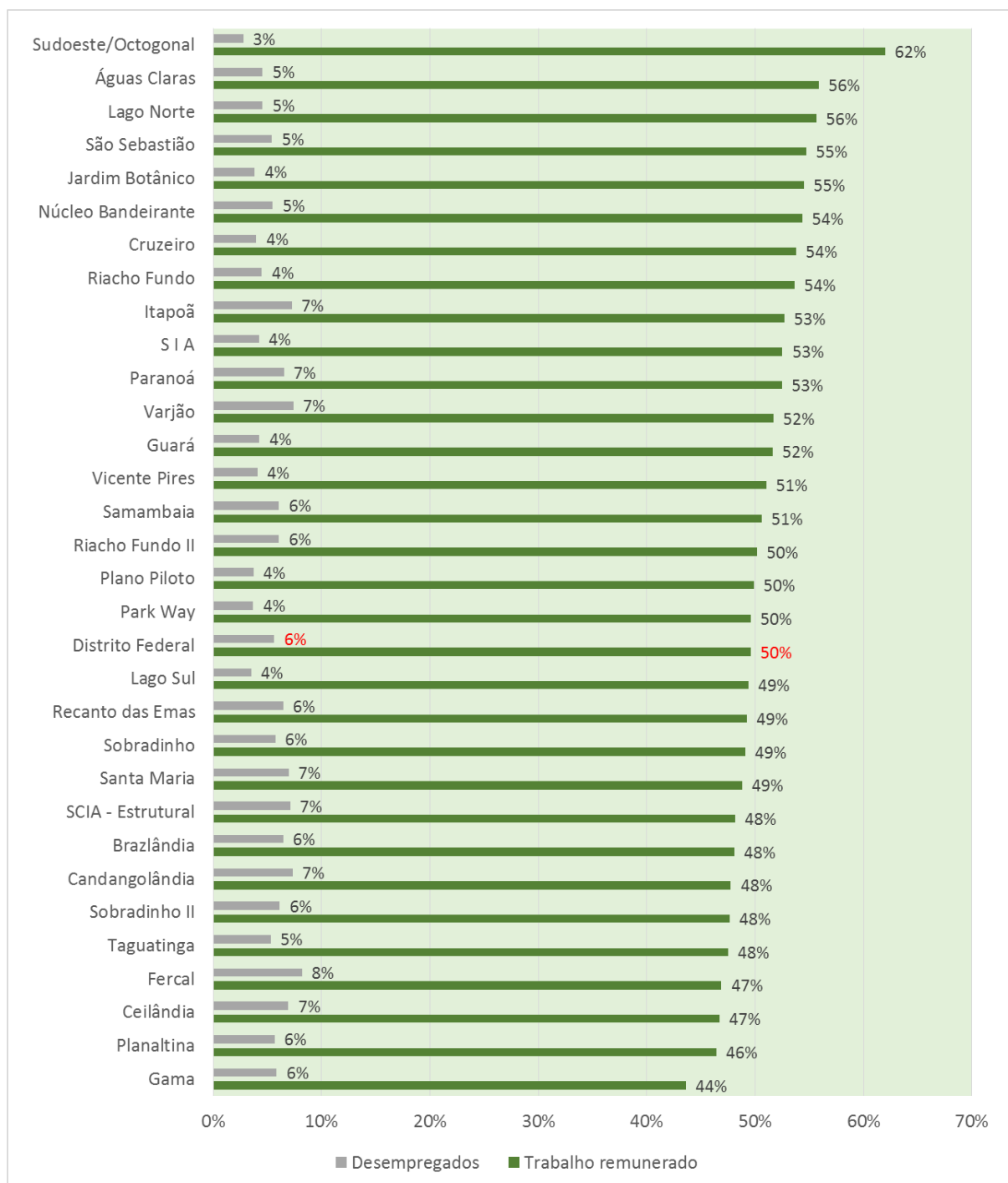


Figura 1.5: Trabalho remunerado e desemprego segundo as Regiões Administrativas.

Fonte: Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD) – Distrito Federal. CODEPLAN, DF: 2013.

No que tange ao tipo de ocupação dos trabalhadores empregados, conforme a referida fonte de dados, constata-se que 0,79% estão vinculados a atividades agropecuárias, 7,03% na indústria, 25,05% no comércio, 20,90% na Administração Pública (administração direta, empresas públicas e fundações), 19,69% em serviços gerais.

Os dados da PDAD mostram que cada Região Administrativa tem especificidades que as diferenciam umas das outras, a exemplo dos perfis de residentes, segundo a atividade econômica a qual pertencem.

Verifica-se que os trabalhadores da Administração Pública residem em maior proporção no Sudoeste /Octogonal, Brasília, Lago Norte e Jardim Botânico, somando cerca de 50% da população ocupada. Por outro lado, a maioria dos empregados domésticos tem residência fixada no Varjão, Itapoã, São Sebastião e Paranoá.

Com relação ao número da população ocupada por setor de atividade, Ceilândia aparece, em primeira posição, em números absolutos de trabalhadores em quase todos os setores de atividade remunerada, com exceção da Administração Pública Federal, serviços creditícios e financeiros, serviços de informática e outras atividades. Os setores que exigem mais qualificação e formação são liderados por Brasília (administração pública federal e outras atividades) e Águas Claras (serviços creditícios e financeiros).

A renda domiciliar média da população do Distrito Federal, de acordo com dados da CODEPLAN (PDAD, 2013), corresponde a 6,93 salários mínimos (SM), o que equivale a R\$ 5.015,04 e a renda per capita de 2,20 salários mínimos, correspondendo a R\$ 1.489,57.

Contudo, ao verificar-se a distribuição da renda domiciliar bruta mensal, baseando-se nas classes de renda e nos múltiplos de salários mínimos, obtém uma concentração de 30,48 % dos domicílios que possuem mais de 2 a 5 salários mínimos, seguindo de mais de 5 a 10 salários mínimos (20,38 %), enquanto apenas 9,93 % têm rendimentos acima de 20 salários mínimos e 7,46 % compreende os domicílios de até 1 salário mínimo.

Cabe destacar que, renda média domiciliar mais alta foi verificada no Lago Sul, seguida do Park Way, Sudoeste/Octogonal, Lago Norte, Plano Piloto e Jardim Botânico. Por outro lado, é expressivo o percentual de domicílios com rendas de até 01 salário mínimo na Estrutural e Fercal. Cabe destacar que foram registrados 2,4 % da população que ganham até 2 salários mínimos, o que se pressupõe que este fato retrata a realidade da maior parte da população que vive nos núcleos rurais remanescentes.

Verifica-se que a diferença entre a maior renda domiciliar média (Lago Sul) é 15 vezes maior que a menor renda (Estrutural) e em termos de renda per capita. Dentro de cada região administrativa a desigualdade é menor, independente da classe social. O Coeficiente de Gini do Lago Sul é de 0,350 e do Park Way é de 0,352, enquanto nas rendas mais baixas o indicador também é baixo, com 0,318 na Estrutural.

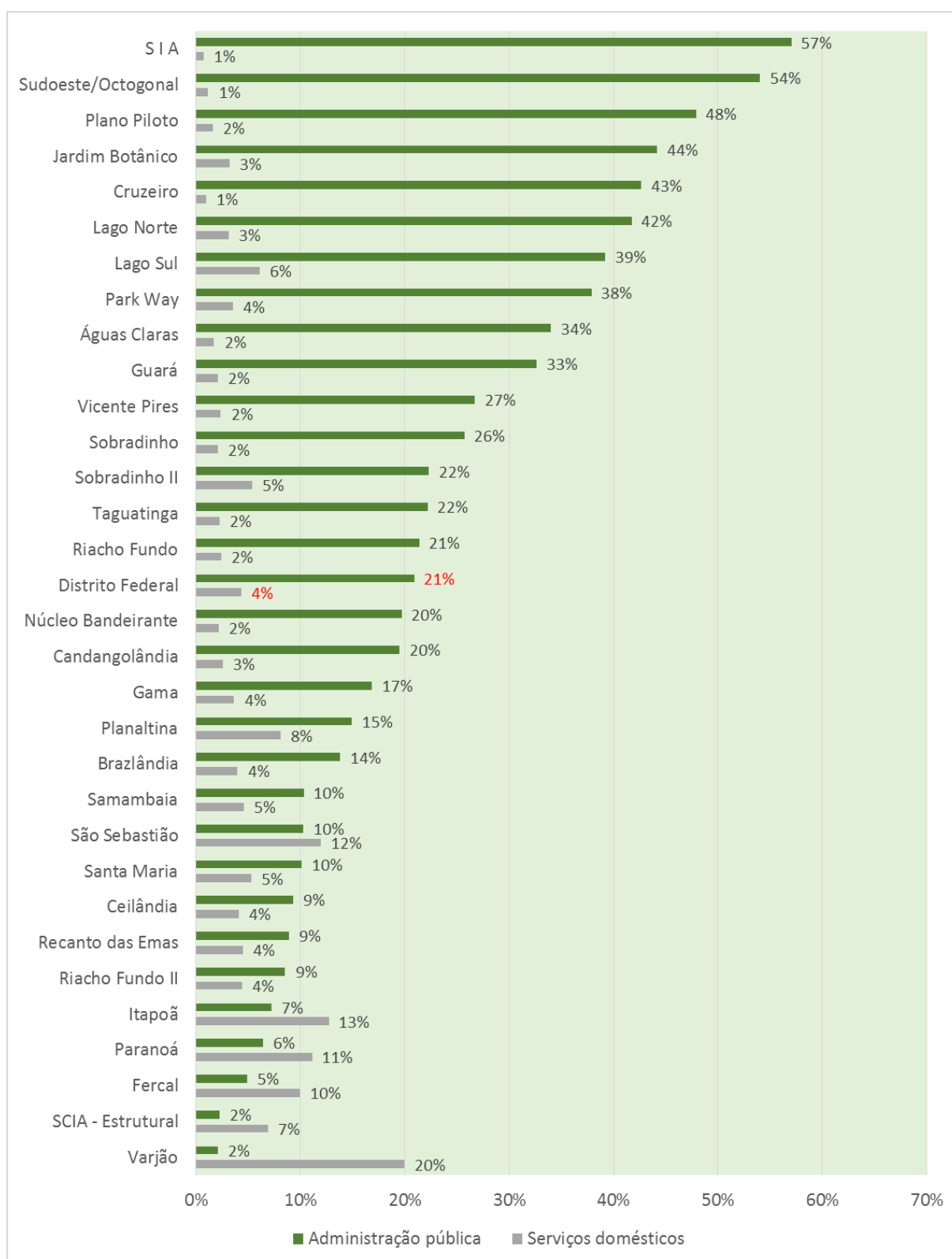


Figura 1.6: - População, ocupada por setor de atividade remunerada, segundo as Regiões Administrativas.

Fonte: Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD) – Distrito Federal. CODEPLAN, DF: 2013.

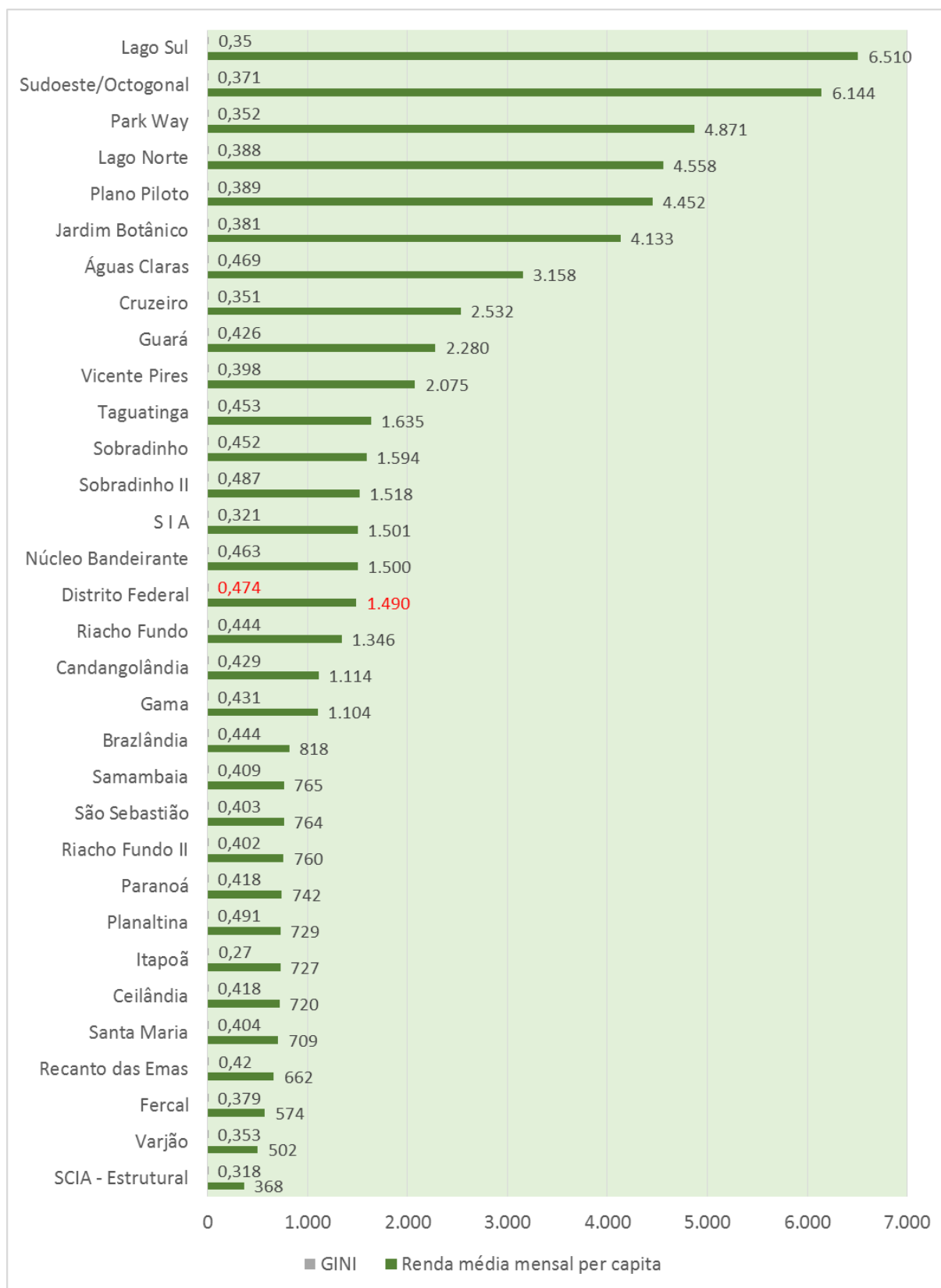


Figura 1.7: - Renda Per Capita Média Mensal e Gini, segundo as Regiões Administrativas.
Fonte: Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD) – Distrito Federal. CODEPLAN, DF: 2013.

Sobre a forma de ocupação, 69,48 % dos entrevistados declararam que as suas residências são próprias, sendo que 22,56 % encontram-se em terrenos não legalizados e/ou assentamentos, embora seus moradores os considerem como domicílios próprios. Os maiores percentuais são registrados na RA Itapoã (93,55 %), Jardim Botânico (90,00 %) e SCIA - Estrutural (83,33 %).

Observa-se, ainda, o percentual significativo de imóveis alugados (22,53 %), principalmente no Núcleo Bandeirante (42,80 %) e Sudoeste/Octogonal (40,27 %), o que pode ser explicado pela proximidade com o centro de Brasília, local de grande concentração de empregos e equipamentos de caráter regional.

No que tange aos dados sobre saúde, os dados a seguir ilustram a realidade do Distrito Federal. A taxa de mortalidade infantil vem sofrendo acréscimo, o que vai de encontro com o proposto pela Organização Mundial de Saúde (OMS) que estabelece como limite aceitável 10 mortes para cada mil nascimentos. Apesar disto, o DF apresenta taxa menor do que a nacional que é de 19,3 óbitos por mil nascidos vivos.

Tabela 1.2: População estimada e indicadores demográficos. Distrito Federal – 2007-2014.

Ano	População Estimada	Nascidos Vivos ⁽¹⁾	Taxa de Natalidade ⁽²⁾	Óbitos com menos de 1 ano	Taxa de Mortalidade Infantil ⁽²⁾	Total de Óbitos	Taxa de Mortalidade Geral ⁽²⁾
2007	2.433.853	44.090	18,1	488	11,1	9.855	4,0
2008	2.483.505	44.119	17,8	523	11,8	10.268	4,1
2009	2.532.488	43.946	17,4	523	11,9	10.462	4,1
2010	2.570.160	44.253	17,2	559	12,6	10.844	4,2
2011	2.664.444	43.469	16,3	499	11,5	11.255	4,2
2012	2.727.098	43.511	16,0	506	11,6	11.308	4,1
2013	2.789.761	44.515	16,0	565	12,7	11.402	4,1
2014	2.852.372	44.528	15,6	509	11,4	11.988	4,2

(1) Referem-se a nascimento de residentes no Distrito Federal. (2) Por 1.000 habitantes. Fonte: Companhia de Planejamento do Distrito Federal (CODEPLAN): Anuário Estatístico do DF, 2012 e 2015.

Observa-se pela tabela anterior que a taxa de natalidade vem decrescendo, o que reflete a característica nacional de baixa natalidade e envelhecimento da população. A taxa de fecundidade do Distrito Federal é de 1,74 e está entre as menores do país, de acordo com o Datasus/Sinasc e Censo Demográfico de 2010. O Brasil registrou taxa de fecundidade (1,86) - abaixo da taxa de reposição (2,1) - o que poderá ocasionar uma taxa de decréscimo significativo da população em 30 anos (DISTRITO FEDERAL, 2012e).

Sobre a mortalidade geral no DF, a taxa decresceu entre 2000 e 2010. A principal causa de morte é referente a doenças do aparelho circulatório, seguido de neoplasias e causas externas. A tabela a seguir foi retirada da publicação número 5 da Série Demografia em Foco, da CODEPLAN (DISTRITO FEDERAL, 2012d) com o ranking das causas de mortes nos anos 2000 e 2010 no DF.

Tabela 1.3: Ranking das causas de mortalidade geral no Distrito Federal.

Ranking	2000	Ranking	2010
1	IX. Doenças do aparelho circulatório	1	IX. Doenças do aparelho circulatório
2	XX. Causas externas de morbidade e mortalidade	2	II. Neoplasias (tumores)
3	II. Neoplasias (tumores)	3	XX. Causas externas de morbidade e mortalidade
4	X. Doenças do aparelho respiratório	4	X. Doenças do aparelho respiratório
5	I. Algumas doenças infecciosas e parasitárias	5	XI. Doenças do aparelho digestivo
6	XI. Doenças do aparelho digestivo	6	IV. Doenças endócrinas nutricionais e metabólicas
7	IV. Doenças endócrinas nutricionais e metabólicas	7	I. Algumas doenças infecciosas e parasitárias
8	XVIII. Sintomas, sinais e achados anormais exames clínicos e de laboratório	8	XVI. Algumas afecções originadas no período perinatal
9	XVI. Algumas afecções originadas no período perinatal	9	VI. Doenças do sistema nervoso
10	XVII. Mal formação congênita, deformidade e anomalias cromossômicas	10	XVII. Mal formação congênita, deformidade e anomalias cromossômicas
Ranking	2011	Ranking	2012
1	IX. Doenças do aparelho circulatório	1	IX. Doenças do aparelho circulatório
2	II. Neoplasias (tumores)	2	II. Neoplasias (tumores)
3	XX. Causas externas de morbidade e mortalidade	3	XX. Causas externas de morbidade e mortalidade
4	X. Doenças do aparelho respiratório	4	X. Doenças do aparelho respiratório
5	XI. Doenças do aparelho digestivo	5	XI. Doenças do aparelho digestivo
6	IV. Doenças endócrinas nutricionais e metabólicas	6	IV. Doenças endócrinas nutricionais e metabólicas
7	I. Algumas doenças infecciosas e parasitárias	7	I. Algumas doenças infecciosas e parasitárias
8	VI. Doenças do sistema nervoso	8	XVI. Algumas afecções originadas no período perinatal
9	XVI. Algumas afecções originadas no período perinatal	9	VI. Doenças do sistema nervoso
10	XIV. Doenças do aparelho geniturinário	10	XIV. Doenças do aparelho geniturinário

Ranking	2013	Ranking	2014
1	IX. Doenças do aparelho circulatório	1	VIII. Doenças do ouvido e da apófise mastoide
2	II. Neoplasias (tumores)	2	II. Neoplasias (tumores)
3	XX. Causas externas de morbidade e mortalidade	3	XX. Causas externas de morbidade e mortalidade
4	X. Doenças do aparelho respiratório	4	IX. Doenças do aparelho circulatório
5	XI. Doenças do aparelho digestivo	5	X. Doenças do aparelho respiratório
6	IV. Doenças endócrinas nutricionais e metabólicas	6	I. Algumas doenças infecciosas e parasitárias
7	I. Algumas doenças infecciosas e parasitárias	7	V. Transtornos mentais e comportamentais
8	XVI. Algumas afecções originadas no período perinatal	8	XV. Gravidez, parto e puerpério
9	VI. Doenças do sistema nervoso	9	XIII. Doenças do sistema osteomuscular e tecido conjuntivo
10	XVII. Mal formação congênita, deformidade e anomalias cromossômicas	10	XVI. Algumas afecções originadas no período perinatal

Fonte: SVS/MS. Tabnet, DATASUS. Dados elaborados pelo NEP/CODEPLAN. CID-10 - A Classificação Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde.

O nível de saúde medido pela mortalidade proporcional mostrou que o DF, entre 2000 e 2010, apresentou uma melhora no que se refere a mortes em menores de 1 ano e aumento na faixa de idade de 70 anos ou mais. As causas prováveis são o aumento da longevidade da população, na redução proporcional da mortalidade nas faixas etárias mais jovens e no decréscimo das mortes por causas externas.

A mortalidade no DF segue o padrão nacional no qual os homens morrem mais precocemente que as mulheres. Em 2010 no DF, na faixa etária de 15 a 39 anos o percentual de mulheres mortas foi de 8,5% enquanto o de homens foi de 21%.

A realidade demográfica do DF é muito próxima a do Brasil, na qual há um processo de acréscimo da população feminina e envelhecimento da população. Além disto, cresce o número de arranjos familiares sem filhos e a fecundidade é posposta para idades avançadas à medida que aumenta a escolaridade.

1.2.4 Características econômicas

Segundo dados do IBGE (2013), o Distrito Federal possui Produto Interno Bruto (PIB) de R\$ 150.261.806,00, sendo o PIB per capita de R\$ 62.859,43. As maiores contribuições estão relacionadas aos Serviços, a preços correntes - exclusive administração, saúde e educação públicas e seguridade social (R\$ 73.351.468,00), da Administração, saúde e educação públicas e seguridade social (R\$ 66.783.4020), da agropecuária (R\$ 425.470 e indústria (R\$ 9.701.466,00).

O setor Industrial no Distrito Federal, conforme (IDECON/CODEPLAN, 2015), com peso de 5,7 % no PIB local, registrou contração de 1,6 % no quarto trimestre de 2014, comparativamente ao mesmo período de 2013. O cenário tem-se mostrado desfavorável para a indústria local, pois a redução da demanda acarretada pela queda no consumo das famílias e, mais recentemente, pela crise financeira enfrentada pelo país.

A Indústria de Transformação, que representa 1,5 % na estrutura econômica DF, retraiu 3,3 % no quarto trimestre de 2014, em relação ao quarto trimestre de 2013, o que decorreu em demissões no setor. A Indústria de Transformação brasileira reduziu o número de empregos formais em 1.065 postos de trabalho, 1.005 deles, eliminados ao longo do segundo semestre, segundo dados do CAGED/MTE.

Dos 12 segmentos pesquisados, sete apresentaram saldo negativo no quantitativo de postos formais, entre os quais, Indústria do papel, papelão, editorial e gráfica, Indústria de produtos minerais não metálicos e Indústria de produtos alimentícios e bebidas que, juntos, representam mais de 60,0 % do total da Indústria de Transformação e abastecem o comércio local.

A indústria da construção civil, que representa 3,4 % na estrutura produtiva do Distrito Federal e quase 60 % de toda a indústria local, continuou sua trajetória de desaquecimento, caindo 1,1 % no quarto trimestre frente ao mesmo trimestre de 2013. A redução dos negócios na atividade afetou o nível de emprego, quando que o quantitativo de empregos formais perdeu 7.216 postos no decorrer de 2014, muito acima das 1.883 vagas cortadas em 2013.

Segundo informações da Governo Distrital¹, o setor de serviços é responsável por 94 % de toda a atividade econômica de Brasília. Os segmentos com resultados positivos nos três últimos meses de 2014 foram o de informação (telefonia móvel, acesso à internet e TV por assinatura), que cresceu 5,3 %, e o de administração, saúde e educação públicas, com 1,4 %.

O grupo intermediação financeira, seguros e previdência complementar apresentou redução de 4,1 %, especialmente por conta da elevação da taxa de juros, que se refletiu no aumento do custo das linhas de financiamento.

O comércio também sofreu queda de 4,2 %. A redução do ritmo de crédito, os juros elevados, a alta da inflação e o atraso no pagamento dos servidores públicos distritais afetaram o consumo no fim de 2014. O segmento outros serviços, que inclui atividades de alojamento, alimentação, imobiliárias e aluguéis, entre outros, cresceu 4,7 % nos últimos três meses do ano passado em Brasília.

No ano de 2014, o índice médio da Agropecuária no Distrito Federal foi de 11,5 % em relação a 2013, resultado do bom desempenho do setor no primeiro e segundo trimestres, quando apresentou acréscimos expressivos de 14,8 % e 24,6 %, respectivamente. O Brasil cresceu 0,4 % no mesmo período.

¹<http://www.codeplan.df.gov.br/noticias/noticias/item/3222-economia-no-df-cresce-mais-que-a-m%C3%A9dia-nacional-em-2014.html>. Acesso em agosto de 2016.

Os principais produtos cultivados na área rural do DF, segundo IBGE (2014) são milho (264.436 toneladas), soja (142.720 toneladas), cana-de-açúcar (41.037 toneladas) e feijão (45.365). Com relação à pecuária, os dados do IBGE (2011) indicam que existem 10.759.869 aves (galos, frangas, frangos, galinhas, pintos e codornas), 163.985 suínos e 100.056 cabeças de bovino. Os demais percentuais sobre a pecuária no DF.

De acordo com os dados do Anuário do DF², em 2014, o número de passageiros no Aeroporto Juscelino Kubistchek foi de 18.146.403 e na Rodoviária Interestadual de Brasília foi de 1.349.938, gerando uma arrecadação de imposto da ordem de R\$ 48.189.687,91. O setor turístico empregou cerca de 47.900 pessoas em 2014.

As atividades relacionadas ao turismo (alojamento, agência de viagem, transporte, aluguel de transporte, auxiliar de transporte, alimentação, cultura e lazer) promovem empregos diretos no DF, principalmente, nos setores de alimentação, alojamento e atividades recreativas e culturais.

Quanto aos empregos indiretos (abertos em outros setores a partir de um aumento de demanda do setor analisado), estes são encontrados, sobretudo, nos setores de transporte ferroviário municipal de passageiros, de alojamento, de agências de viagem, de atividades recreativas e culturais e de transporte rodoviário municipal de passageiros.

Quando somados os totais de empregos, diretos e indiretos, verifica-se que os setores que mais empregam são alimentação, alojamento, atividades recreativas e culturais e o serviço de transporte rodoviário de passageiros.

As informações divulgadas pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) revelaram que as exportações do DF bateram recorde em 2011 e cresceram 20% em relação a 2010, passando de US\$ 152 milhões para US\$ 184 milhões. Os principais produtos de exportação foram cortes de frango, grãos (como soja trituração e milho para semeadura), combustíveis e lubrificantes para aviões e outras mercadorias para consumo a bordo de aeronaves.

Um dos produtos mais representativos na exportação do DF foi a soja, quando o grão obteve um crescimento de 157 % em relação a 2010, passando de US\$ 13 milhões para US\$ 34 milhões. (Anuário do Distrito Federal, 2012).

Contudo, segundo a mesma fonte de informação, esse aumento expressivo na exportação do DF não representa um forte impacto na economia regional, mas aumentou o interesse na realização de mais investimentos no setor de comércio exterior. Os principais importadores de produtos do Distrito Federal foram Arábia Saudita, China, Estados Unidos e Portugal.

1.2.5 Perfil epidemiológico

Como visto nos indicadores demográficos, o estado geral de saúde da população do DF melhorou em função da ampliação na expectativa de vida. Ao observar os dados da vigilância epidemiológica (CODEPLAN, 2015), verifica-se que as principais doenças infecciosas ou transmissíveis no DF são descritas nas Tabela 1.4 e Tabela 1.5.

² http://observatorio.setur.df.gov.br/files/5314/2740/3379/Anuario_2015_-_DIGITAL.pdf. Acesso em agosto de 2016.

Nas áreas de influência deste estudo, as doenças com maior número de caso foram: a) Jardim Botânico: Dengue (32), Varicela (5) e Condiloma Acuminado (HPV) e Síndrome do Corrimento Uretral em Homens (2); b) Lago Sul: Dengue (83), Varicela (17) e Tuberculose (6); c) São Sebastião: Varicela (1039), Dengue (446) e Condiloma Acuminado (HPV) (130).

Tabela 1.4: Vinte doenças Infecciosas ou transmissíveis em 2013 com maiores números de casos no DF.

Doenças Infecciosas ou Transmissíveis		Nº de casos	Doenças Infecciosas ou Transmissíveis		Nº de casos
1	Dengue	9546	11	Hanseníase	179
2	Varicela	8347	12	Hepatite C	176
3	Condiloma Acuminado HPV	1389	13	Hepatite B	175
4	Síndrome do Corrimento Uretral em Homens	1080	14	Sífilis Congênita	145
5	Sífilis em adultos (exceto gestantes)	628	15	Sífilis em gestante	133
6	Aids	544	16	Coqueluche	119
7	Síndrome da Úlcera Genital	509	17	Agressões por serpentes	118
8	Agressões por escorpião	469	18	Hepatite viral A	92
9	Síndrome da Cervicite	457	19	Influenza por novo subtipo viral	41
10	Tuberculose	332	20	Leishmaniose Tegumentar Americana	33

Fonte: Diretoria de Vigilância Epidemiológica. Gerência de Vigilância Epidemiológica e Imunização. Anuário Estatístico do DF, CODEPLAN: 2015.

Tabela 1.5: Número de casos de notificação compulsória de algumas doenças infecciosas e transmissíveis, segundo as Regiões Administrativas.

Doença	Brasília	Gama	Taguatinga	Brazlândia	Sobradinho	Planaltina	Paranoá	Núcleo Bandeirante	Ceilândia	Guará	Cruzeiro	Samambaia	Santa Maria
Cólera	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Coqueluche	3	3	11	2	4	20	4	0	20	2	1	11	13
Doença de Chagas Aguda	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Dengue	360	371	589	630	267	749	286	76	1.603	269	73	1.228	193
Difteria	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Esquistossomose	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0
Febre Tifoide	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Hanseníase	5	4	10	5	10	26	9	2	27	5	2	9	13
Hepatite viral A	6	1	4	0	3	14	1	2	9	6	0	6	6
Leishmaniose Tegumentar Americana	2	0	6	0	0	6	0	0	3	2	1	2	0
Leptospirose	2	0	5	2	2	1	0	0	2	1	1	2	1
Malária	2	2	3	0	0	1	1	0	3	1	0	2	0
Poliomielite	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Síndrome Rubéola Congênita	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Rubéola	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Sarampo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Tétano acidental	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Tuberculose	11	13	21	4	15	30	8	2	55	16	1	32	14
Hantavirose	0	0	0	0	0	2	1	0	0	0	0	0	0
Varicela	160	341	836	229	142	484	291	86	1304	378	59	1105	277
Hepatite B	9	8	11	4	1	14	8	0	25	10	1	24	11
Sífilis em adultos (exceto gestantes)	31	41	61	8	12	53	21	7	159	32	4	73	9
Meningite Tuberculosa	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0
Doença Meningocócica	1	2	1	0	1	1	0	1	2	0	0	2	1

Doença	Brasília	Gama	Taguatinga	Brazlândia	Sobradinho	Planaltina	Paranoá	Núcleo Bandeirante	Ceilândia	Guará	Cruzeiro	Samambaia	Santa Maria
Meningite por Haemophilus Influenza B	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Aids	60	26	60	10	9	33	18	7	72	36	8	41	11
Sífilis Congênita	1	20	18	3	1	9	11	0	28	1	0	11	9
Oftalmia Gonocócica Neonatal	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Condiloma Acuminado (HPV)	33	59	86	14	21	164	41	14	286	83	8	113	79
Febre Amarela	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Hepatite C	18	8	17	0	4	12	1	3	21	10	6	15	6
Síndrome do Corrimento Uretral em Homens	26	52	71	4	15	123	62	13	206	42	10	118	61
Leishmaniose Visceral	0	2	0	0	0	2	1	1	1	1	0	1	2
Síndrome da Úlcera Genital	18	3	21	1	12	92	15	8	104	28	10	27	55
Meningite por bactéria não especificada	0	3	1	3	0	0	0	0	4	0	0	2	3
Meningite Pneumocócica	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Síndrome da Cervicite	15	10	16	8	24	77	11	3	57	29	11	16	81
Meningite Viral	1	0	3	0	0	1	0	0	2	1	0	1	1
Toxoplasmose Congênita	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Toxoplasmose aguda em gestante	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Sífilis em gestante	2	3	14	8	6	12	3	1	14	3	1	19	14
Febre Maculosa	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0
Influenza por novo subtipo viral	2	2	4	2	2	4	0	0	4	1	1	3	1
Tétano Neonatal	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Agressões por serpentes	3	9	5	14	5	16	11	1	11	5	0	9	2
Agressões por escorpião	20	15	57	6	20	82	46	7	34	19	16	18	11

Tabela 1.6: Número de casos de notificação compulsória de algumas doenças infecciosas e transmissíveis, segundo as Regiões Administrativas (Cont.). Destaque para as RAs.

Doença	São Sebastião	Recanto das Emas	Lago Sul	Riacho Fundo	Lago Norte	Candangolândia	Águas Claras	Riacho Fundo II	Sudoeste/Octogonal	Varjão	Park Way	SCIA ⁽¹⁾	Sobradinho II
Cólera	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Coqueluche	0	5	0	1	0	1	2	1	0	0	3	0	9
Doença de Chagas Aguda	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Dengue	446	367	83	125	120	49	128	65	34	57	28	252	351
Difetoria	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Esquistossomose	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Febre Tifóide	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Hanseníase	10	16	0	3	4	0	1	3	2	4	1	1	5
Hepatite viral A	6	3	0	0	1	0	0	1	0	0	0	18	0
Leishmaniose Tegumentar Americana	0	0	0	0	0	2	0	0	3	0	0	0	0
Leptospirose	0	1	0	0	1	1	0	0	0	0	1	0	2
Malária	0	2	4	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0
Poliomielite	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Síndrome Rubéola Congênita	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Rubéola	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Sarampo	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0
Tétano acidental	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Tuberculose	17	11	6	6	7	0	9	4	6	2	1	4	4
Hantavirose	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Varicela	1039	379	17	223	24	50	96	98	9	27	26	133	149
Hepatite B	9	14	0	3	4	0	5	0	0	2	1	1	3
Sífilis em adultos (exceto gestantes)	22	23	2	9	3	4	11	5	3	2	1	12	2
Meningite Turbuculosa	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Doença	São Sebastião	Recanto das Emas	Lago Sul	Riacho Fundo	Lago Norte	Candangolândia	Águas Claras	Riacho Fundo II	Sudoeste/Octogonal	Varjão	Park Way	SCIA ⁽¹⁾	Sobradinho II
Doença Meningocócica	1	2	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0	1
Meningite por Haemophilus Influenza B	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Aids	18	25	3	14	8	6	19	9	14	2	2	3	8
Sífilis Congênita	8	6	1	0	1	3	2	0	0	1	0	3	0
Oftalmia Gonocócica Neonatal	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Condiloma Acuminado (HPV)	130	62	2	12	3	7	19	20	6	4	1	43	13
Febre Amarela	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Hepatite C	8	12	1	0	3	1	5	1	3	0	1	3	6
Síndrome do Corrimento Uretral em Homens	69	45	1	18	3	11	9	8	2	7	3	22	10
Leishmaniose Visceral	1	2	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Síndrome da Úlcera Genital	9	42	0	9	5	4	1	8	2	1	1	8	7
Meningite por bactéria não especificada	2	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	1
Meningite Pneumocócica	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Síndrome da Cervicite	13	9	1	5	5	3	0	5	1	0	4	7	24
Meningite Viral	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Toxoplasmose Congênita	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Toxoplasmose aguda em gestante	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Sífilis em gestante	2	6	0	1	1	1	2	4	0	1	1	4	2
Febre Maculosa	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Influenza por novo subtipo viral	1	1	3	0	0	0	3	0	2	0	0	2	0
Tétano Neonatal	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Agressões por serpentes	11	2	0	2	1	0	0	0	0	1	0	0	5

Doença	São Sebastião	Recanto das Emas	Lago Sul	Riacho Fundo	Lago Norte	Candangolândia	Águas Claras	Riacho Fundo II	Sudoeste/Octogonal	Varjão	Park Way	SCIA ⁽¹⁾	Sobradinho II
Agressões por escorpião	18	9	10	8	7	8	7	1	2	3	0	3	15

Fonte: Diretoria de Vigilância Epidemiológica. Gerência de Vigilância Epidemiológica e Imunização. Anuário Estatístico do DF, CODEPLAN: 2015.

Tabela 1.7: Número de casos de notificação compulsória de algumas doenças infecciosas e transmissíveis, segundo as Regiões Administrativas (Cont.). Destaque para a AID.

Doença	Jardim Botânico	Itapoã	SIA ⁽²⁾	Vicente Pires	Fercal	Ignorada	Total
Cólera	0	0	0	0	0	0	0
Coqueluche	0	2	0	0	0	1	119
Doença de Chagas Aguda	0	0	0	0	0	0	0
Dengue	32	421	3	147	21	123	9546
Difetéria	0	0	0	0	0	0	0
Esquistossomose	0	0	0	0	0	0	4
Febre Tifóide	0	0	0	0	0	0	1
Hanseníase	0	1	0	1	0	0	179
Hepatite viral A	0	3	0	0	1	1	92
Leishmaniose Tegumentar Americana	0	2	0	4	0	0	33
Leptospirose	0	1	0	1	1	0	28
Malária	1	0	0	0	0	1	25
Poliomelite	0	0	0	0	0	0	0
Síndrome Rubéola Congênita	0	0	0	0	0	0	0
Rubéola	0	0	0	0	0	0	0
Sarampo	0	0	0	0	0	0	1
Tétano acidental	0	0	0	0	0	0	0
Tuberculose	0	8	0	2	0	23	332
Hantavirose	0	0	0	0	0	0	3
Varicela	5	193	2	61	7	117	8347
Hepatite B	0	6	0	0	0	1	175
Sífilis em adultos (exceto	1	3	0	5	1	8	628

Doença	Jardim Botânico	Itapoã	SIA ⁽²⁾	Vicente Pires	Fercal	Ignorada	Total
gestantes)							
Meningite Tuberculosa	0	0	0	0	0	0	1
Doença Meningocócica	0	2	0	1	0	0	21
Meningite por Haemophilus Influenza B	0	0	0	0	0	0	0
Aids	1	2	0	13	0	6	544
Sífilis Congênita	0	7	1	0	0	0	145
Oftalmia Gonocócica Neonatal	0	0	0	0	0	0	1
Condiloma Acuminado (HPV)	2	31	2	6	3	22	1389
Febre Amarela	0	0	0	0	0	0	0
Hepatite C	0	3	0	3	0	5	176
Síndrome do Corrimento Uretral em Homens	2	39	1	7	1	19	1080
Leishmaniose Visceral	1	0	0	0	0	0	17
Síndrome da Úlcera Genital	0	11	1	2	0	4	509
Meningite por bactéria não especificada	1	0	0	0	1	0	23
Meningite Pneumocócica	0	0	0	0	0	0	1
Síndrome da Cervicite	0	12	0	1	1	8	457
Meningite Viral	0	0	0	0	0	0	10
Toxoplasmose Congênita	0	0	0	0	0	0	0
Toxoplasmose aguda em gestante	0	0	0	0	0	0	0
Sífilis em gestante	0	8	0	0	0	0	133
Febre Maculosa	0	0	0	0	0	0	1
Influenza por novo subtipo viral	1	0	0	1	0	1	41
Tétano Neonatal	0	0	0	0	0	0	0
Agressões por serpentes	0	0	0	0	2	3	118

Doença	Jardim Botânico	Itapoã	SIA ⁽²⁾	Vicente Pires	Fercal	Ignorada	Total
Agressões por escorpião	2	3	0	3	2	17	469

Fonte: Diretoria de Vigilância Epidemiológica. Gerência de Vigilância Epidemiológica e Imunização. Anuário Estatístico do DF, CODEPLAN: 2015.

Como observado nas tabelas anteriores, os casos de agressões por serpentes ocorrem principalmente em Planaltina (16), Brazlândia (14) e Paranoá, Ceilândia e São Sebastião (11). Os casos de dengue se concentram em Ceilândia (1.603), Samambaia (1.228) e Planaltina (749). Em abril de 2013, a Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal (SES/DF) intensificou os mutirões de limpeza e campanha intensiva nas RA mais afetadas e mais propensas em função do contingente populacional, por exemplo, Taguatinga e Ceilândia.

Em fevereiro de 2013, a SES/DF e a Secretaria de Saúde do Estado de Goiás criaram o Plano de Ação Integrado de Combate à Dengue que abrange todo o DF e as cidades goianas do entorno. Atualmente, os casos do Vírus Zika registrados no Distrito Federal somam 173 ocorrências, sendo que 34 grávidas foram atingidas e dois bebês faleceram pela doença. Do total de contaminados, 31 são de Taguatinga, 22, do Plano Piloto, 11, de Águas Claras e outros 11, do Lago Norte.

Foram confirmados 16.926 casos de moradores de Brasília com a Dengue nos seis primeiros meses de 2016. Brazlândia é a região administrativa com o maior número de infectados: 1.929. A quantidade de doentes também foi alta em Ceilândia, que teve 1.852 pacientes, São Sebastião registrou 1.679, Taguatinga, 1.403, Planaltina, 1.374, e Samambaia, 1.372. As regiões somam 9.609 casos, cerca de 57% do total. Outras 22.306 pessoas apresentaram os sintomas da doença. Dos notificados, 19.899 são de Brasília e 2.407, de outras unidades federativas.

Os casos de Leishmaniose Tegumentar Americana ocorrem com maior frequência em Taguatinga e Planaltina (6), Vicente Pires (4) e Ceilândia e Sudoeste/Octogonal (3). Os casos de Leptospirose são observados principalmente em Taguatinga (5). O maior número de casos de Malária ocorreu no Lago Sul (4). Os maiores casos de Hepatite B foram identificados em Ceilândia (25), Samambaia (24) e Planaltina e Recanto das Emas (14).

1.2.6 Infraestrutura urbana do Distrito Federal

De acordo com os dados levantados, infere-se que o Distrito Federal é bem atendido pelos serviços essenciais de infraestrutura urbana. Os dados mostram que os domicílios possuem serviços de coleta urbana de lixo, assim como, ruas asfaltadas, meios-fios, iluminação pública e rede de água pluvial independente da condição socioeconômica da região quase que totalitários. O diagnóstico sobre a infraestrutura do DF é apresentado nos capítulos a seguir.

1.2.6.1 Abastecimento de Água

Informações coletadas do Zoneamento Ecológico Econômico do Distrito Federal (ZEE, 2007) revelam que, de acordo com a CAESB, o abastecimento público de água do Distrito Federal é composto por cinco Sistemas Produtores principais: Santa Maria/Torto, Rio Descoberto, Planaltina/Sobradinho, Brazlândia e São Sebastião. Com exceção do Sistema de São Sebastião, os demais utilizam, basicamente, mananciais superficiais, que respondem por aproximadamente 98% do volume produzido.

A produção restante é obtida a partir de mananciais subterrâneos, que atendem a localidades isoladas e parte dos novos parcelamentos urbanos (principalmente condomínios em processo de regularização) que estão sendo incorporados aos sistemas de abastecimento existentes. Sobre este tema, os dados apresentados mostram uma síntese dos dados de produção de água relativos

a 2007, bem como das populações total e atendida e as regiões administrativas de abrangência de cada sistema de abastecimento.

De acordo com dados da CAESB³, o Distrito Federal possui 98,04% de índice de atendimento à população, com 583.701 ligações ativas, em 8.377km de rede de distribuição/adutora. Existem 24 captações superficiais (mananciais), 114 captações subterrâneas 60 adutoras de água bruta, 128 adutoras de água tratada, 12 elevatórias de água bruta e 45 de água tratada. No total, são 114 poços em operação.

1.2.6.2 Esgotamento Sanitário

Dados coletados do ZEE (2009) mostram que o serviço de esgotamento sanitário no Distrito Federal teve um crescimento de 61,76% entre o período de 1995 a 2008. Segundo dados do censo demográfico 2010 realizado pelo IBGE, 88,9% das residências urbanas possuem saneamento adequado e 10,9% semi-adequado.

Estudos atualizados pela CODEPLAN (2012) mostraram que houve uma melhoria de atendimento em 87,19% dos domicílios, por meio do sistema de rede geral de saneamento básico. Ainda conforme o mesmo estudo, registram-se localidades que fazem uso de fossas sépticas para o tratamento do esgotamento sanitário: Jardim Botânico (94,82%), Park Way (93,13%) e Vicente Pires (86,02%).

Em 2014, o Distrito Federal teve o maior retrocesso nesse quesito entre as capitais de 2010 a 2014, quando o índice da população atendida pela Companhia de Saneamento Ambiental (Caesb) passou de 93,71% para 82,11%, uma redução de 12,38%. Apesar disso, todo o volume coletado é tratado.

1.2.6.3 Resíduos sólidos - serviços de coleta urbana de lixo.

O Distrito Federal conta com cinco Unidades de Tratamento de Resíduos Sólidos Domésticos: Usina SOUTL (Asa Sul), Usina UCCS (Asa Sul), Usina SOUCTL (Ceilândia) e Usina UDBraz (Brazlândia), além de uma Unidade de Incineração de Resíduos Especiais (Usina SOUILE), que são responsáveis por tratar cerca de 40% dos resíduos coletados pelo sistema de limpeza urbana. Os demais resíduos gerados no Distrito Federal são dispostos no Aterro Controlado do Jóquei.

Neste contexto, cabe ressaltar que aproximadamente 95% dos serviços de limpeza são terceirizados pelo SLU, para diferentes empresas prestadoras de serviço. Dessa forma, o serviço de limpeza é dividido por tipo de coleta: coleta seletiva (0,78%), queimado ou enterrado, jogado em local impróprio ou recebe outro destino. Cabe destacar que as únicas Regiões Administrativas que utilizam o sistema de coleta seletiva é Brasília (6,40%) e Cruzeiro (1,7%).

Relatório do Diagnóstico de Resíduos Sólidos⁴, produzido pelo Serviço de Limpeza Urbana (SLU – 2014), informa que os custos relacionados a serviços de limpeza urbana no Distrito Federal somaram R\$ 443.347.285, total correspondente a uma média de R\$ 154 por habitante, ao ano.

³ <https://www.caesb.df.gov.br/agua/sistemas-de-abastecimento.html>. Acesso em agosto de 2016.

⁴ http://www.agenciabrasilia.df.gov.br/images/agencia_brasilia/2015/04-ABRIL/Relatorio_diagnostico_residuos_solidos_SLU_2014.pdf. Acesso em agosto de 2016.

74% desse valor esteve associado a limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos, 23% a pessoal, 2% a manutenção e 1% a obras.

Em 2014, ocorreu a coleta convencional de 844.186 toneladas de resíduos sólidos, ao custo de R\$ 65.043.818, o que representa uma média de R\$ 77,00 por tonelada coletada e transportada. Na coleta convencional dos resíduos sólidos, o maior percentual de coleta (53%) ocorreu em regiões como Itapoã, Paranoá e Núcleo Bandeirante. O total do território abrangido representa 47% da população do DF.

O custo da coleta seletiva de 50.182 toneladas foi de R\$ 10.241.076, valor médio (área urbana e rural) de R\$ 204,00 por tonelada. Cerca de 6% dos resíduos gerados no DF foram coletados seletivamente, dos quais 2% encaminhados para reciclagem. Nesta coleta, observou-se o maior percentual (43%) em regiões que, juntas, equivalem a 15% da população. Entre elas estão Guará, Cruzeiro e Setor de Indústria e Abastecimento.

1.2.6.4 Mobilidade Urbana do Distrito Federal

A mobilidade urbana trata das possibilidades de locomoção e circulação das pessoas em determinados trechos do território, através dos mais diversos meios e formas: modos não motorizados (a pé, em cadeiras de rodas (acessibilidade/bicicletas) e modos motorizados, veículos em geral, etc.

A densidade urbana impacta a forma dos deslocamentos dos indivíduos. A ocupação mais densa tende a reduzir a quantidade de veículos per capita e incrementar outros modos de deslocamento, como as bicicletas, o transporte coletivo e a caminhada (LITMAN, 2010).

A alta densidade pode não trazer grandes benefícios para os deslocamentos internos, mas constitui bom indicador inicial da forma urbana orientada à mobilidade sustentável. As formas de ocupação e uso do solo, bem como a infraestrutura, ampliam os efeitos no deslocamento intraurbano (EWING & CERVERO, 2001).

Além da intensidade da concentração de empregos, a estrutura intraurbana da região tem como especificidade a distância física entre o centro principal e as regiões administrativas. Essas características geram maiores custos para o transporte público e grandes problemas para os deslocamentos.

A intensidade e direção dos fluxos da mobilidade intraurbana estão relacionados com a busca por moradias pelas pessoas que ocupam posições inferiores na estrutura social. Essa população busca áreas onde existe menor pressão para ocupação por parte dos segmentos de rendas mais elevadas, que conseguem se apropriar das localizações urbanas otimizadas, com acessibilidade ao centro e atividades socioeconômicas privilegiadas (CAIADO, 2005).

O DF possui forte concentração de atividades na região central onde se localizam 80% dos empregos e serviços e uma predominância do transporte individual (36,7%). O transporte não motorizado (bicicleta e a pé) corresponde a 27,8% das viagens totais no DF, enquanto o transporte por ônibus representa 30,9%, (IPEA, 2010).

De acordo com o PDAD, no DF 66,13% dos domicílios possuem automóvel. A bicicleta é o segundo veículo com maior participação (30,90%), seguido de motocicleta (6,04%). As outras modalidades

de veículos não obtiveram resultados relevantes na pesquisa. Até mesmo nas regiões administrativas de baixa renda, como Estrutural e Varjão a incidência de posse de automóveis é alta e representa 37% da população.

De acordo com o IPEA (2013), o Distrito Federal possui a segunda maior quantidade de automóveis do Brasil, perdendo apenas para o estado de Santa Catarina que apresentou uma posse de automóveis que representa 68,7% da população, enquanto o DF obteve uma taxa de 61,7%. Com relação ao percentual de trabalhadores com tempo de percurso casa-trabalho superior a 60 minutos, o DF ficou na 7ª colocação.

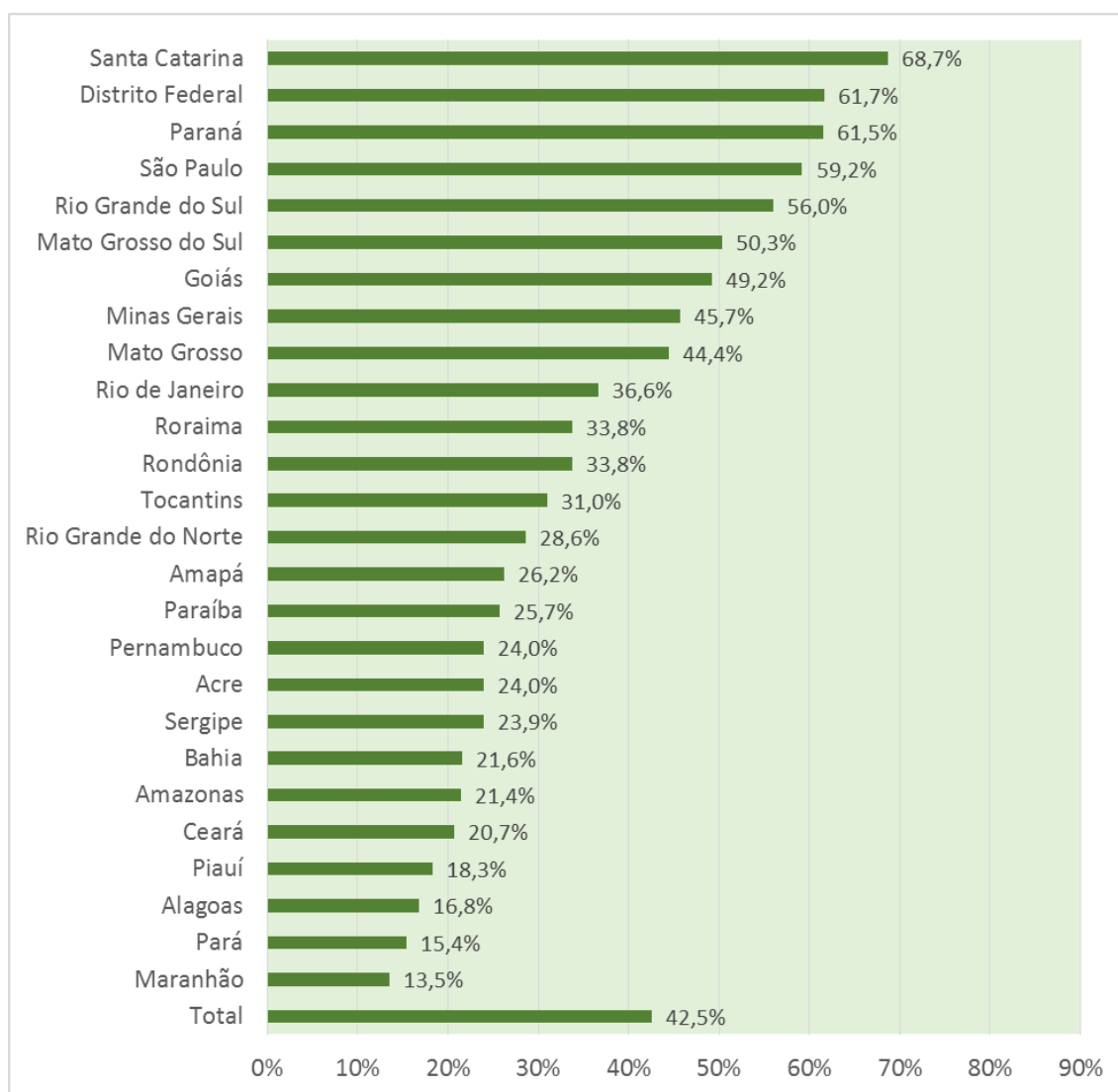


Figura 1.8: Posse de automóveis por Unidade da Federação.

Fonte: Comunicado nº 161 do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA. 2013

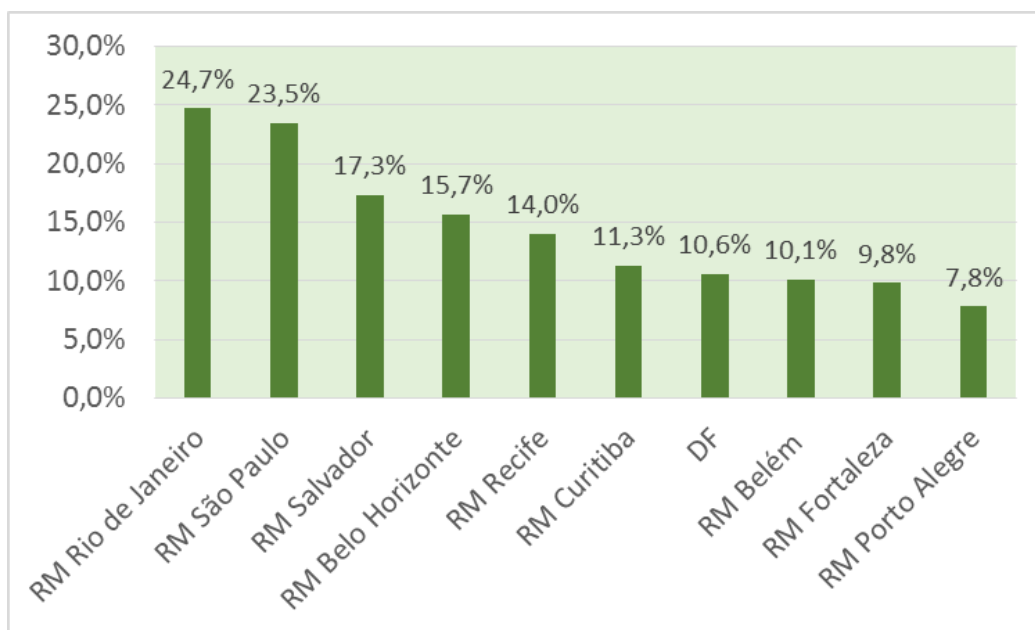


Figura 1.9: Percentual de trabalhadores com tempo de percurso casa-trabalho superior a 60 minutos.

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD. 2012

A alta dependência do veículo privado, a sobrecarga do sistema viário da capital federal que conecta as cidades-satélites ao Plano Piloto (EPIA, EPTG, EPNB e EPTG) nas horas de pico e a falta de locais de estacionamento no Plano Piloto são os principais problemas enfrentados pela população da capital federal com relação a mobilidade urbana (IPEA, 2015).

1.2.6.5 Drenagem Pluvial

Sob esse prisma e com base nas informações do ZEE a rede de drenagem de água pluvial na RA de Brasília no ano em que ocorreu o levantamento e a atualização dos dados, respectivamente 2006 a 2007 e 2009 possuía uma extensão de rede de 6.503 m, enquadrada no grupo do sistema de drenagem pluvial implantado parcialmente, significa que existem algumas áreas ainda carente de drenagem pluvial, ou que ainda, causa muito transtorno à população e ao meio físico, em função de constantes alagamento.

O sistema de drenagem urbana da RA de Brasília é composto basicamente pela conjugação das ruas (escoamento superficial em sarjetas), bocas de lobo e de leão (pontos de captação de água), poços de visitas (pontos de inspeção), redes tubulares e galerias celulares (condutores das águas pluviais), e estruturas de lançamento final (bacias de dissipação). Em alguns locais, tem-se implantado bacias de retenção, no intuito de reduzir as vazões de pico e melhorar a qualidade da água antes do lançamento final no corpo receptor.

1.2.6.6 Uso e ocupação do solo e valorização imobiliária

O uso do solo refere-se à distribuição no território dos diferentes tipos de atividades geradas pelas diferentes funções desenvolvidas pelas sociedades humanas no seu cotidiano, em situações específicas, particulares, e excepcionais. Geralmente, as considerações feitas em relação aos usos

do solo vão acompanhadas de considerações em relação às formas de ocupação. Em relação ao uso e ocupação do solo, verifica-se pela Figura 1.10 e pela Tabela 1.8 que a região é bastante antropizada. A maior parte das áreas é ocupada com agricultura e outra parte, também expressiva, é ocupada por vegetação de campo. A área urbana do DF possui aproximadamente 638 km².

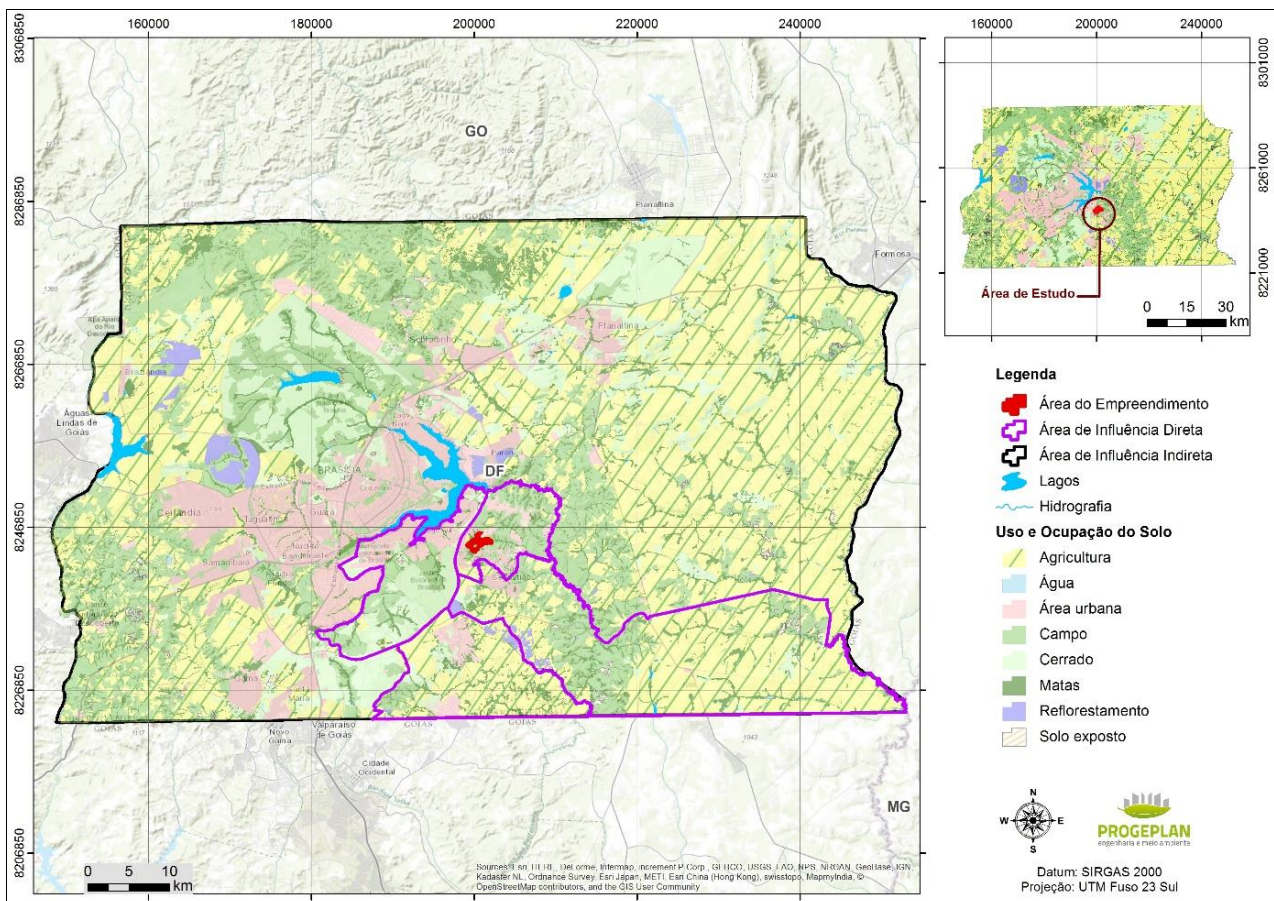


Figura 1.10: Uso do Solo na AII.

Fonte: UNESCO 2006.

Tabela 1.8 - Quantitativo de uso do solo na AI.

Uso	Área (km ²)
Agricultura	2.595,70
Água	64,85
Área urbana	637,93
Campo	1.226,53
Cerrado	703,23
Matas	487,13
Reflorestamento	65,71
Solo exposto	30,13

Fonte: UNESCO 2006.

De acordo com a Figura 1.11 cabe ressaltar que foi encontrada apenas uma pequena porção do território do Quilombo Mesquita na AID do empreendimento. No entanto, há dois assentamentos da reforma agrária do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA na área de influência. Desses, um está localizado na RA IV - Brazlândia (Projeto Integrado de Colonização – PIC Alexandre Gusmão); e o outro na RA V - Sobradinho. Ressalta-se que os assentamentos estão inseridos apenas na Área de Influência Indireta.

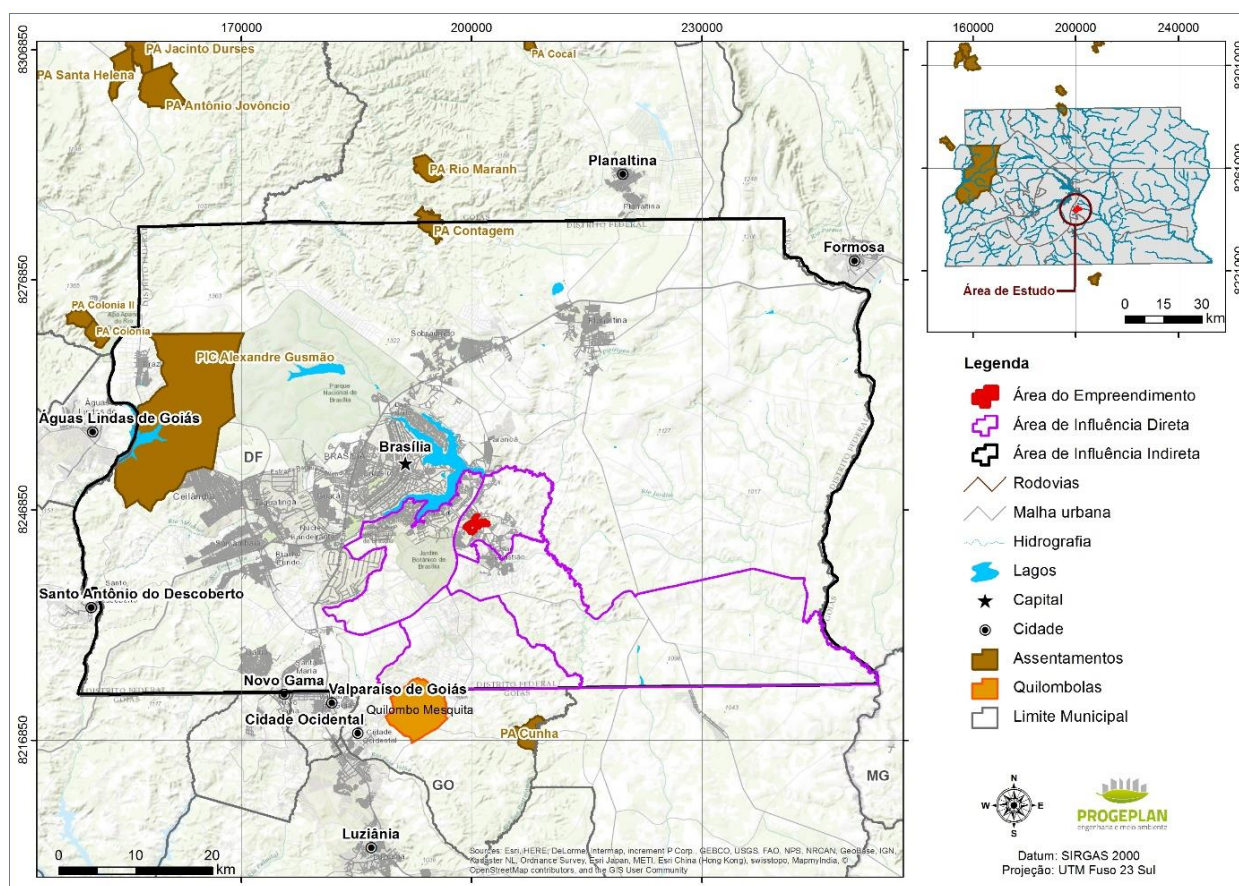


Figura 1.11: Assentamentos rurais e comunidades quilombolas.

A comunidade Mesquita é proveniente da ocupação territorial por descendentes de escravos. Iniciada em meados do século XVIII, a comunidade obteve homologação e certificação da fundação Palmares no ano de 2010.

A localização da comunidade quilombola em relação aos núcleos urbanos pode ser vista na figura acima. No detalhe o município Cidade Ocidental que se encontra aproximadamente 1,5 km de distância da Comunidade Mesquita. A porção norte do território quilombola está inserida na AID, mais precisamente na RA do Jardim Botânico.

Os impactos gerados têm sua abrangência na comunidade minimizada pela pressão que os municípios de Cidade Ocidental, Valparaíso, Luziânia, bem como o Distrito Federal já interferem no seu modo de vida.

A valorização imobiliária trata do processo de alteração dos valores de mercado dos diferentes imóveis, traduzida em dinheiro ou preço. Esses valores dependem de uma série de circunstâncias e formas de cálculo: custos + mais valias (custo do terreno + custo das benfeitorias / infraestruturas nele ou nas áreas lindeiras), rendas usufruíveis, acessibilidade, etc.

A possível valorização proveniente de mudanças de uso, alteração dos coeficientes de aproveitamento e/ou investimentos do poder público em infraestruturas deu margem, no Estatuto da Cidade, a incluir a figura do instrumento de outorga onerosa devido a estas alterações, pela qual o proprietário do imóvel partilharia com o poder público a valorização de seu imóvel.

Do colocado, deduz-se que existe um forte movimento de valorização imobiliária nas áreas que são regulares, do ponto de vista fundiário. Isto é fortalecido, em princípio, pela oferta relativamente grande de área não ocupada, diante de uma demanda bastante reprimida e sem maiores opções da Capital Federal.

A velocidade e intensidade deste movimento será aumentada e/ou reprimida dependendo da política de ocupação do território por parte do Governo do Distrito Federal, que continua dividida na dicotomia entre conservar a bacia do Lago Paranoá com relação às ocupações urbanas mais agressivas ou desenvolver Brasília como polo de desenvolvimento econômico da Região Centro-Oeste.

1.2.6.7 Paisagem Urbana e Área Tombada

A paisagem urbana e o patrimônio histórico de um sítio tratam, em sentido amplo, das impressões provocadas por um meio ambiente construído (por contraposição à paisagem natural), resultantes de uma apreciação e/ou apreensão visual/perceptiva mais ou menos demorada de sua volumetria, proporções, relação de espaços abertos e fechados, relação de elementos construídos e naturais/vegetação, logradouros, mobiliário: é a roupagem com a qual o assentamento se apresenta.

Em sentido restrito ou parcial, trata da apreensão visual de uma porção do espaço urbanizado, por exemplo, um trecho de rua, uma praça, um conjunto arquitetônico, um casario, jardins, etc. Existiria uma relação muito estreita entre valores de uma paisagem urbana e o fato de ser ou não patrimônio histórico. O fato de ser patrimônio histórico agregaria a possíveis valores de

plasticidade e/ou agradabilidade visual, valores simbólicos que reforçariam o significado da paisagem urbana em pauta.

O patrimônio histórico (ou patrimônio cultural) é representado pelo conjunto de bens de uma sociedade, herdado de seus ancestrais, constituído pelo conjunto de artefatos, obras de arte, obras de arquitetura e, também, de sistemas de ideias, conhecimentos, padrões de comportamento, técnicas e outros que caracterizam ou individualizam uma certa sociedade num determinado momento de sua história. Conforme a Constituição Federal de 1988 (art. 23)

(...)é de competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios ... III - proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos. IV - impedir a evasão, a destruição e a descaracterização de obras de arte e dos outros bens de valor histórico, artístico e cultural (...).

Brasília, do ponto de vista do patrimônio histórico-cultural e correspondente paisagem urbana, inscrita na Lista do Patrimônio Mundial da UNESCO em 1987,

Isto porque a paisagem da área tombada estabelece-se por composições de elementos tanto contidos no Plano Piloto, quanto pertencentes a regiões fora dele as primeiras com papel protagonista que sempre se manifesta em conjunto. Neste ponto, o empreendimento em estudo não interferirá na paisagem do plano piloto, não causando prejuízos ao estabelecido quando de seu tombamento.

Estudos sobre a o conjunto urbanístico de Brasília concluem que a área dotada de maior interesse cultural se relaciona por contraste temático com seu entorno imediato, como, aliás, exposto no Relatório do Plano Piloto de Brasília (COSTA, 1957): ela se define pela aparência efetivamente urbana, embora permeada por vegetação, enquanto seu entorno se mostraria verdejante, posto que bucólico (Figura 1.12).

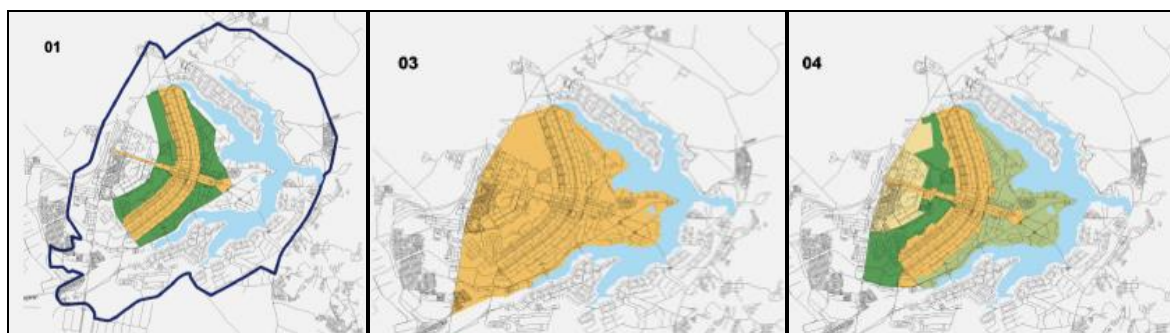


Figura 1.12: Área de interesse cultural.

Fonte: GDF / Relatório Preliminar do PPCUB, ibidem.

A Portaria IPHAN 68/2012 e o PPCUB representam uma complementação e o desdobramento da Portaria 314/92, com objetivos diferentes, mas complementares. Enquanto a Portaria IPHAN 68/2012 formata, 20 anos depois, as regras de proteção de uma área bastante ampla no entorno do Conjunto Urbanístico de Brasília, de forma a preservar a ambiência e a visibilidade do bem tombado, particularmente seus padrões verticais e os cones de sua apreciação, o PPCUB estabelece as regras de proteção do triângulo irregular que abriga o Conjunto Urbanístico de Brasília.

1.2.7 Ocupação urbana irregular no Distrito Federal

Segundo Batista & Batista (2016), o histórico da ocupação de Brasília resume-se, basicamente, na vocação desse trecho do território nacional em consolidar-se, ao longo do tempo, como polo econômico, visando o desenvolvimento da região Centro-Oeste. Contudo, a crescente urbanização teve seu lado negativo, do ponto de vista da regularização da terra, pois inúmeras chácaras que foram inicialmente concedidas à produção agrícola, para abastecer o Plano Piloto, foram sendo parceladas diante da carência de política habitacional.

Ainda conforme as referidas autoras, a Agência de Desenvolvimento do Distrito Federal - Terracap, elaborou um estudo, em 2006, que revelou a existência de 513 parcelamentos irregulares, dos quais 379 constituídos em zona urbana e 134 na zona rural. Dos parcelamentos urbanos, 347 eram informais, 28 estavam em processo de regularização e 4 eram regulares, com registro em cartório.

Desses situados em área urbana, 189 estavam em terras não desapropriadas ou de particular, 88 estavam em áreas desapropriadas e 40 em terras desapropriadas em comum, pertencentes a particulares e ao governo, mas sem divisão e demarcação. O mesmo estudo, informou que 202 parcelamentos urbanos, com 347.434 habitantes, estavam localizados em setores habitacionais criados, correspondendo a 65% da população que habitava em parcelamentos urbanos informais.

Para a tratativa do problema, a Terracap agrupou os parcelamentos consolidados, quando possível, em Áreas de Regularização e estas em Setores Habitacionais de Regularização, agregando áreas desocupadas para fins de estruturação viária, implantação de equipamentos comunitários públicos e privados, equipamentos urbanos e áreas verdes livres. Estas informações foram compiladas no Plano de Desenvolvimento e Ordenamento Territorial do Distrito Federal, o qual serve como diretriz para políticas de regularização da terra.

1.3 ÁREA DE INFLUÊNCIA DIRETA

1.3.1 Região Administrativa do Jardim Botânico

1.3.1.1 Histórico da área

O Setor Habitacional Jardim Botânico (SHJB) foi criado em 1999 por meio do Decreto nº 20.881/1999. No ano de 2002, a Lei nº 2.786 criou a Gerência da Região dos Condomínios, até então ligada à Administração Regional do Lago Sul. Em 2004, a Lei nº 3.435 deu ao Jardim Botânico o status de Região Administrativa (RA XXVII).

O Jardim Botânico foi ocupado de maneira multifacetada e passa por mudanças rápidas. Em 1997 foi realizado o estudo de impacto ambiental da área e o levantamento realizado apontou um número aproximado de 5.384 habitantes. A estimativa da população para 2014 (PDAD, 2014) era de 25.918 habitantes. Tal crescimento é reflexo da especulação imobiliária da área e da horizontalização causada pelo parcelamento irregular de solo sobretudo em áreas rurais remanescentes (DISTRITO FEDERAL, 2011a).

O crescimento desordenado não deixou áreas livres para o comércio e para o lazer, além de outros equipamentos urbanos e comunitários essenciais à funcionalidade local. A dificuldade de acesso

aos condomínios impede que estruturas básicas de organização, como por exemplo a coleta de resíduos sólidos, sejam implementadas de forma efetiva e com qualidade.

Formada exclusivamente por condomínios horizontais, o perfil do Jardim Botânico é diferenciado. De acordo com a administração regional do Jardim Botânico e PDAD 2015, a área é composta (oficialmente) por 23 condomínios, totalizando 7.673 domicílios, sendo a maior parte fechada, com entrada controlada e possui administração ou síndico.

O Jardim Botânico possui cinco etapas que pertenciam a administração regional de São Sebastião, onde apenas a Etapa 3 está desocupada e possui plano urbanístico. Além destas etapas, a nova poligonal da RA XXVII incorporará o Setor Habitacional São Bartolomeu que pertencia originalmente à administração regional do Paranoá.

O Setor Habitacional São Bartolomeu está inserido na Região Administrativa do Paranoá – RA-VII. Desde 1957 a área do Paranoá foi ocupada por atividades agrícolas e pela Vila Paranoá oriunda do assentamento dos trabalhadores da obra da Barragem que leva o nome da localidade.

A ocupação do Setor Habitacional São Bartolomeu começou por volta de 1980 acompanhando o processo de ocupação irregular de áreas públicas e de parcelamentos de propriedades particulares.

Num um primeiro momento, as atividades no local tinham características notadamente agropecuárias, sendo que posteriormente ocorreu o processo de plantio de eucaliptos dentro do projeto de exploração da Proflora⁵. A terceira fase foi a de implantação dos condomínios denominados: Quintas da Alvorada I / II / III; Mansões Itaipu; Ville de Montagne; Estância Quintas da Alvorada e Privê Morada Sul Etapa C.

Em 1997 foi realizado o estudo de impacto ambiental EIA/RIMA da área, cuja população nesta época era estimada em 1.294 pessoas, distribuídas em cinco parcelamentos. Um pouco mais de uma década depois a população estimada era de 6.000 habitantes, em sete parcelamentos, dos quais cinco possuem ocupação, com destaque ao Ville de Montagne como de maior densidade populacional.

1.3.1.2 Características da população e domicílios

O primeiro levantamento focalizado do Jardim Botânico foi realizado no ano de 2011. Contudo, como destacado anteriormente, parte do Jardim Botânico era área de São Sebastião, parte do Lago Sul e parte do Paranoá. Por este motivo, no intuito de esboçar o desenvolvimento populacional da região, apresenta-se a seguir o gráfico de projeção populacional destas regiões administrativas (Figura 1.13), que englobam a atual área da RA XXVII e, também, a área do empreendimento.

⁵A PROFLOA era uma sociedade de economia mista criada em 28/11/1972, com o objetivo de explorar madeiras e estabelecer a política de ocupação de áreas e preservação de encostas e mananciais. Em 1989, o governo do Distrito Federal optou pela dissolução da companhia.

Fonte: https://www.tc.df.gov.br/sistemas/Docs/Ord/Instrucao/2009/05/A62588_81.htm

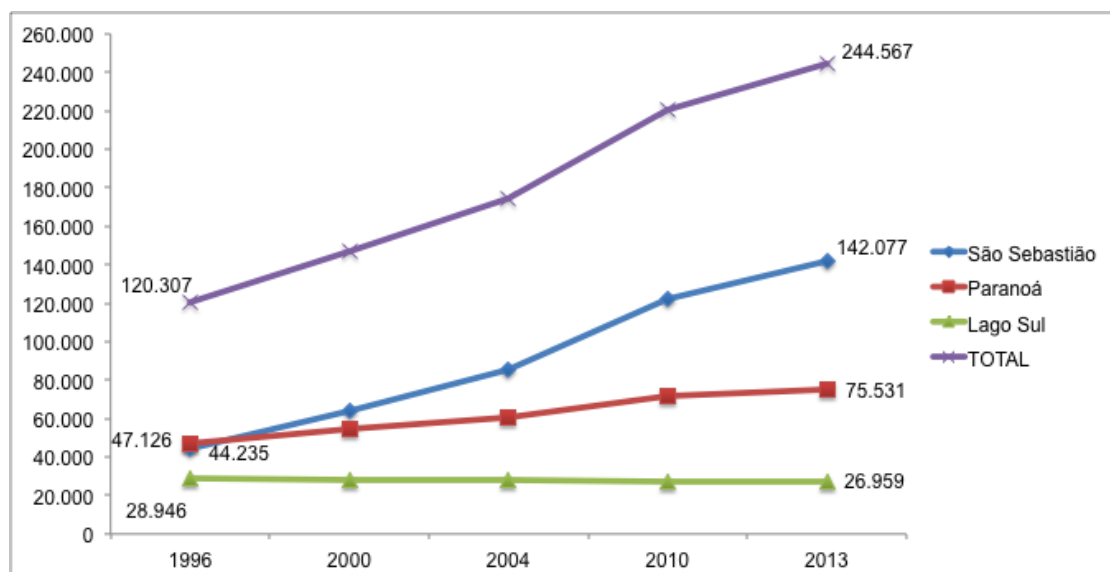


Figura 1.13: Projeção populacional da região do empreendimento.

(1) Total refere-se a soma das populações de São Sebastião, Paranoá e Lago Sul. Fontes: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Contagem da População: 1996 e Censo Demográfico 2000 e 2010. Companhia de Planejamento do Distrito Federal (CODEPLAN): Anuário Estatístico do DF, 2010.

Destaca-se que a população do Paranoá apresenta uma elevação significativa nos últimos dez anos, explicadas principalmente pela reformulação do zoneamento territorial do DF, no período apontado, no qual áreas rurais passaram a urbanas.

Ainda registra-se um expressivo crescimento em São Sebastião, com um aumento de quase 100 mil habitantes no período de 17 anos. Este aumento de população pode estar vinculado ao preço da terra no DF, o que acaba conduzindo a ocupação humana para locais mais distantes do Plano Piloto, lugar de convergência de postos de trabalhos.

De uma maneira geral, nota-se que a população mais do que dobrou em menos de 20 anos passando de 120.307, em 1996, para 244.567, em 2013. Isto representa a importância que a região vem adquirindo em termos de expansão urbana. Com a construção da Ponte JK e sua inauguração em 2002, o acesso à região foi facilitado e o adensamento populacional continua em expansão em função da facilidade de acesso à Zona Central do DF.

Em 2016, a população do Jardim Botânico foi estimada em 27.364 pessoas, sendo 52% do gênero feminino e 48% do gênero masculino, conforme ilustra o gráfico a seguir, seguindo a tendência do Distrito Federal e Brasil (IBGE, 2010).

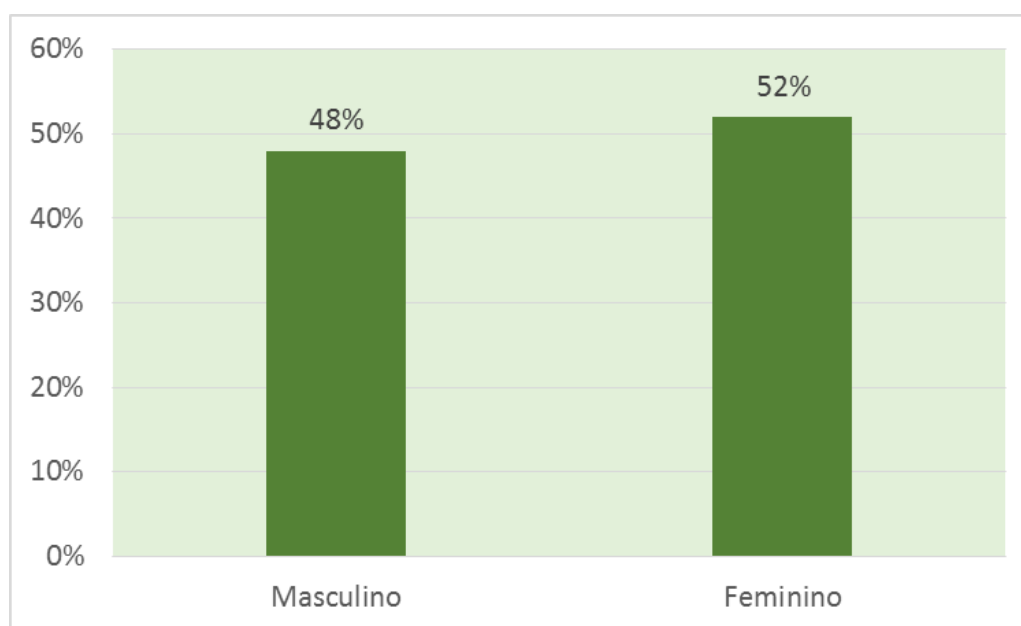


Figura 1.14: População de acordo com o gênero.

Fonte: Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD) - Jardim Botânico. CODEPLAN, DF: 2016.

No critério cor ou raça, a PDAD 2016 utilizou categorias de resposta semelhantes às adotadas pelo IBGE. O maior percentual foi o da declarada como Branca, com 63,37%, seguida pela Parda/Mulata, com 32,14%. Esta distribuição pode estar vinculada ao poder aquisitivo e cultural local, onde a população de cor branca possui maiores oportunidades, em detrimento das demais raças. O quadro a seguir ilustra a distribuição das frequências e dos percentuais.

Tabela 1.9: Distribuição de frequências Cor ou Raça – Jardim Botânico.

Cor ou Raça	População	Percentual (%)
Branca	17.342	63,37
Preta	1.195	4,37
Amarela	33	0,12
Parda	8.794	32,14
Indígena	0	0
Total	27.364	100

Fonte: Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD) - Jardim Botânico. CODEPLAN, DF: 2016.

A faixa etária da população está centrada entre 40 a 59 anos com 30,8% da população, seguida pela faixa etária entre 25 a 39 anos (21,4%). Observa-se que a população jovem é relativamente baixa, quando os jovens de 19 a 24 anos representam 8,9% e a faixa etária de 10 a 18 anos são apenas 11,9%. O gráfico a seguir mostra a distribuição dos percentuais nas faixas etárias estudadas.

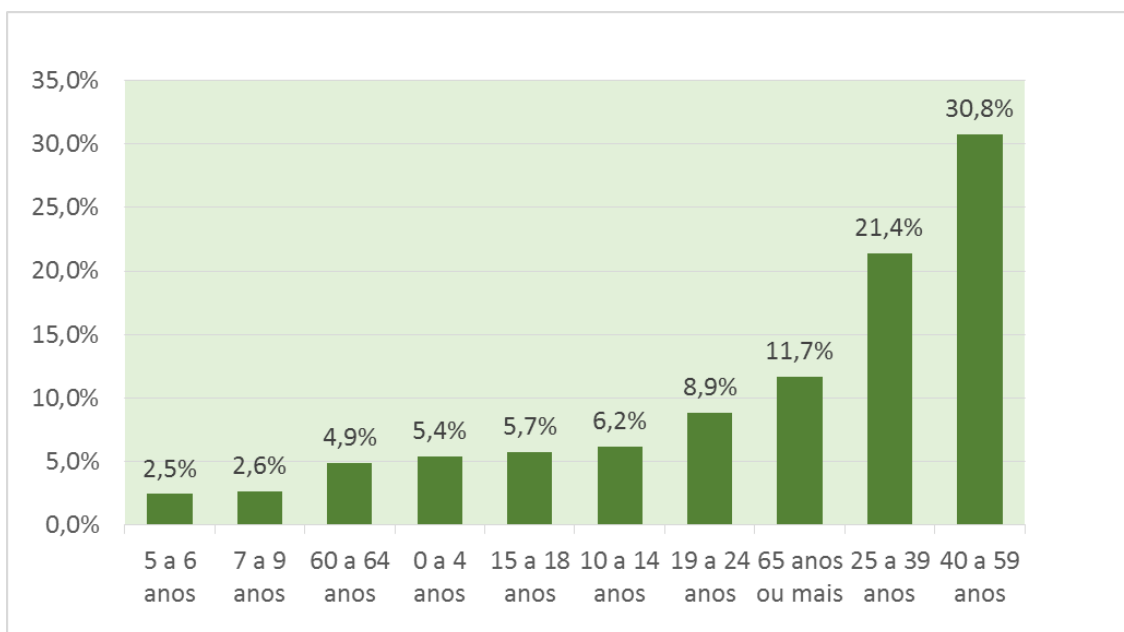


Figura 1.15: Distribuição de faixas etárias da população do Jardim Botânico.

Fonte: Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD) - Jardim Botânico. CODEPLAN, DF: 2016

Em relação à escolaridade, observa-se que 34,9% da população possui ensino superior completo e 12,7% possuem curso pós-graduação (Especialização, Mestrado e Doutorado). Cerca de 11% possuem o ensino médio completo, mas mais de 15% da população não finalizou o ensino fundamental, o que representa um número bastante elevado. Ainda, registra-se que menos de 1% da população é de analfabetos ou analfabetos funcionais. O gráfico a seguir ilustra os percentuais em cada faixa de escolaridade.

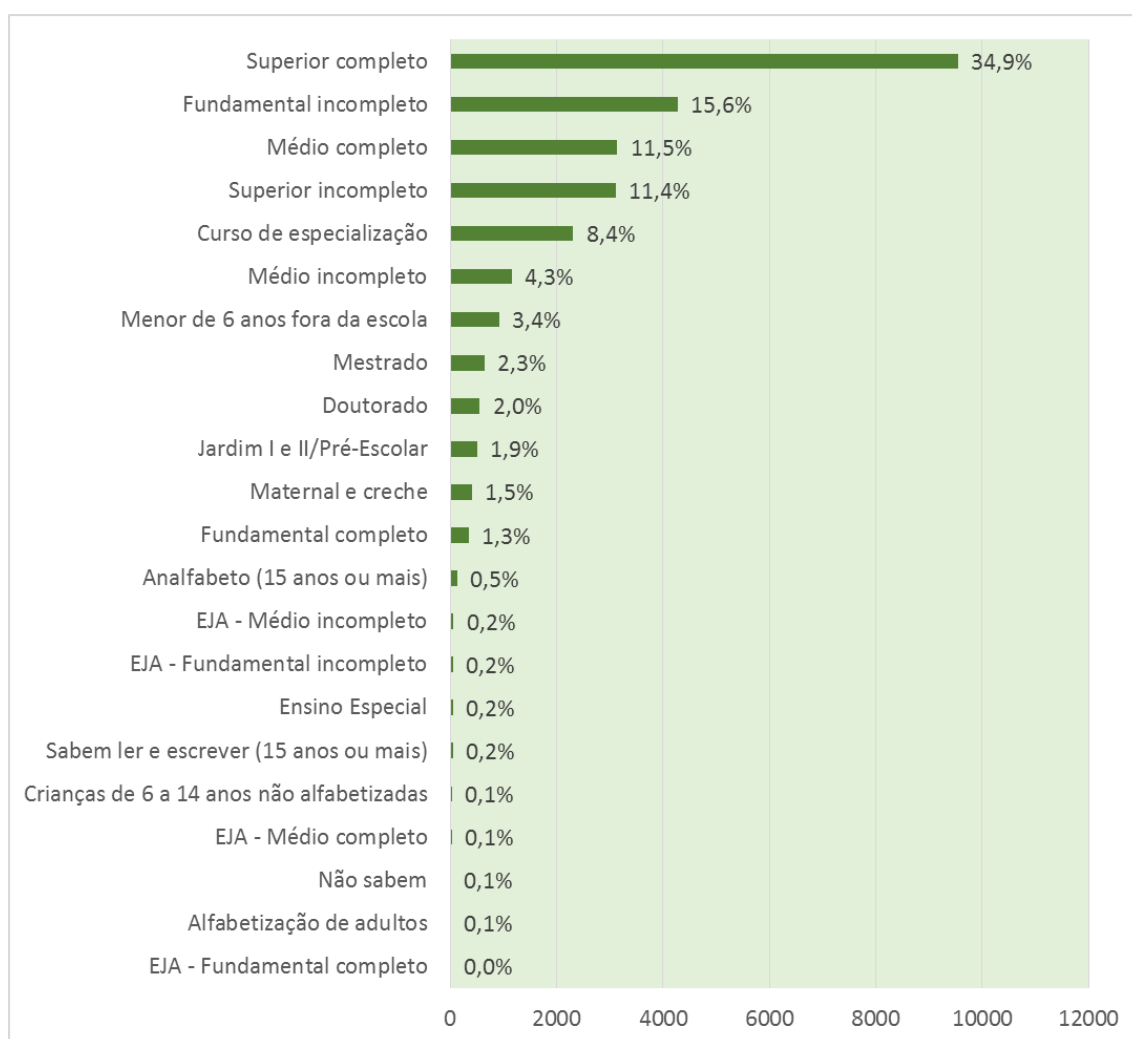


Figura 1.16: Porcentagem das faixas de escolaridade da população.

*Agregados Pós-Graduação Lato Sensu e Stricto Sensu. Fonte: Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD) - Jardim Botânico. CODEPLAN, DF: 2016.

Considerando a situação de atividade da população do Jardim Botânico, cerca de 46% possuem atividade remunerada, 14,8% são formados por aposentados e 1% por aposentados que ainda continuaram na atividade laboral. O percentual de estudantes é de 15,7%, 1,4% não possui atividade, 4% encontram-se desempregado e 5% exercem atividade do lar. O gráfico a seguir ilustra a distribuição da população por situação de atividade.

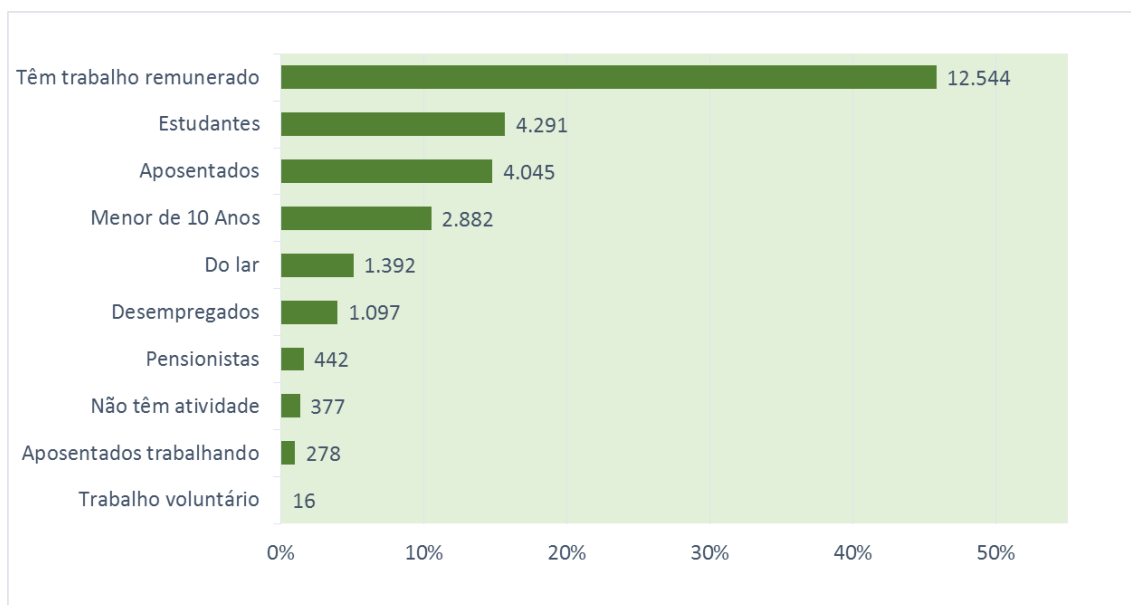


Figura 1.17: População do Jardim Botânico segundo a situação de atividade.

Fonte: Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD) - Jardim Botânico. CODEPLAN, DF: 2016.

A População Economicamente Ativa (PEA) que exerce atividade remunerada foi estimada pela PDAD 2016, em 12.872 pessoas. Destas, cerca de 43,93% são empregados com carteira de trabalho registrada e 1,54% são empregados sem carteira de trabalho registrada. O percentual de servidores públicos civis ou militares foi de 24,78%. Os trabalhadores autônomos representam 16,73% dos ocupados. O quadro a seguir ilustra a distribuição das frequências.

Tabela 1.10: População ocupada segundo a posição na ocupação.

Posição na Ocupação	Nº	%
Empregados com carteira de trabalho	5.632	43,93
Empregados sem carteira de trabalho	197	1,54
Empregados temporários	49	0,38
Serviço Público e Militar	3.177	24,78
Profissional Liberal	557	4,34
Microempreendedor Individual	246	1,92
Microempresário	393	3,07
Pequeno Empresário	66	0,51
Médio Empresário	98	0,76
Grande Empresário	66	0,51
Autônomo	2.145	16,73
Estagiário/Aprendiz	147	1,15
Cargo Comissionado	33	0,26
Ajuda Negócio Familiar	16	0,12

Posição na Ocupação	Nº	%
Não sabe	0	0,00
Total	12.822	100,00

Fonte: Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD) - Jardim Botânico. CODEPLAN, DF: 2016.

Os percentuais mais expressivos da atividade remunerada exercida pela população ocupada são os do comércio com 18,6%, seguido da Administração Pública Federal com 16,3%. A Administração Pública Distrital representa 9% e os serviços gerais e pessoais ocupam 13,2% da população. O gráfico a seguir ilustra a distribuição das frequências da população ocupada por atividade remunerada.

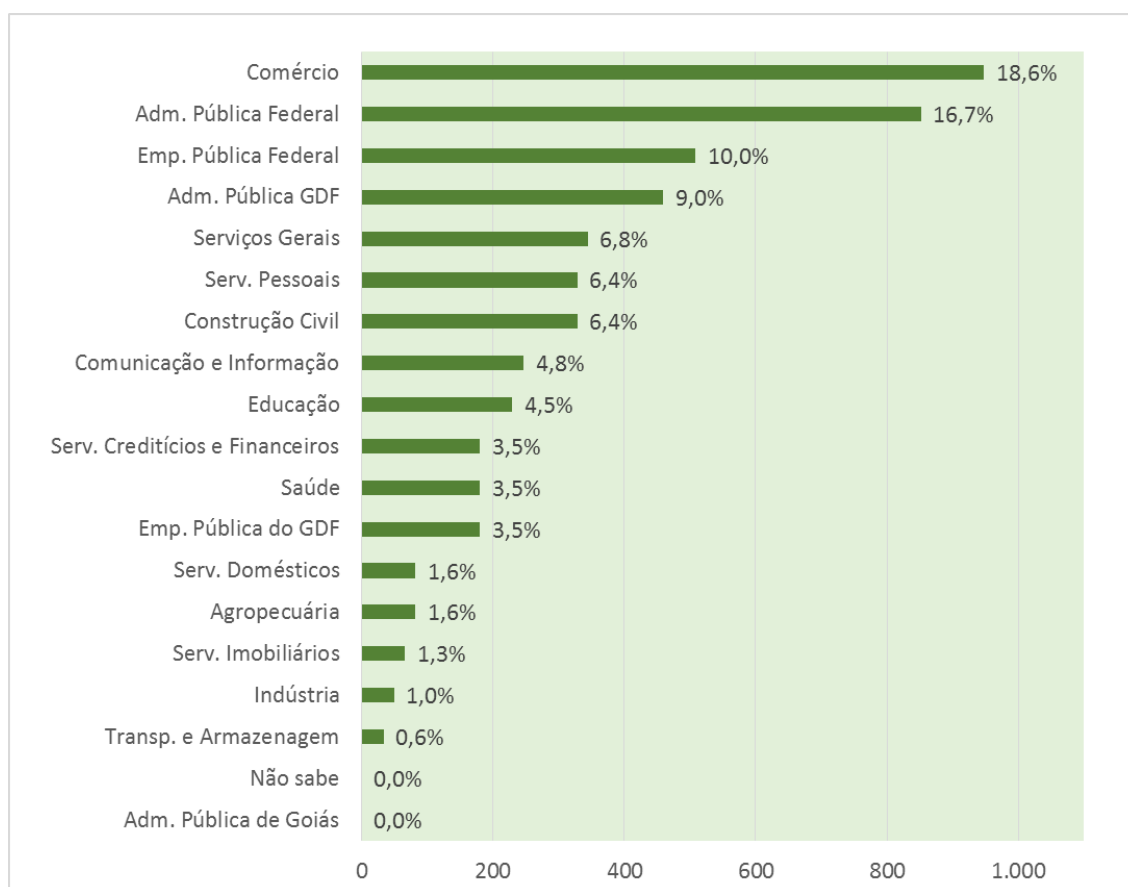


Figura 1.18: População ocupada segundo atividade remunerada.

Fonte: Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD) - Jardim Botânico. CODEPLAN, DF: 2016.

Segundo dados do PDAD (2016), 59% da PEA do Jardim Botânico trabalha na RA I – Brasília e apenas 14% trabalha e reside no próprio bairro. Destaca-se também o percentual de 8% de pessoas que trabalham em mais de uma região administrativa e 6% que se desloca até a RA de São Sebastião, para exercer as atividades laborais. O quadro a seguir indica as maiores frequências encontradas neste quesito.

Tabela 1.11: Região Administrativa de trabalho da população ocupada.

Região Administrativa	Nº	%
RA I - Plano Piloto	7.599	59,29
RA XXVII - Jardim Botânico	1.867	14,56
Vários Locais	1.097	8,56
RA XIV - São Sebastião	770	6,01
RA XVI - Lago Sul	590	4,6
RA XXIX – SIA	131	1,02
RA XXII - Sudoeste/Octogonal	115	0,9
RA VII - Paranoá	82	0,64
Fora do Distrito Federal (exceto PMB)	82	0,64
RA XII - Samambaia	66	0,51
Total	12.822	100

Fonte: Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD) - Jardim Botânico. CODEPLAN, DF: 2016.

A renda per capita da população ocupada foi estimada em R\$3.930,39, o que representa 4,5 salários mínimos, na época do estudo. A renda domiciliar estimada foi de R\$12.457,33, o equivalente a 14,16 salários mínimos, o que representa um considerável padrão econômico, se comparado a outras regiões no Nordeste. O quadro a seguir ilustra os valores da renda mensal per capita e domiciliar.

Tabela 1.12: Demonstrativo de valores de renda mensal per capita e domiciliar.

Renda Mensal	Valor Absoluto (R\$ 1,00)	Valor em Salários Mínimos
Renda per Capita	3.930,39	4,47
Renda Domiciliar	12.457,33	14,16

Fonte: Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD) - Jardim Botânico. CODEPLAN, DF: 2016.

De acordo com a renda média mensal dos moradores, os 10% mais ricos detém 29,26% da renda e os 10% de menor poder aquisitivo absorvem apenas 0,98%, apresentando assim um Coeficiente de Gini de 0,437⁶. O índice de não resposta em relação à renda foi alto no Jardim Botânico. Cerca de 53% dos domicílios visitados não declararam a renda que percebem.

Dentre os que informaram os rendimentos 42,7% estão na faixa de distribuição de 20 ou mais salários mínimos mensais de renda domiciliar. Nota-se que, em valores atuais, cerca de 70,5% dos domicílios do Jardim Botânico percebem uma renda mensal maior que R\$ 7.240,00. O gráfico a seguir ilustra os percentuais em cada faixa de análise.

⁶ O Coeficiente de Gini representa uma medida relativa da distribuição de renda. Mede a área entre o percentual acumulado da renda e o percentual acumulado da população. Varia de “zero” (igualdade perfeita) a “um” (desigualdade perfeita).

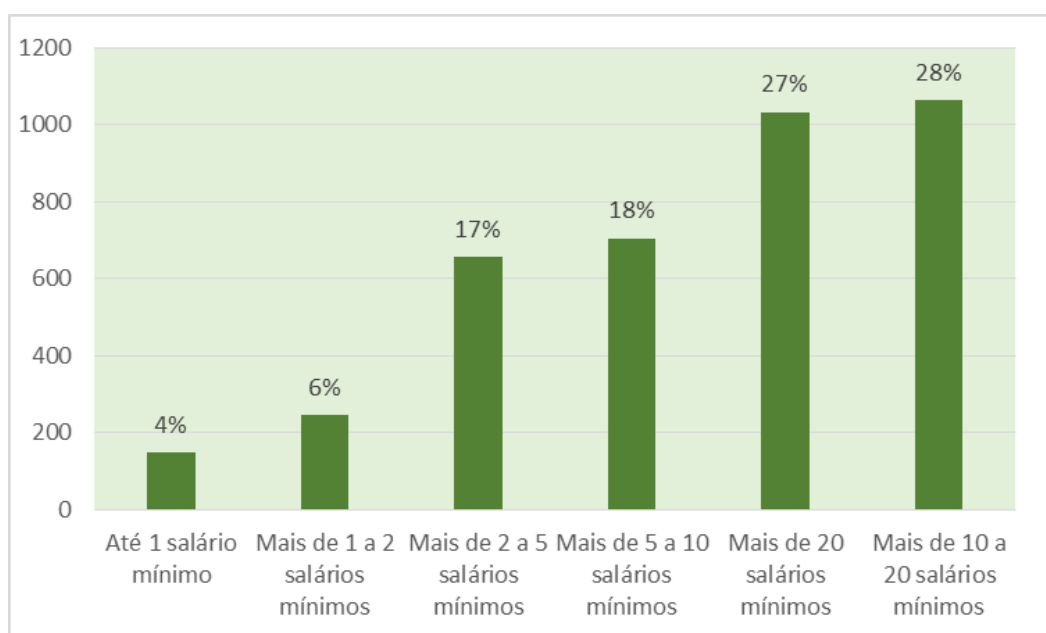


Figura 1.19: Distribuição dos domicílios ocupados segundo as classes de renda domiciliar declarada.

Fonte: Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD) - Jardim Botânico. CODEPLAN, DF: 2016.

No que diz respeito aos chefes de família, apesar do número de homens ser inferior ao número de mulheres no total da população, a porcentagem de homens chefes de família representa quase a totalidade (72,55%) da população nesta condição. O percentual de mulheres chefe de família é 27,45%, o que denota uma formação tradicional de família e, também, um padrão econômico na renda familiar. O gráfico a seguir ilustra o percentual de homens e mulheres no total da população e na condição de chefes de família.

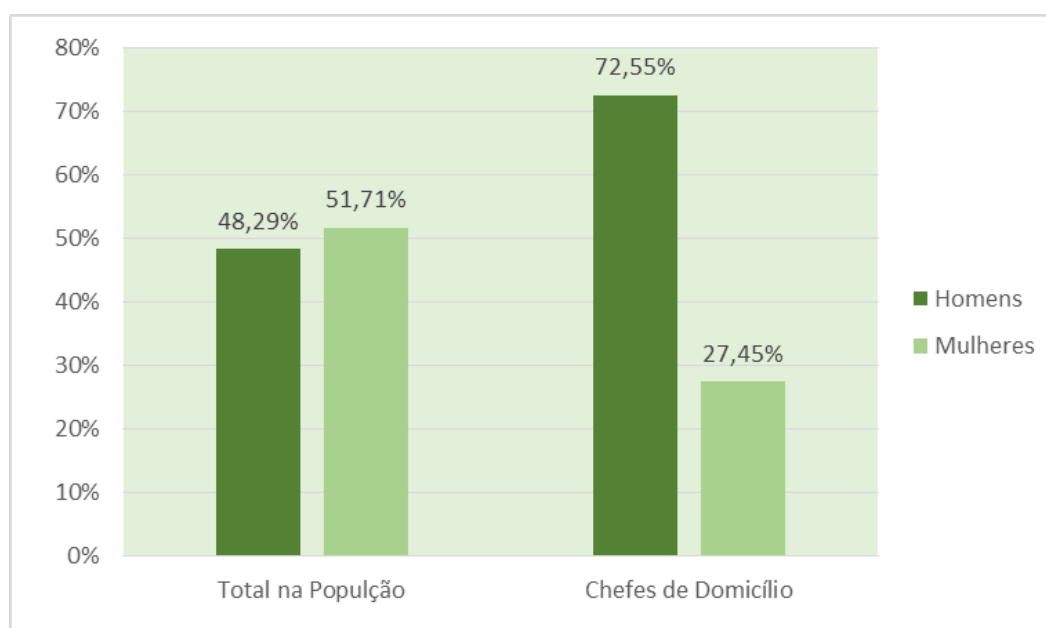


Figura 1.20: Percentual de homens e mulheres chefes de família.

Fonte: Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD) - Jardim Botânico. CODEPLAN, DF: 2016.

A análise da idade dos chefes de família revela que 44% tem mais de 55 anos, cerca de 24% possuem idade entre 46 a 55 anos, na faixa etária de 36 e 45 anos estão 22% da população e 9% de 26 a 35 anos. Apenas 1% dos chefes de família menos de 25 anos, o que vem ao encontro do nível educacional descrito para o local.

No que tange à naturalidade, constata-se que 45% dos moradores são nascidos no Distrito Federal. Este dado é um pouco inferior ao do DF como um todo, que apresenta mais da metade da população nascida na capital federal. A região do Brasil de origem do maior percentual de moradores do Jardim Botânico é o Sudeste do país com 48%, seguida pela região nordeste (31%) e das regiões Centro-Oeste (9%) e Sul (5%). O gráfico a seguir ilustra as distribuições dos percentuais.

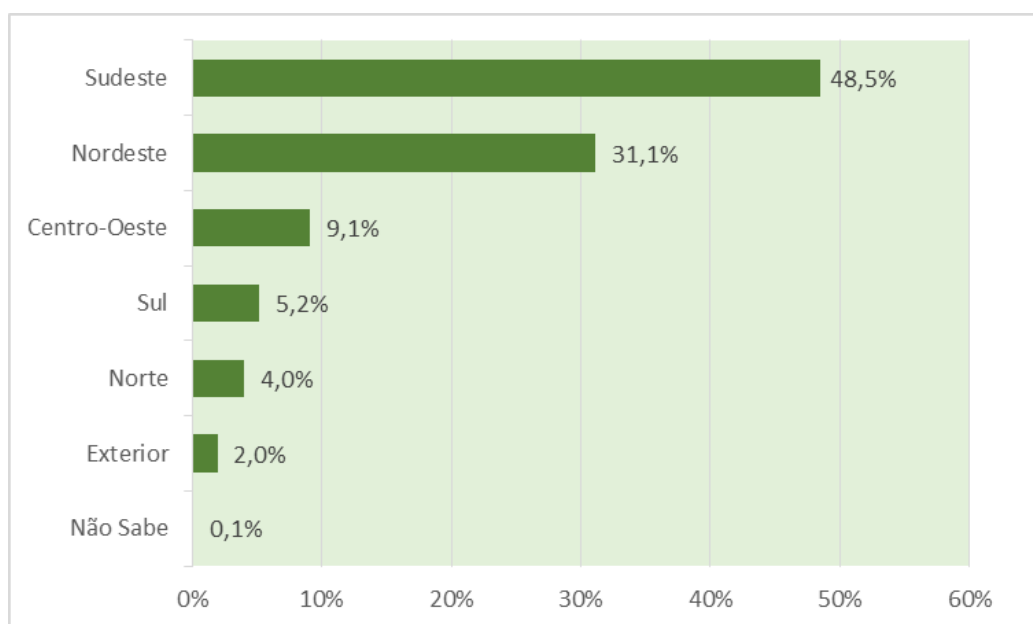


Figura 1.21: Naturalidade da população por Região do Brasil.

*exceto DF. Fonte: Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD) - Jardim Botânico. CODEPLAN, DF: 2016.

A população do Jardim Botânico, estimada em 27.364 habitantes, possui em sua composição 12.266 (45%) habitantes nascidos no DF e 15.098 imigrantes (55%). Dos imigrantes, 5% chegaram ao Distrito Federal até o ano de 1960, cerca de 13% chegaram entre 1961 e 1970 e 20% chegaram entre 1971 e 1980. Estes dados demonstram que a migração foi mais intensa no período após 2000. O Gráfico a seguir ilustra os percentuais nas diferentes faixas estudadas.

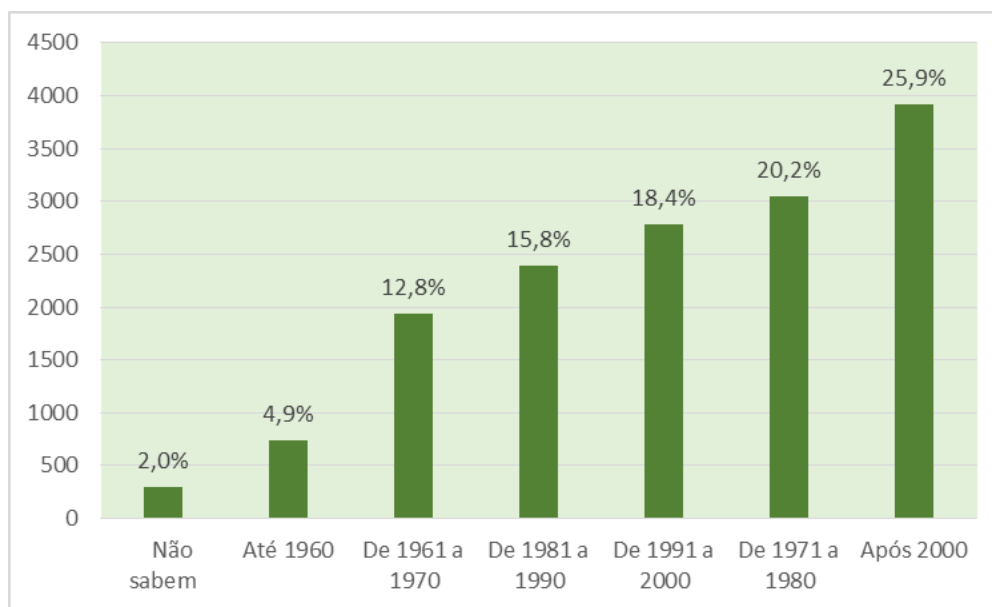


Figura 1.22: População imigrante e ano de chegada ao Distrito Federal.

Fonte: Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD) - Jardim Botânico. CODEPLAN, DF: 2016.

Dentre os principais motivos pela migração regional, constatou-se que os percentuais mais expressivos foram o de “Acompanhar Parentes” com 32% e “Procura de Trabalho” com 17%. Cerca de 24% dos moradores do Jardim Botânico nunca moraram em outra localidade em Brasília. Dentre os que se mudaram de outra RA para a RA XXVII praticamente 35% veio da RA I – Plano Piloto, 9% vieram do Lago Sul (RA XVI), 7% de São Sebastião (RA XIV), 5% do Sudoeste/Octogonal (RA XXII), 4% do Guará (RA X), 2% vieram do Lago Norte (RA XVIII) e Águas Claras (RA XX), do Cruzeiro (RA XI) vieram 1,6%.

O perfil populacional da área de influência direta do empreendimento é de uma população predominantemente feminina, seguindo o padrão do Distrito Federal e da maioria dos municípios brasileiros. A idade média dos habitantes apresenta características de uma população em processo de envelhecimento, com mais de 68% nas faixas acima dos 25 anos. A escolaridade é bastante elevada e mostra uma tendência no DF de mais de 15 anos de estudo por habitante. A renda domiciliar e a renda per capita mostram um elevado poder aquisitivo.

Sobre o perfil domiciliar, a PDAD estimou 8.172 domicílios no Jardim Botânico, sendo que destes, 99,4% eram permanentes e 0,6% eram permanentes em construção. A situação de propriedade destes domicílios revela que apenas 8% são próprios e quitados ou em aquisição.

As residências próprias em terreno não legalizado correspondem a 74% dos domicílios, percentual que caracteriza a área como uma das principais em termos de regularização fundiária. Os imóveis alugados representam 12% e os cedidos 4%. Não há registro de domicílios funcionais no Jardim Botânico. O gráfico a seguir ilustra os percentuais da situação de propriedade dos domicílios.

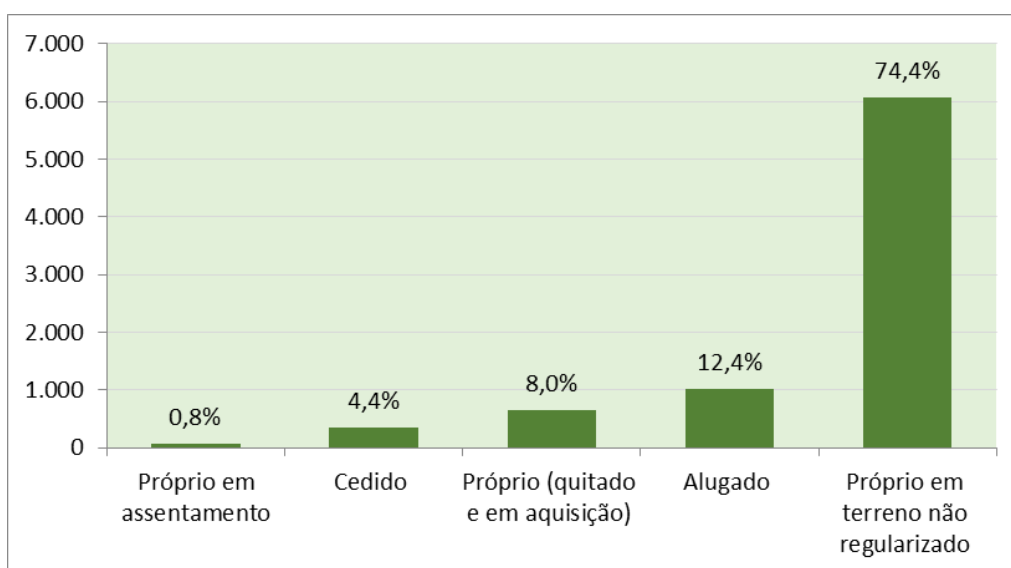


Figura 1.23: Situação de propriedade dos domicílios.

Fonte: Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD) - Jardim Botânico. CODEPLAN, DF: 2016.

Um dos critérios estudados pela PDAD para o estudo do perfil domiciliar foi a posse de documento do imóvel, pois nem mesmo os proprietários de imóveis quitados possuem a escritura definitiva da propriedade, o que denota a grave situação de legalidade da terra nesta área. O quadro a seguir ilustra a distribuição das frequências.

Tabela 1.13: Domicílios ocupados segundo a posse de documento do imóvel.

Tipo de Documento	Nº	%
Escritura definitiva	377	5,55
Concessão de uso	33	0,49
Contrato de financiamento particular	33	0,49
Contrato de financiamento governamental	16	0,24
Contrato de compra e venda	6.304	92,74
Minha casa minha vida/Morar bem	0	0,00
Outros	33	0,49
Total	6.796	100,00

Fonte: Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD) - Jardim Botânico. CODEPLAN, DF: 2016.

Como visto no quadro anterior, cerca de 93% dos domicílios possuem apenas o contrato de compra e venda do imóvel. Os domicílios com documento de concessão de uso e contratos de financiamento representam 0,5% cada.

Sobre os tipos de domicílios, 98,40% são casas e apartamentos (1,60%). A análise da estrutura física destes imóveis mostra que 97,20% são construções de alvenaria e 94,60% possuem piso de cerâmica, demonstrando o poder aquisitivo destacado para o local.

O material de cobertura predominante nos domicílios é variado. O Telhado de cerâmica com laje está presente em 42,20% das residências, seguido da cobertura Telha de cerâmica com 17,00%. O quadro a seguir ilustra as distribuições de frequência.

Tabela 1.14: Domicílios ocupados segundo o material de cobertura.

Material de Cobertura	Nº	%
Telhado de cerâmica com laje	3.238	42,20
Telhado de fibrocimento com laje	1.289	16,80
Telha de cerâmica	1.304	17,00
Fibrocimento/Amianto	506	6,60
Laje	1.212	15,80
Materiais Reaproveitados	0	0,00
Outros	123	1,60
Total	7.672	100,00

Fonte: Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD) - Jardim Botânico. CODEPLAN, DF: 2014.

A área construída revela o padrão elevado das construções domiciliares do Jardim Botânico. Cerca de 59% das edificações possuem mais de 150m² de área construída, tendo menos de 5% das edificações inferiores a 60m². O gráfico a seguir ilustra as faixas estudadas e os percentuais.

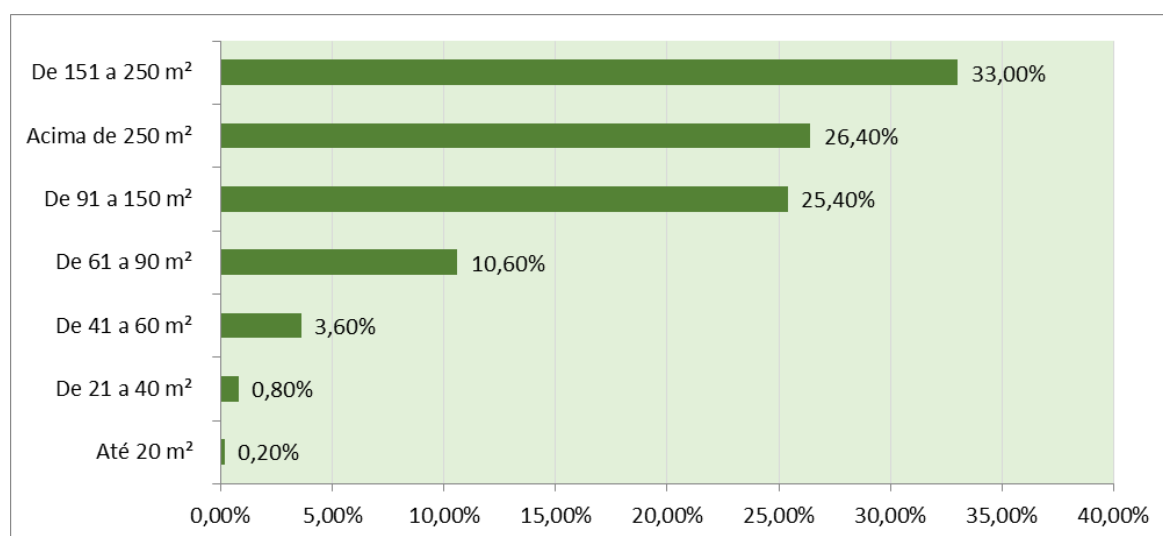


Figura 1.24: Área construída dos Domicílios do Jardim Botânico.

Fonte: Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD) - Jardim Botânico. CODEPLAN, DF: 2014.

A variável de número de cômodos, estudada pela PDAD 2014, revela que 39,60% dos domicílios possuem entre 9 e 12 cômodos. Os domicílios com mais de 12 cômodos somam 16,40%. A faixa de 5 a 8 cômodos representa 36,60% dos domicílios e apenas 7,40% possui quatro ou menos cômodos. A maior parte possui três ou mais dormitórios, somando 81,20%, e mais de 70% possuem três ou mais banheiros.

1.3.1.3 Infraestrutura

Em um contexto geral, a Região Administrativa do Jardim Botânico é atendida de infraestrutura, porém é carente de equipamentos públicos para os serviços de educação, saúde e lazer. Os capítulos a seguir demonstram a condição de infraestrutura urbana e o atendimento de serviços públicos.

De acordo com o PDAD 2016, nos quesitos de infraestrutura urbana, considera-se que os domicílios do Jardim Botânico são bem atendidos pelos principais serviços públicos. A pavimentação das ruas é identificada em 84% das vias da cidade, que possuem calçamento e meio fio em mais de 83% das vias.

A iluminação pública está presente em 96% das vias e a cobertura da rede de água pluvial é de 72%. Cabe ressaltar que a drenagem de águas pluviais foi conquistada há pouco tempo, pois até 2010 registravam-se problemas com alagamentos nas principais avenidas, o que gerava prejuízo material para os moradores e comerciantes.

A coleta de lixo é um dos desafios a serem enfrentados pela Administração do Jardim Botânico, pois mesmo presente em 92% dos domicílios, ainda é problemática em função da composição urbanística local. Como os condomínios foram ocupados sem padronização, a coleta de lixo se tornou ponto de conflito, pois os caminhões do Sistema de Limpeza Urbana não conseguem manobrar dentro dos condomínios ou tem dificuldade de acesso por conta das portarias controladas.

Por isto a maior parte dos condomínios possui coleta de lixo realizada por empresa contratada e paga pelos próprios condôminos. A Tabela a seguir apresenta os percentuais de atendimento da infraestrutura urbana e de coleta de lixo.

Tabela 1.15: Infraestrutura urbana – percentuais de atendimento – e coleta de lixo.

Infraestrutura Urbana (%)					Coleta de Lixo (%)		
Rua Asfaltada	Calçada	Meio-fio	Iluminação Pública	Rede de Água Pluvial	Serviço de Limpeza Urbana	SLU com coleta seletiva	Outro destino
84,37	83,17	83,17	95,79	71,74	77,75	14,03	8,22

Fonte: Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD) - Jardim Botânico. CODEPLAN, DF: 2016.

No que diz respeito ao saneamento básico, a coleta de resíduos sólidos é problemática, mas não há relatos de exposição em tempo suficiente para transmissão de doenças ou contaminação. O quadro a seguir apresenta os percentuais de abastecimento de água e de esgotamento sanitário.

Tabela 1.16: Abastecimento de água e esgotamento.

Abastecimento de Água (%)			Esgotamento Sanitário (%)		
Rede Geral	Poço / Cisterna	Poço Artesiano	Rede Geral	Fossa Séptica	Fossa Rudimentar
88,38	1,60	9,22	17,64	61,52	20,84

Fonte: Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD) - Jardim Botânico. CODEPLAN, DF: 2016.

O abastecimento de água pela rede geral abrange uma porcentagem expressiva dos domicílios, com 88% dos domicílios atendidos. Especialmente nesta região, rica em nascentes, a substituição do uso de poços pelo fornecimento de água tratada pela rede geral representa um grande avanço do ponto de vista ambiental, dado que os relatos de moradores da área dão conta de que após a instalação da rede de água nos condomínios as nascentes voltaram a ser perenes.

Quando analisado o tipo de tratamento dado à água consumida no domicílio, o estudo da PDAD 2014 revela que 22,60% dos domicílios do Jardim Botânico utilizam filtro de parede, 33,20% usam filtro de carvão ativado, 22,20% de domicílios consomem água mineral e 8,80% utilizam filtro de barro. O perfil domiciliar da população do Jardim Botânico apresenta características estruturais bem definidas, com infraestrutura urbana que caminha ao atendimento da totalidade dos domicílios.

O detalhamento do atendimento do esgotamento sanitário mostra que o saneamento básico da região ainda ocorre de forma efetiva. Apenas 18% dos domicílios são atendidos pela Rede Geral, sendo que as fossas sépticas representam 62% e 21% possuem fossa rudimentar. De forma geral, o saneamento básico apresenta-se como um problema de infraestrutura doméstica, agravada localmente pela ocupação desordenada.

a) Meios de comunicação

Em relação ao acesso aos meios de comunicação, a PDAD 2016 do Jardim Botânico apresentou os tipos de serviço de comunicação oferecidos naquela RA e aponta que mais de 90% dos domicílios têm acesso à internet. Mais da metade dos domicílios possuem assinatura de TV (84%) e 25% assinam algum tipo de publicação (jornais ou revistas). A tabela a seguir mostra a distribuição da porcentagem de domicílios atendidos por cada tipo de serviço listado.

Tabela 1.17: Domicílios ocupados segundo o tipo de serviço de comunicação utilizado.

Tipos de Serviços	Domicílios (%)
Internet	90,58
TV por assinatura	83,97
Assinatura de jornais	13,43
Assinatura de revistas	11,42

Fonte: Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD) - Jardim Botânico. CODEPLAN, DF: 2016.

b) Sistema viário e de transporte

Como visto, a infraestrutura viária do Jardim Botânico conta com 84,37,80% das vias asfaltadas e 71,74% da drenagem de águas pluviais instalada. Porém, o problema na cidade é que há poucas vias de acesso interno e normalmente estas não possuem largura suficiente para um bom fluxo da frota.

A via que liga a pista principal com o interior do Jardim Botânico é a chamada Estrada do Sol. Esta via apresenta vários pontos de estreitamento e por ela trafegam em mão dupla todos os moradores dos condomínios que circundam o Jardim Botânico. As imagens a seguir ilustram a via, que também é carente de pontos e paradas de ônibus.

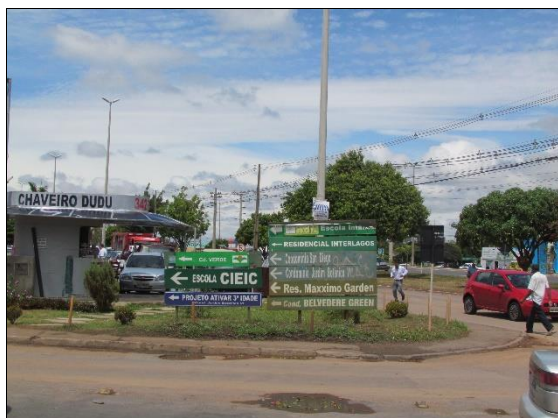


Foto 1.5: Visão do início da estrada do sol.
Data: 06/10/2016. UTM Zona 23 L 197787
m E 8243332m N. Azimute: 226°.



Foto 1.6: Parada de ônibus na estrada do
sol. Data: 06/10/2016. UTM Zona 23 L
203650 m E 8243408m N. Azimute: 207°.



Foto 1.7: Rede de águas pluviais na estrada
do sol. Data: 06/10/2016. UTM Zona 23 L
201177 m E 8243861 m N. Azimute: 316°.



Foto 1.8: Ponto de ônibus no Jardins
Mangueiral. 06/12/2016. UTM Zona 23 L
199265 m E 8241047m N. Azimute: 290°.

Tabela 1.18: As vias de acesso que ligam diferentes localidades do DF ao Jardim Botânico são:

Via	Nome	Descrição
DF-001	EPTC Estrada Parque Contorno	Cruza a avenida principal do Jardim Botânico e contorna o DF.
DF-035	Estrada Parque Cabeça do Veado	Ligação ao Lago Sul
DF-027	Estrada Parque Juscelino Kubitschek	Ligação à Ponte JK
DF-140	-	Liga ao Tororó Saída do Distrito Federal para Unaí, Minas Gerais, Luziânia e Cristalina, Goiás.
DF-465	-	Liga ao Complexo Penitenciário da Papuda
DF-463	-	Acesso a São Sebastião



Foto 1.11: Visão da DF-001. Data: 06/10/2016. UTM Zona 23 L 199264 m E 8241048 m N. Azimute: 049°.



Foto 1.12: Visão da DF-463 no Jardins Mangueiral. 06/10/2016. UTM Zona 23 L 198745 m E 8241698 m N. Azimute: 255°.

Os registros fotográficos a seguir mostram o estacionamento desordenado, característica comum no comércio local. Pela configuração atual, não existem muitos pontos de comércio e serviços no bairro, o que acaba conduzindo os moradores a buscar outros locais de consumo, como por exemplo a RA de Brasília, Lago Sul e Lago Norte. Contudo, o fornecimento dos serviços de padaria, pizzarias, etc. são satisfatórios para atenderem a demanda diária.



Foto 1.13: Estacionamento desordenado às margens da DF-001. Data: 06/10/2016. UTM Zona 23 L 197811 m E 8243440m N. Azimute: 063°.



Foto 1.14: Comercio local às margens da DF-001. Data: 06/10/2016. UTM Zona 23 L 197787 m E 8243334m N. Azimute: 210°.

Segundo o DFTRANS⁷ existem no Jardim Botânico 83 pontos de ônibus, sendo 52 com abrigo, 16 pontos com placas e 15 pontos sem placa. De acordo com os dados disponíveis na PDAD, constata-

⁷<http://www.dftrans.df.gov.br/servicos/pontosdeparada.html> Acesso em fevereiro de 2015.

se que entre os domicílios da região administrativa 92% possui automóveis, 11% motocicletas e 45% bicicletas. O quadro a seguir apresenta as distribuições das frequências.

Tabela 1.19: Domicílios ocupados segundo a condição de posse de veículo no Jardim Botânico.

Veículo	Têm (nº de domicílios)	Têm (% de domicílios)
Automóveis	7.533	7.533
Utilitários	229	229
Carga	49	49
Motocicletas	901	901
Bicicletas	3.292	3.292
Carroças	0	0
Outros	16	0,20

Fonte: Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD) - Jardim Botânico. CODEPLAN, DF: 2016.

A implementação de ciclovias é uma das frentes de ação do Distrito Federal em termos de mobilidade urbana. O governo local possui planos de construir mais 600km de ciclovias em todo o DF. Atualmente cerca de 410km já foram construídos. Em 2008 foi construída a segunda ciclovia do DF, ligando São Sebastião ao Jardim Botânico (da DF 463 a DF 001) com 9 Km de extensão, abrigando um fluxo estimado em 500 ciclistas que se deslocam até o local de trabalho via bicicleta ou em atividade de lazer.

Mesmo sendo nova, a ciclovia apresenta problemas. Segundo blog de notícias da Região Administrativa de São Sebastião⁸, muitos trechos apresentam restos de construção, outros foram interrompidos em função das obras de alargamento das vias e aberturas de rotatórias. Além disto, a ciclovia é disputada por ciclistas e pedestres, porque não há calçadas em todos os trechos.

De acordo com a Administração Regional, a bicicleta é um meio de transporte efetivo na RA XXVII, principalmente, no que se refere ao deslocamento dos trabalhadores que residem em São Sebastião e exercem suas atividades no Jardim Botânico. A seguir serão detalhados os equipamentos públicos de educação, saúde, segurança pública e lazer presentes na região administrativa do Jardim Botânico.

⁸Notícia vinculada em 18 de fevereiro de 2013. <http://bairromorroazul.blogspot.com.br/2013/02/ciclovias-pede-socorro.html>



Foto 1.15: Visão da estrada do sol. Data: 06/10/2016. UTM Zona 23 L 202623 m E 8243851m N. Azimute: 124°.



Foto 1.16: Parada de ônibus na estrada do sol. Data: 06/10/2016. UTM Zona 23 L 203075 m E 8243482m N. Azimute: 130°.

c) Equipamentos comunitários

A Região Administrativa do Jardim Botânico é carente de equipamentos públicos e comunitários, tendo em vista que sua ocupação se deu de forma irregular e paralela aos padrões lobísticos vigentes. Cada condomínio elaborou e executou um projeto de ocupação, muitos deles condenáveis sob o ponto de vista urbano-ambiental.

Existe apenas um posto da polícia militar e um estabelecimento público de ensino com 8 salas de aula, não há posto ou centro de saúde, delegacia e Corpo de Bombeiros. Pela falta de ordenamento territorial, ainda está em estudo a área para futura alocação de equipamentos, sobretudo os de segurança pública.



Foto 1.17: Centro Integrado de Educação Irmãos Carvalho - CIEIC. Data: 06/10/2016. UTM Zona 23 L 201509 m E 8243758m N. Azimute: 117°.



Foto 1.18: Escola Indii. Data: 06/10/2016. UTM Zona 23 L 200006 m E 8243123 m N. Azimute: 102°.



Foto 1.19: Conselho tutelar. Data: 06/10/2016. UTM Zona 23 L 200026 m E 8243160m N. Azimute: 082°.

d) Segurança pública

A RA do Jardim Botânico apresentara poucas ocorrências registradas quando observado o computo geral do Distrito Federal, talvez devido à ausência de uma delegacia de polícia na área. A tabela a seguir apresenta o total de ocorrências registradas no DF e na RA do Jardim Botânico, conforme a natureza do delito: contra pessoa; contra o patrimônio; contra os costumes; ação policial e trânsito.

Tabela 1.20: Principais ocorrências registradas no Distrito Federal e na RA do Jardim Botânico.

Natureza		Total no DF		Variação (%)	Ra XXVII J. botânico	
		2013	2014		2013	2014
Contra pessoa	Homicídio	705	585	8,7	1	1
	Tentativa de homicídio	887	931	5,0	2	0
	Lesão corporal	8.123	8.413	3,6	33	27
	Total pessoa	9.548	9.929	4,0	36	28
Contra o patrimônio	Latrocínio	41	36	-12,2	0	1
	Tentativa de latrocínio	120	140	16,7	0	0
	Roubo res. Liber. Da vítima	454	554	22,0	2	6
	Roubo quali. Com extor.	17	7	-58,8	0	0
	Roubo de carga	11	12	9,1	0	0
	Roubo em coletivo	954	962	0,8	3	0
	Roubo a banco	0	0	0	0	0
	Roubo a casa lotérica	6	11	83,3	0	0
	Roubo em comercio	1.551	1.924	24,0	3	4
	Roubo em residência	255	302	18,4	0	4
	Roubo a caminhão de bebidas	11	4	-63,6	0	0
	Roubo a posto de gasolina	553	593	7,2	0	0
	Roubo diversos	13.114	12.801	-2,4	8	8
	Roubo de veículo	1.929	3.040	57,6	2	6
	Total roubo	19.016	20.386	7,2	18	29
	Furto de veículo	4.546	4.678	2,9	1	0
	Furto em residência	5.329	5.000	-6,2	68	75
	Furto em comercio	2.689	2.924	8,7	9	11
	Furto em veículo	8.890	8.163	-8,2	8	4
	Furto diversos	29.075	31.519	8,4	105	103
	Total furto	50.529	52.284	3,5	191	193
	Total patrimônio	69.545	72.670	4,5	209	222
Contra costumes	Estupro	567	745	31,4	0	4
	Tentativa de estupro	61	71	16,4	0	0
	Total contra dignidade sexual	628	816	29,9	0	4
Total criminalidade		79.721	83.415	4,6	245	254
Ação policial	Tráfico de drogas	1.676	1.477	-11,9	1	2
	Uso e porte de drogas	3.162	3.356	6,1	1	4
	Porte de arma	958	1.037	8,2	2	0
	Localização de veículo	3.752	4.389	17,0	4	6
	Total ação policial	9.548	10.259	7,4	8	12
Trânsito	Lesão corporal culposa	7.307	6.450	-11,7	40	29
	Homicídio culposo	271	223	-11,7	2	2
	Total trânsito	7.578	6.673	-11,9	42	31

Fonte: Banco Millenium. Governo do Distrito Federal. Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social. Subsecretaria de Operações e Segurança Pública. Núcleo de Estatística. Obs.: Dados obtidos no sítio oficial: <http://www.ssp.df.gov.br/estatisticas/serie-historica.html>.

Pela análise da tabela anterior, nota-se que os crimes são roubos e tentativas de furtos, com destaque aos ocorridos em residências. Os crimes de estupro, tráfico de drogas e lesão corporal por motivo de desentendimento de trânsito apresentam pequenos registros.



Foto 1.20: Posto policial às margens da DF-001. Data: 06/10/2016. UTM Zona 23 L 197777 m E 8243340m N. Azimute: 348°.



Foto 1.21: posto policial às margens da DF-001. Data: 06/10/2016. UTM Zona 23 L 197799m E 8243393 m N. Azimute: 002°.

1.3.1.4 Caracterização da economia

Área estritamente residencial, o Jardim Botânico apresenta um comércio bastante modesto, que atende às necessidades da comunidade local com uma oferta razoável de padarias, supermercados, farmácias e lojas comercializam produtos básicos. Estes pequenos centros de compras tendem a expandir-se, com o desenvolvimento urbano local.

De acordo com o anuário do DF (2014) a RA do Jardim Botânico é movimentada pela grande concentração de floriculturas, que proporciona realização de eventos e exposições de orquídeas, que conta com o apoio e a coordenação da Sociedade Botânica de Brasília.

Ainda, a respeito da economia a RA do Jardim Botânico conforme o Anuário do DF (2014), o comércio atende às necessidades da comunidade local com uma oferta razoável de padarias, supermercados, farmácias e lojas comercializam produtos básicos, (Foto 1.22 a Foto 1.27).



Foto 1.22: Comércio local na estrada do sol.
Data: 06/10/2016. UTM Zona 23 L 202966 m
E 8243547m N. Azimute: 040°.



Foto 1.23: Comercio local às margens da
DF- 001. Data: 06/10/2016. UTM Zona 23 L
202005m E 8243728m N. Azimute: 075°.



Foto 1.24: Comércio local no Jardins
Mangueiral. 06/10/2016. UTM Zona 23 L
199994 m E 8240776m N. Azimute: 088°.



Foto 1.25: Foodtrucks no Jardins
Mangueiral. Data: 06/10/2016. UTM Zona
23 L 200199 m E 0657 N. Azimute: 026°.



Foto 1.26: Acesso ao centro hípico e
comercio local às margens da DF-001 .
Data: 06/10/2016. UTM Zona 23 L 198629



Foto 1.27: Comercio local às margens da DF-
001 . Data: 06/10/2016. UTM Zona 23 L

m E 8245515m N. Azimute: 270°.

199675m E 8245594m N. Azimute: 022°.

1.3.1.5 Lazer e turismo

Conforme o Anuário do DF (2014) a RA realiza eventos voltados para a exposição da floricultura, principalmente de orquídeas. A Região Administrativa do Jardim Botânico não dispõe de muitos atrativos, o que se pode encontrar são Barzinhos, restaurantes, pizzarias e shopping Foto 1.28 a Foto 1.31, além do Parque do Tororó.



Foto 1.28: Equipamento público de lazer.
Data: 06/10/2016. UTM Zona 23 L
203638 m E 8243406 m N. Azimute: 283°.



Foto 1.29: Feira do produtor do Jardim Botânico. Data: 06/10/2016. UTM Zona 23 L 197895 m E 8243754 m N. Azimute: 077°.



Foto 1.30: Circuito de exercícios no Jardins Mangueiral. Data: 06/12/2016. UTM Zona 23 L 200197 m E 8240659 m N. Azimute: 0628°.



Foto 1.31: Espaço de convivência no Jardins Mangueiral. Data: 06/12/2016. UTM Zona 23 L 200199 m E 8240657 m N. Azimute: 027°.

1.3.1.6 Organização social

De maneira geral a RA XXVII está organizada socialmente pela Associação dos Condomínios do Jardim Botânico - AJAB, pela Associação dos Moradores do Setor Habitacional São Bartolomeu,

pelos condomínios em si e politicamente representada pela Administração Regional. A AJAB é uma associação que reúne os representantes dos condomínios, normalmente os síndicos, do Setor Habitacional do Jardim Botânico - SHJB.

O SHSB também possui uma associação que trata dos interesses dos condomínios daquela região. Estas associações existem desde que as áreas começaram a ser ocupadas e houve a necessidade de se reunirem para tratar dos assuntos em comum, principalmente os relacionados à infraestrutura.

Foram formadas duas associações em função da RA de origem de cada Setor. O SHJB era vinculado à São Sebastião e o SHSB fazia parte da RA do Paranoá. Assim, estas associações procuram representar seus condomínios filiados junto à administração regional, aos órgãos do GDF e em alguns casos à justiça.

Juntamente com a associação existente no Setor Habitacional São Bartolomeu (SHSB), estas associações existem desde que as áreas começaram a ser ocupadas e houve a necessidade de se reunirem para tratar dos assuntos em comum, principalmente os relacionados à infraestrutura.

Assim, estas associações procuram representar seus condomínios filiados junto à administração regional, aos órgãos do GDF e em alguns casos à justiça. A administração regional mantém bom relacionamento com as associações de condomínios e procuram adotar parcerias e executar projetos em conjunto. As principais organizações sociais, identificadas no Jardim Botânico, estão citadas abaixo.

- a) Associação Comunitária dos Condomínios da Região do Jardim Botânico – AJAB;
- b) Companhia de Desenvolvimento Econômico e Social de São Sebastião;
- c) Movimento Comunitário do Jardim Botânico;
- d) Sociedade De Movimentos Culturais.

1.3.1.7 Uso e ocupação do solo

A Região Administrativa do Jardim Botânico – RA XVIII, está situada na Unidade Hidrográfica Tabocas, na Bacia Hidrográfica do Ribeirão Taboca e do Córrego Taboquinha, ambos afluentes do Rio São Bartolomeu, na Área de Proteção Ambiental – APA do Rio São Bartolomeu, sendo a maior do Distrito Federal, onde reúne todos os tipos de vegetação do cerrado, desde o cerradão até os campos rupestres.

Nesse contexto, do ponto de vista ambiental a RA está localizada numa área sensível, concentrada na zona de transição da Reserva da Biosfera do Cerrado, e também pelo fato de ter influência indireta sob as outras Unidades de Conservação do DF, como a Reserva Ecológica do IBGE, a Estação Ecológica do Jardim Botânico e a ARIE do Capetinga/Taquara. Além desse fator, a sensibilidade da área também está ligada por ser considerada uma reserva de aquíferos.



Foto 1.32: Estação Ecológica do jardim Botânico: 06/10/2016. UTM Zona 23 L 195402 m E 8243981 m N. Azimute: 201°.



Foto 1.33: Estação Ecológica do jardim Botânico. Data: 06/10/2016. UTM Zona 23 L 195390 m E 8244005 m N. Azimute: 344°.

Em relação ao uso e ocupação do solo, verifica-se pela Figura 1.29 e Figura 1.27 e pela Tabela 1.21 que a região é bastante antropizada. A maior parte das áreas é ocupada com agricultura e outra parte, também expressiva, é ocupada por vegetação de campo. A área urbana do Jardim Botânico possui aproximadamente 49 km². A RA está inserida, quase em sua totalidade, na APA do rio São Bartolomeu, porém uma pequena porção do território toca a APA do Gama e Cabeça de Veado. Dentro da RA ainda está inserido o Parque do Tororó.

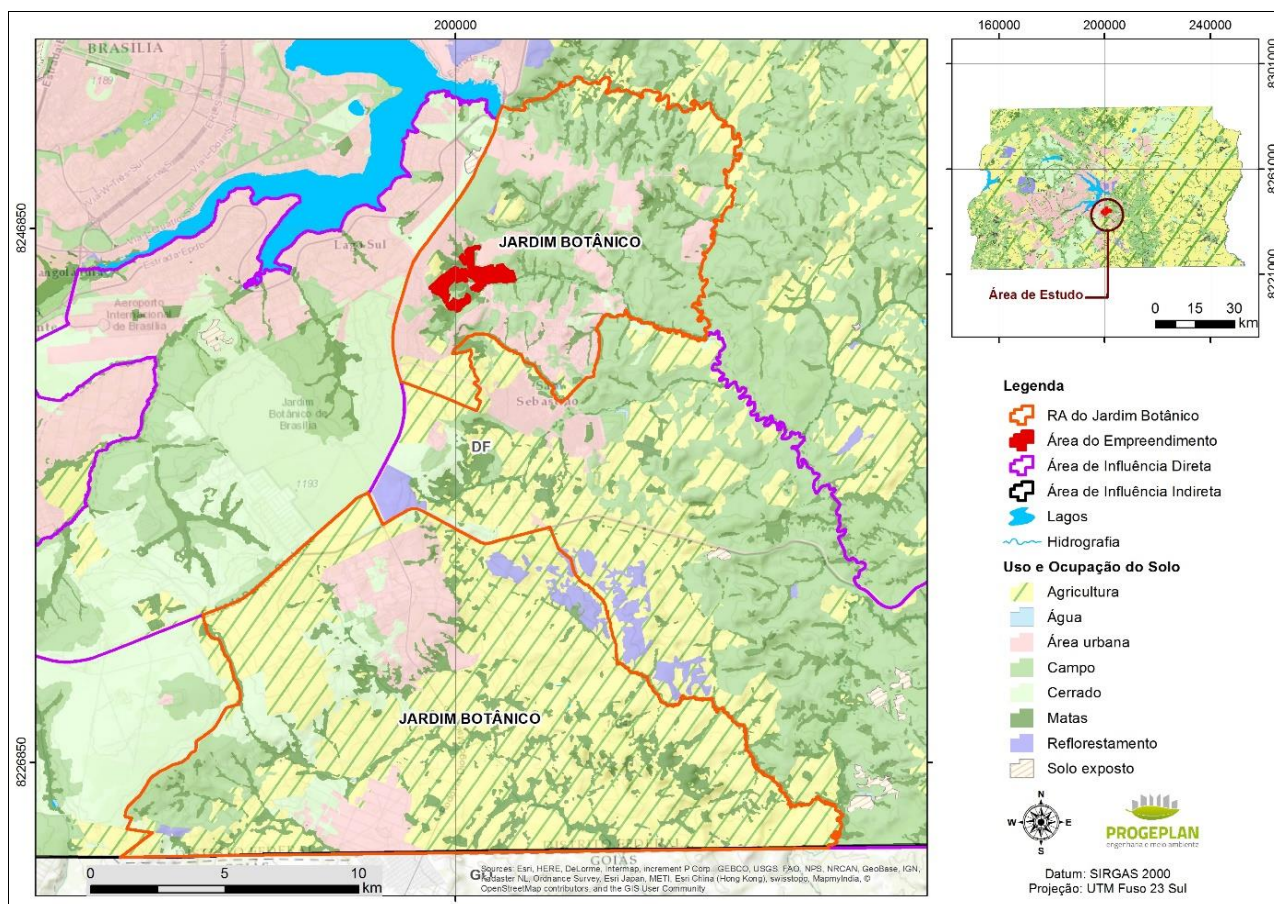


Figura 1.26: Uso do Solo no Jardim Botânico.

Fonte: UNESCO 2006.

Tabela 1.21 - Quantitativo de uso do solo no Jardim Botânico.

Uso	Área (km ²)
Agricultura	142,7
Água	0,1
Área urbana	48,6
Campo	57,8
Cerrado	17,8
Matas	44,6
Reflorestamento	3,8
Solo exposto	0,0

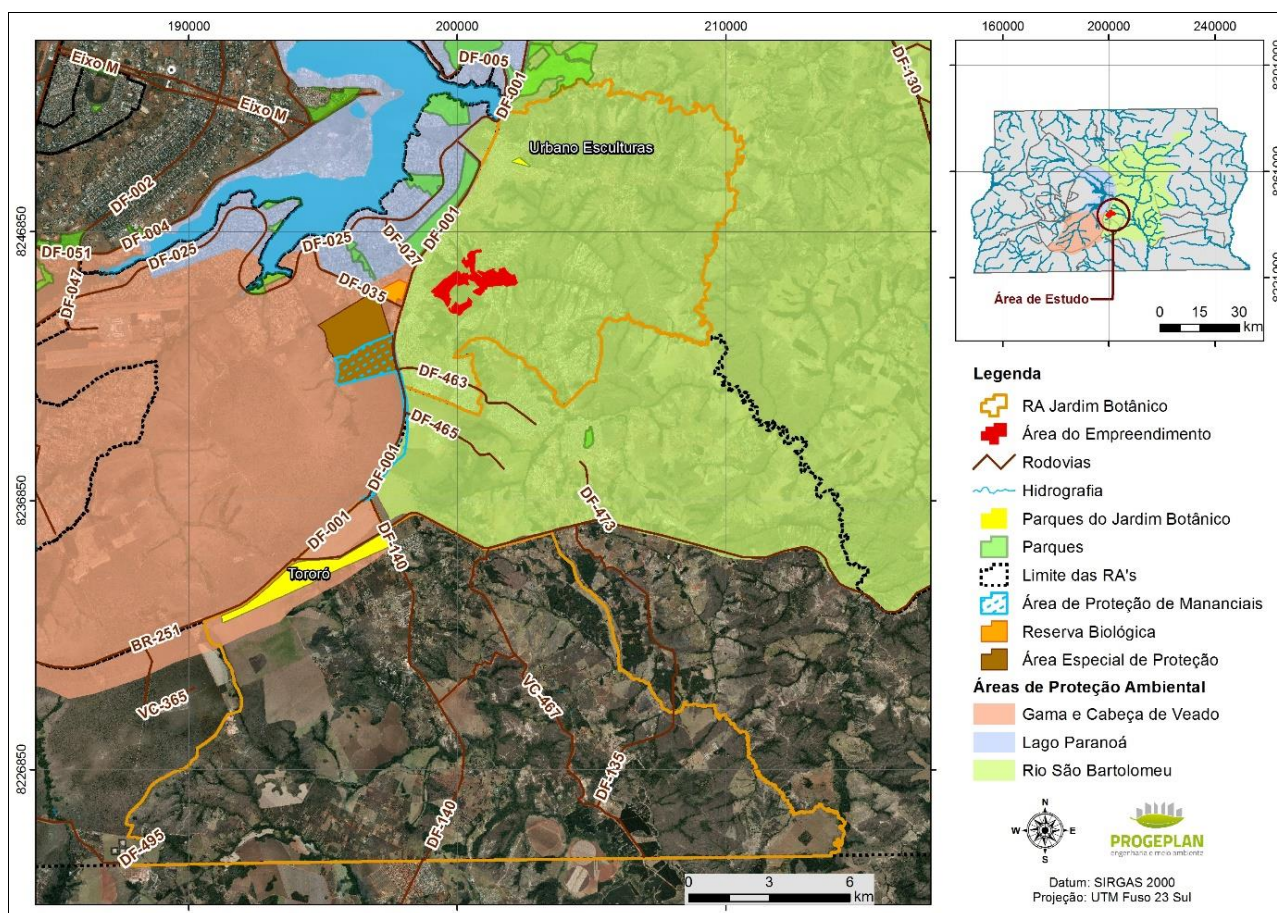


Figura 1.27: Parques e unidades de Conservação no Jardim Botânico.

Fonte: UNESCO 2006.

Ainda sobre a Região Administrativa do Jardim Botânico, conforme o Anuário do DF (2014) as terras desta RA pertenciam as fazendas Taboquinha e Papuda, sendo assim, uma área rural, que ao longo da sua ocupação a paisagem foi deixando de ser rural, devido às alterações ocorridas, passando então a ser um cenário urbanizado.

Atualmente, de acordo com a Agência Brasília - Portal de Notícias do Governo do Distrito Federal⁹ a Região Administrativa do Jardim Botânico (RA-XXVII) é formada basicamente por condomínios horizontais, onde abriga aproximadamente 53 condomínios erguidos em área pública, onde é marcada por muito verde e com alto índice de qualidade de vida.

⁹ Disponível em <<http://www.df.gov.br/noticias/item/1764-jardim-bot%C3%A2nico-completa-7-anos.html>>. .



Foto 1.34: Condomínio localizado no Jardim Botânico. Data: 06/10/2016. UTM Zona 23 L 203638 m E 8243406 m N. Azimute: 283°.



Foto 1.35: Padrão construtivo do condomínio Interlagos. Data: 06/10/2016. UTM Zona 23 L 201708m E 8243629 m N. Azimute: 185°.



Foto 1.36: Visão do condomínio Interlagos com São Sebastião ao fundo. Data: 06/10/2016. UTM Zona 23 L 201457 m E 8242948 m N. Azimute: 250°.



Foto 1.37: Padrão construtivo do condomínio Quintas do Sol. Data: 06/10/2016. UTM Zona 23 L 201060 m E 8243673 m N. Azimute: 192°.

As residências na RA se caracterizam entre construções de grande porte e pequeno, compreendendo se entre baixo e alto padrão construtivo, onde usufrui de infraestrutura urbana, como água, luz, pavimentação entre outros serviços.

A maioria dos condomínios possuem parques infantis, áreas de lazer e seguranças por meio de guaritas e outras formas de seguranças e diversos outros equipamentos, que proporciona conforto e maior qualidade de vida aos moradores. Quanto ao sistema viário, a RA é bem privilegiada, sendo a maioria das vias largas, com 2 duas faixa e pavimentação em bom estado.



Foto 1.38: Visão do condomínio Ouro Vermelho I. Data: 06/10/2016. UTM Zona 23 L 201457 m E 8242948 m N. Azimute: 250°.



Foto 1.39: Parque e área verde do condomínio Quintas do Sol. Data: 06/10/2016. UTM Zona 23 L 201060 m E 8243673 m N. Azimute: 228°.

O bairro Jardins Mangueiral é fruto da primeira Parceria Público-Privada (PPP) habitacional do país. Implantado ao longo da DF-463 em uma área de 200 hectares, onde foram construídas 8.000 unidades habitacionais (casas de 2 e 3 quartos e apartamentos de 2 quartos). A partir da Portaria nº 4 de 23 de junho de 2015, o bairro passou a fazer parte da RA Jardim Botânico (XXVII).



Foto 1.40: Padrão construtivo do Jardins Mangueiral. Data: 06/12/2016. UTM Zona 23 L 198745 m E 8241638 m N. Azimute: 255°.



Foto 1.41: Manutenção urbana no Jardins Mangueiral. Data: 06/12/2016. UTM Zona 23 L 200197 m E 8240658 m N. Azimute: 007°.



Foto 1.42: Circuito de exercícios no Jardins Mangueiral. Data: 06/12/2016. UTM Zona 23 L 199526 m E 8241273 m N. Azimute: 340°.



Foto 1.43: Manutenção urbana no Jardins Mangueiral. Data: 06/12/2016. UTM Zona 23 L 200197 m E 8240658 m N. Azimute: 007°.

1.3.2 Região Administrativa do Lago Sul (RA-XVI)

1.3.2.1 Histórico da área

A ocupação da atual Região Administrativa Lago Sul (RA XVI) começou nos anos 1950 com a construção de casas para servir de residências aos diretores da Companhia Urbanizadora da Nova Capital – NOVACAP. Com a inserção do Lago Paranoá na cidade, a RA ganhou o nome de Lago Sul em função de sua posição geográfica. Originalmente fazia parte da RA I – Plano Piloto, mas a Lei nº 643/1994 mudou seu status para Região Administrativa.

Segundo o site do Observatório do Turismo do Distrito Federal, a Região Administrativa do Lago Sul foi oficializada como tal em 1994. Situada a 8,4km da Rodoviária do Plano Piloto, localiza-se às margens do Lago Paranoá.

Atualmente, a RA está dividida em Setores de Habitação Individual Sul, Mansões Urbanas Dom Bosco e Estaleiros, Aeroporto Internacional Juscelino Kubitschek, Base Aérea de Brasília e Campo Experimental Água Limpa da Universidade de Brasília. Além disto, está sob seu domínio a Estação Ecológica do Jardim Botânico de Brasília, unidade de conservação integral que conta com 5.000ha de área.

1.3.2.2 Características da população e domicílios

De acordo com a CODEPLAN (PDAD, 2015/2016), a população urbana da Região Administrativa do Lago Sul (RA XVI) foi estimada em 29.346 habitantes. A migração dos residentes da Região Administrativa de Lago Sul foi motivada, principalmente, por acompanhar parente (58%), classificando este como fator determinante na migração. Com isso, registra-se que a maioria do contingente populacional (33%) reside há mais de 25 anos, compondo uma população consolidada, contra uma relativa parcela (20%) que moram na RA há menos de 6 anos.

Ao distribuir a população por faixa etária, constatou-se que os jovens (até 14 anos) representavam 11,60% da população, os adultos (de 15 a 59 anos) totalizam um percentual de 59,12%, (distribuídos entre as faixas etárias de 40 a 59 anos representando 26,74%, dos 25 e 39 anos, 21,45% e dos 15 a 24 anos 10,93%) e os idosos (mais de 60 anos) totalizam 29,28% da população (Tabela 1.22).

Tabela 1.22: População segundo os grupos de idade – RA do Lago Sul- DF

GRUPOS DE IDADE	Nº	%
0 a 4 anos	607	2,07
5 a 6 anos	323	1,1
7 a 9 anos	569	1,94
10 a 14 anos	1.215	4,14
15 a 18 anos	1.177	4,01
19 a 24 anos	1.822	6,21
25 a 39 anos	5.239	17,85
40 a 59 anos	8.409	28,66
60 a 64 anos	2.183	7,44
65 anos ou mais	7.802	26,58
Total	29.346	100

Fonte: CODEPLAN - Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - PDAD, 2016.

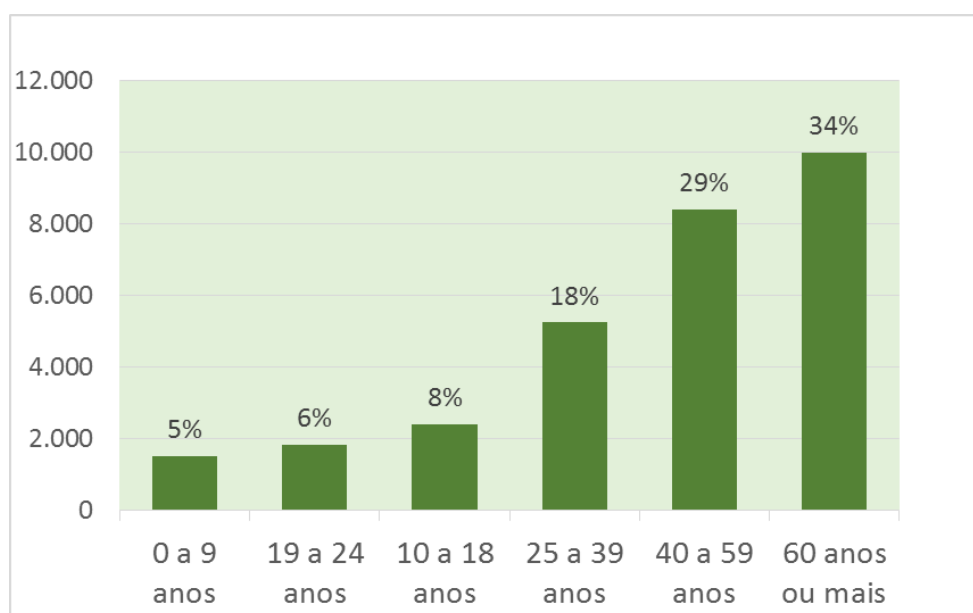


Figura 1.28: Distribuição de faixas etárias da população do Lago Sul.

Fonte: Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD) – Lago Sul. CODEPLAN, DF: 2016.

Nesta RA, a distribuição populacional por sexo é de 51,68% mulheres contra 48,32% homens. Infere-se desses dados que há uma distribuição não equilibrada, porém muito próxima à proporção de homens, onde o número de homens para cada 100 mulheres é de 0,31, muito menor que a do Distrito Federal (90,7). (PDAD, 2016).

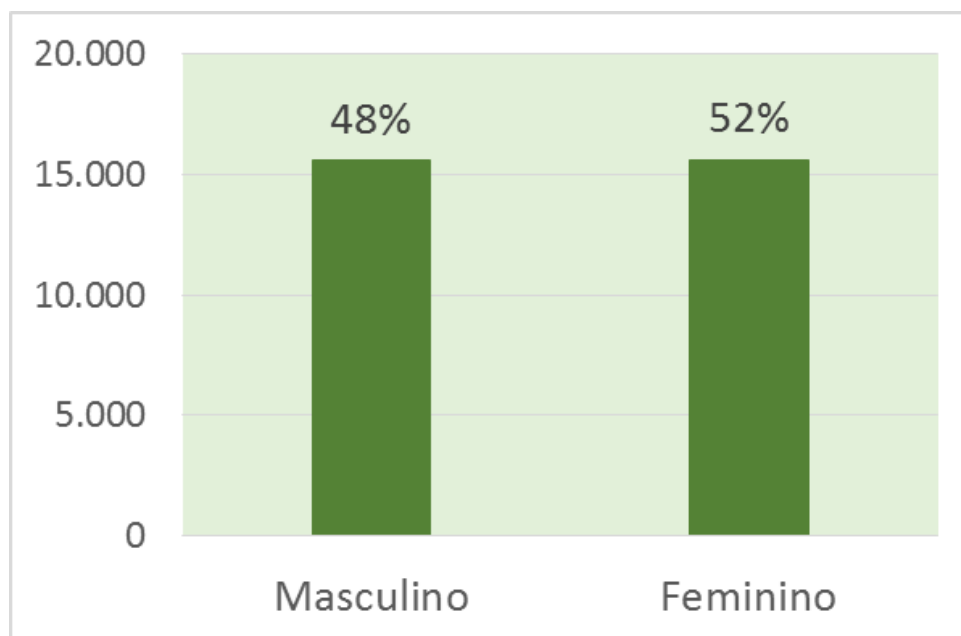


Figura 1.29: População de acordo com o gênero.

Fonte: Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD) – Lago Sul. CODEPLAN, DF: 2016.

Segundo dados CODEPLAN (2015/2016), constata-se que 59% da população possui escolaridade com nível superior completo, sendo que 7% possuem especialização, 2% mestrado e 2% doutorado.

O ensino fundamental incompleto (9%) é o segundo nível de escolaridade com maior representatividade, seguido do ensino médio completo (8%). A pesquisa revelou que não foram encontradas crianças (6 a 14 anos) não alfabetizadas. Diante das estatísticas mencionadas, acrescenta-se que 17% são estudantes, sendo que a maioria (12%) frequentam escolas particulares, enquanto o restante (5%) frequentam escolas públicas.

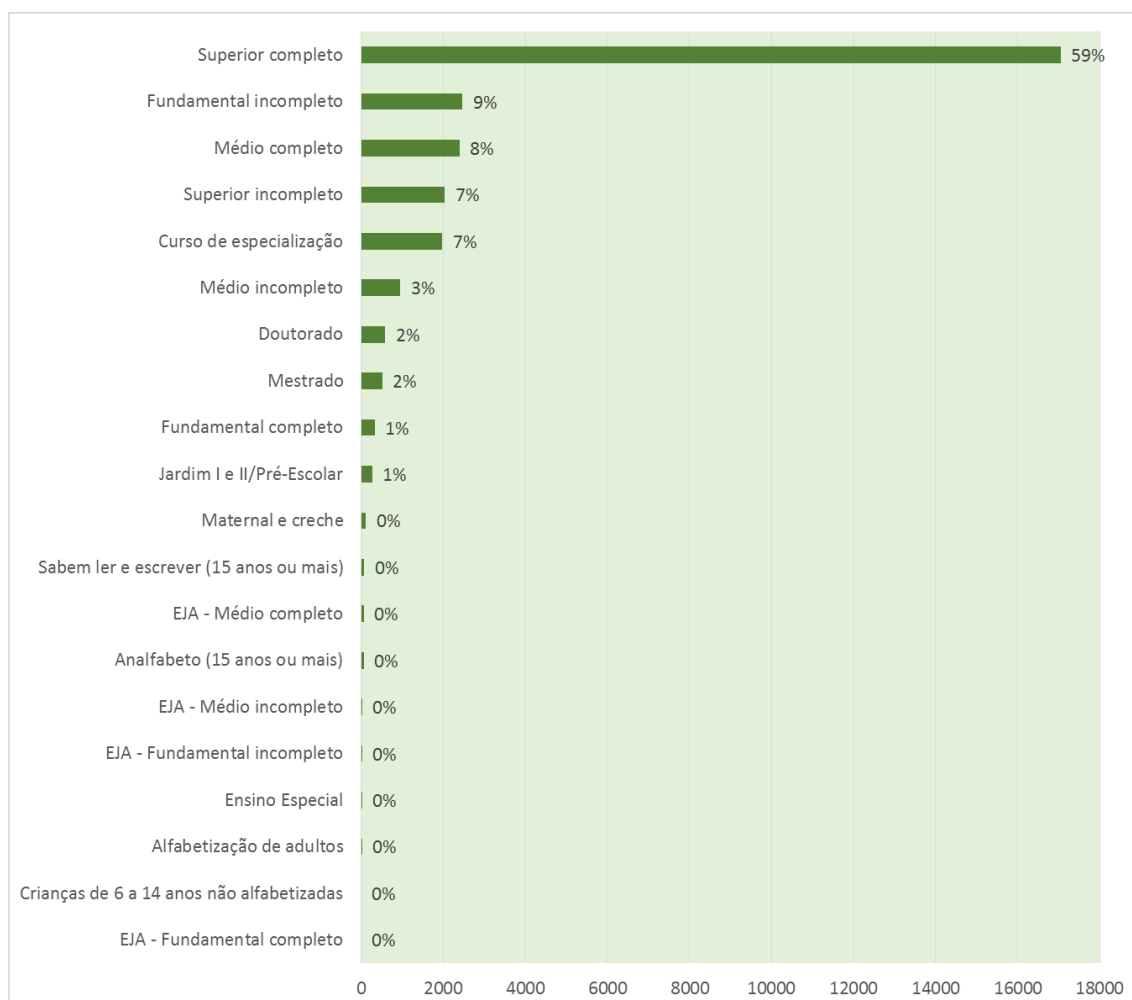


Figura 1.30: Porcentagem das faixas de escolaridade da população.

*Agregados Pós-Graduação Lato Sensu e Stricto Sensu. Fonte: Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD) – Lago Sul. CODEPLAN, DF: 2016.

Quanto ao rendimento, os dados da CODEPLAN (2015/2016) mostram que 44% da população têm atividades remuneradas, 26% estão aposentados e apenas 4% encontram-se desempregados. No que tange ao tipo de ocupação dos trabalhadores empregados, conforme a referida fonte constata-se que 38% representam a categoria do Serviço Público (Federal e GDF) e 12% no Comércio.

Do contingente de trabalhadores, os estatutários e militares totalizam 30%. A pesquisa indica que 34% são constituídos por empregados com carteira assinada e apenas 1,57% os sem carteira assinada. A categoria conta própria (autônomo) absorve 18% do total da mão de obra.

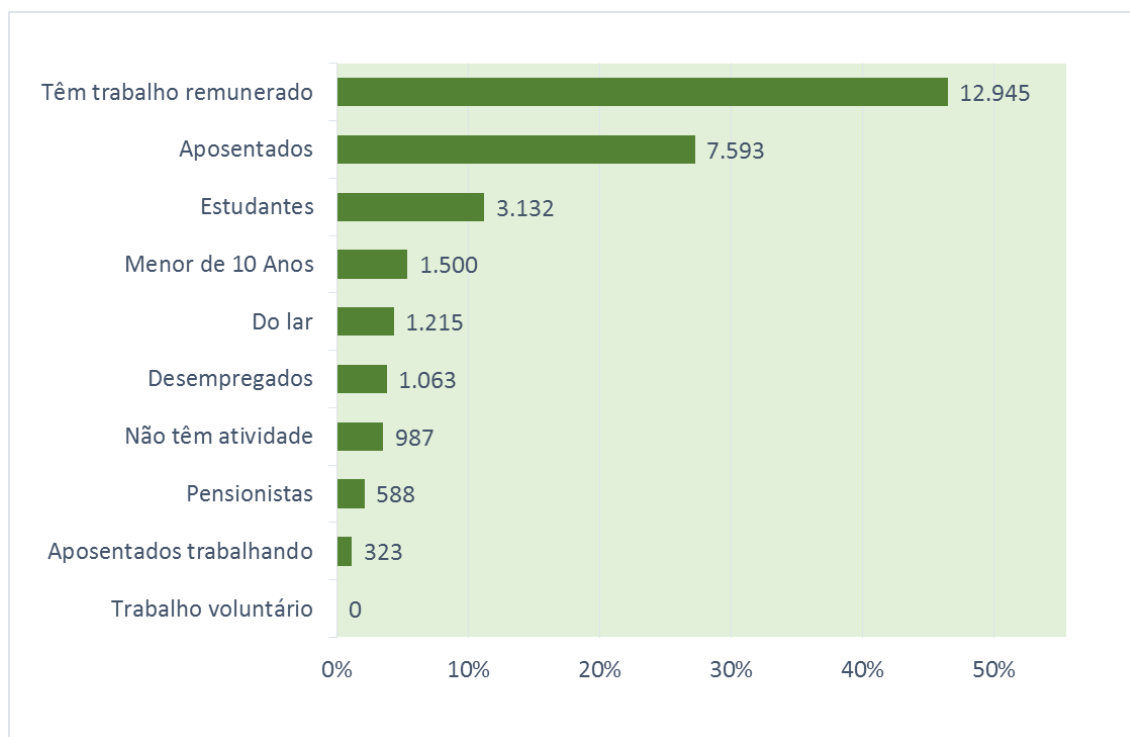


Figura 1.31: População do Lago Sul segundo a situação de atividade.

Fonte: Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD) – Lago Sul. CODEPLAN, DF: 2016.

A renda domiciliar média da população da RA do Lago Sul, de acordo com dados da CODEPLAN (PDAD, 2015/2016), corresponde a 26,81 salários mínimos (SM), o que equivale a R\$ 23.591,00 e a renda per capita é de 9,22 salários mínimos, correspondendo a R\$ 8.117,53. Contudo, ao verificar-se a distribuição da renda domiciliar bruta mensal, baseando-se nas classes de renda e nos múltiplos de salários mínimos, obtém uma concentração de 63% dos domicílios que possuem mais de 20 SM, seguindo de mais de 10 a 20 SM (21%).

Tabela 1.23: Demonstrativo de valores de renda mensal per capita e domiciliar.

Renda Mensal	Valor Absoluto (R\$ 1,00)	Valor em Salários Mínimos
Renda per Capita	8.117,53	9,22
Renda Domiciliar	23.591,00	26,81

Fonte: Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD) – Lago Sul. CODEPLAN, DF: 2016.

Cabe destacar que apenas 4% dos moradores vivem com no máximo dois salários mínimos. Pressupõe-se que do total da população, os 10% de menor poder aquisitivo detêm apenas 1,02% da renda média mensal auferida pelos moradores, sendo que os 10% mais ricos absorvem 27% da renda apresentando um Coeficiente de Gini de 0,370¹⁰, este fato retrata a realidade da maior parte da população que vive na RA do Lago Sul. Verifica-se que os homens são os responsáveis pelos domicílios, correspondendo a 81,40%, enquanto 18,60% referem-se às mulheres.

¹⁰O Coeficiente de Gini representa uma medida descritiva da classificação da renda, mensurando as suas diferenças, variando de “zero” que representa a igualdade perfeita a “um” que significa a desigualdade perfeita.

Quanto às características dos domicílios na Região Administrativa do Lago Sul, infere-se que as construções são permanentes e que o tipo de residência predominante na localidade são casas correspondendo a 98,80% do total de moradias, 0,40% são do tipo apartamento e 0,80% correspondem a outras modalidades de habitação na RA. Cerca de 89% das propriedades possuem escritura definitiva.

Quanto à forma de ocupação 87% dos domicílios são próprios, enquanto 9% são os domicílios alugados e 3% os cedidos. Na classe dos domicílios próprios, 79% representam os próprios quitados e em aquisição, enquanto apenas 8% são próprios em terreno não regularizado. Com relação às ocupações funcionais foi obtido um percentual de 0,36%.

Diante do apresentado, considera-se que a RA do Lago Sul apresenta uma população urbana de 29.346 com alto padrão de vida, de 26,81 salários mínimos mensais. Vivem em moradia, predominantemente, em casas próprio quitadas, onde há infraestrutura urbana, os serviços de rede geral de abastecimento de água, esgoto sanitário e de limpeza urbana já estão próximos à universalização.

A ocupação da população está concentrada no serviço público (Federal e Distrital). No comércio predomina os empregados com carteira de trabalho assinada, sendo que 70% dos moradores trabalham na RA Plano Piloto e apenas 16% na RA do Lago Sul. Verifica-se uma população com elevado nível de escolaridade, com destaque ao nível superior completo, enquanto o nível fundamental incompleto fica em segunda colocação seguida do ensino médio completo.

Apenas 34% dos habitantes são nascidos no Distrito Federal e os imigrantes somam 66% da população e são em sua maioria provenientes da região sudeste (50%) e nordeste (21%). A maioria destes imigrantes (55%) chegou ao DF até o ano de 1980. Os principais motivos da imigração foi o acompanhamento de parentes (58%) e a busca por trabalho e emprego (24%). A imigração interna no DF foi realizada por 71% da população que em sua maioria foi oriunda do Plano Piloto (RA I), Sudoeste e Guará.

As características de renda e situação de atividade mostram a renda per capita mais alta do DF, com 9,2 salários mínimos e a renda domiciliar de 26,81 salários mínimos. A população ocupada representa 44,8%, sendo que destes 32,9% são empregados com carteira de trabalho, o percentual de empregados sem carteira de trabalho é de 2,1% e o de trabalhadores autônomos é de 17%. A principal atividade está centrada na categoria “Outras Atividades” com 25,9% e na administração pública federal com 22,1% da população ativa.

De acordo com o PDAD 2014 a totalidade dos domicílios, segundo material das paredes externas, é de alvenaria e possuem piso. O material de cobertura predominante é o de cerâmica com laje (69,3%). Em relação ao total de cômodos dos domicílios na localidade, as unidades habitacionais com 9 a 12 cômodos são as mais representativas, 47,73%, seguidas com mais de 12 cômodos, 32,49%. A área construída em 82,4% está acima de 250 m² e 1,1% possui área inferior a 90 m².

Quanto à infraestrutura urbana, a rede geral de abastecimento de água está presente em 99% dos domicílios e todos realizam algum processo de filtração da água para consumo. Em relação ao esgotamento sanitário, 67% drenam seus esgotos na rede geral de coleta e 32% ainda se utilizam de fossa séptica para o esgotamento sanitário.

No total 96% dos domicílios possuem coleta de lixo realizada pelo serviço de limpeza urbana. Calçadas, ruas asfaltadas, meios-fios e iluminação pública estão presentes na quase totalidade dos domicílios. A coleta de águas pluviais não atende a 16% dos domicílios. A iluminação pública possui cobertura de 99%.

Nota-se que a infraestrutura urbana e domiciliar do Lago Sul é bem definida e o atendimento básico de coleta de lixo, fornecimento de energia, água tratada e coleta de esgoto abrange quase a totalidade dos domicílios. A alta renda, alta escolaridade e acesso a serviços públicos fazem do Lago Sul uma localidade com Índice de Desenvolvimento Humano superior ao de países desenvolvidos.

1.3.2.3 *Infraestrutura*

Entre os vários fatores relevantes para avaliar a condição de infraestrutura urbana estão o atendimento de serviços públicos de abastecimento de água, esgotamento sanitário e coleta de lixo, entre outros.

a) Energia elétrica

Conforme dados da CODEPLAN (2016), 100% dos domicílios contam com fornecimento pela rede geral, obtendo dessa forma, atendimento universalizado. A iluminação pública abrange 99% da RA



Foto 1.44: Subestação da CEB. Data: 06/12/2016. UTM Zona 23 L 194248 m E 8246034 m N. Azimute: 049°.



Foto 1.45: SE-10. Data: 06/12/2016. UTM Zona 23 L 194248 m E 8246034 m N. Azimute: 049°.

b) Abastecimento de água e esgotamento sanitário

Segundo a CODEPLAN (2016), a RA de do Lago Sul apresenta índices elevados com relação ao abastecimento de água, pois a maioria dos domicílios (9.396 ou 99%) estão ligados à rede geral, contra 95 domicílios que utilizam poço artesiano.

Sobre o consumo de água potável, os dados da CODEPLAN (2014) revelaram que do total de 51,91% domicílios existentes na RA de São Sebastião, cerca de 3.570 (ou 13,03%) usam filtro de parede, 2.307 (ou 8,42%) usam filtro de carvão ativado e 7.085 (ou 25,85%) tomam água mineral e 7.468 (27,25%) ou usam filtro de barro. Sob esse prisma, de acordo com os dados levantados pela

Caesb, no ano de 2011, a RA do Lago Sul tem um nível de abastecimento de água de 100%, (Figura 1.32).

Conforme o Zoneamento Ecológico Econômico do DF (Subproduto 3.2 – Relatório de Diagnóstico - Volume I – Infraestrutura e Equipamentos), os serviços de drenagem urbana, na questão da prestação de serviços de manejo de águas pluviais urbanas da Região Administrativa do Lago Sul está sob responsabilidade da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil - NOVACAP.

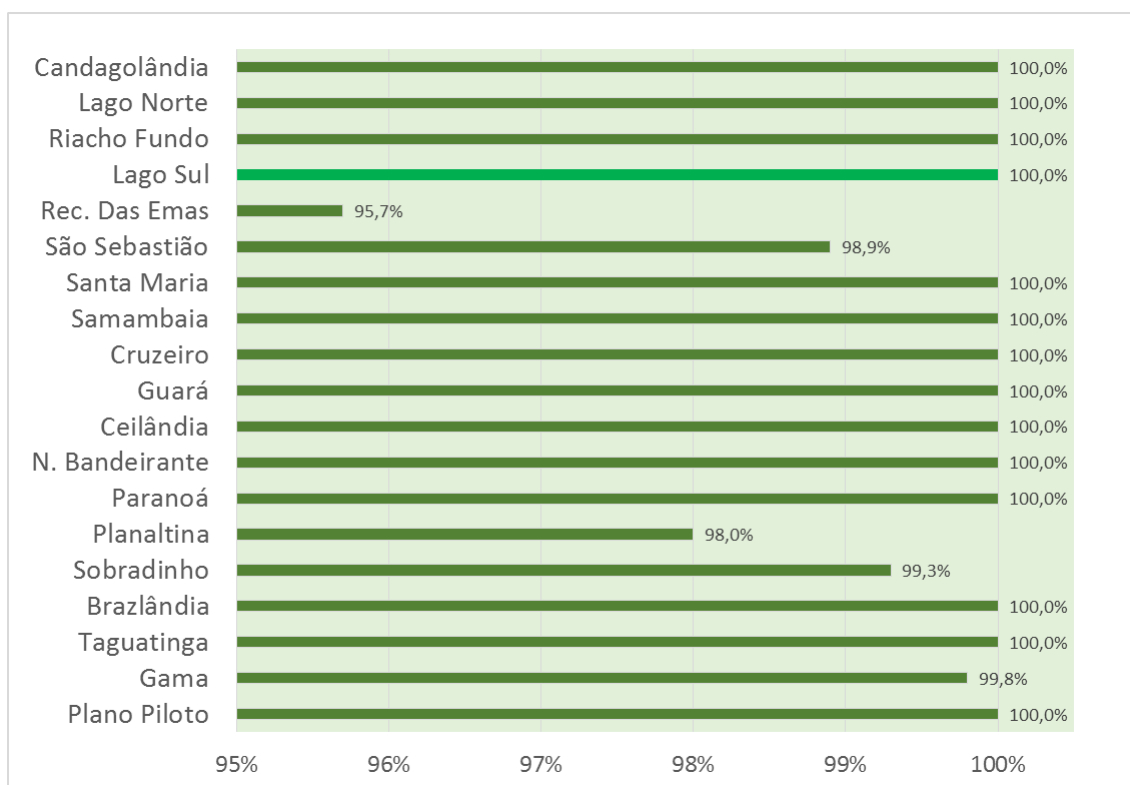


Figura 1.32: Nível de abastecimento de água por Região Administrativa.

Fonte: Programa de Saneamento Ambiental da Caesb (PSA – CAESB), 2013.

Os dados coletados pela CODEPLAN (2016) mostraram o desempenho desta RA no diz respeito ao esgotamento domiciliar, dos quais 67% dos domicílios contam com esse tipo de serviço e apenas 0,6% dos domicílios possuem fossa rudimentar e 32% fossa séptica. Conforme dados levantados a coleta de esgoto por região Lago Sul é atendido por esse serviço, sendo apenas 33% de não atendimento.

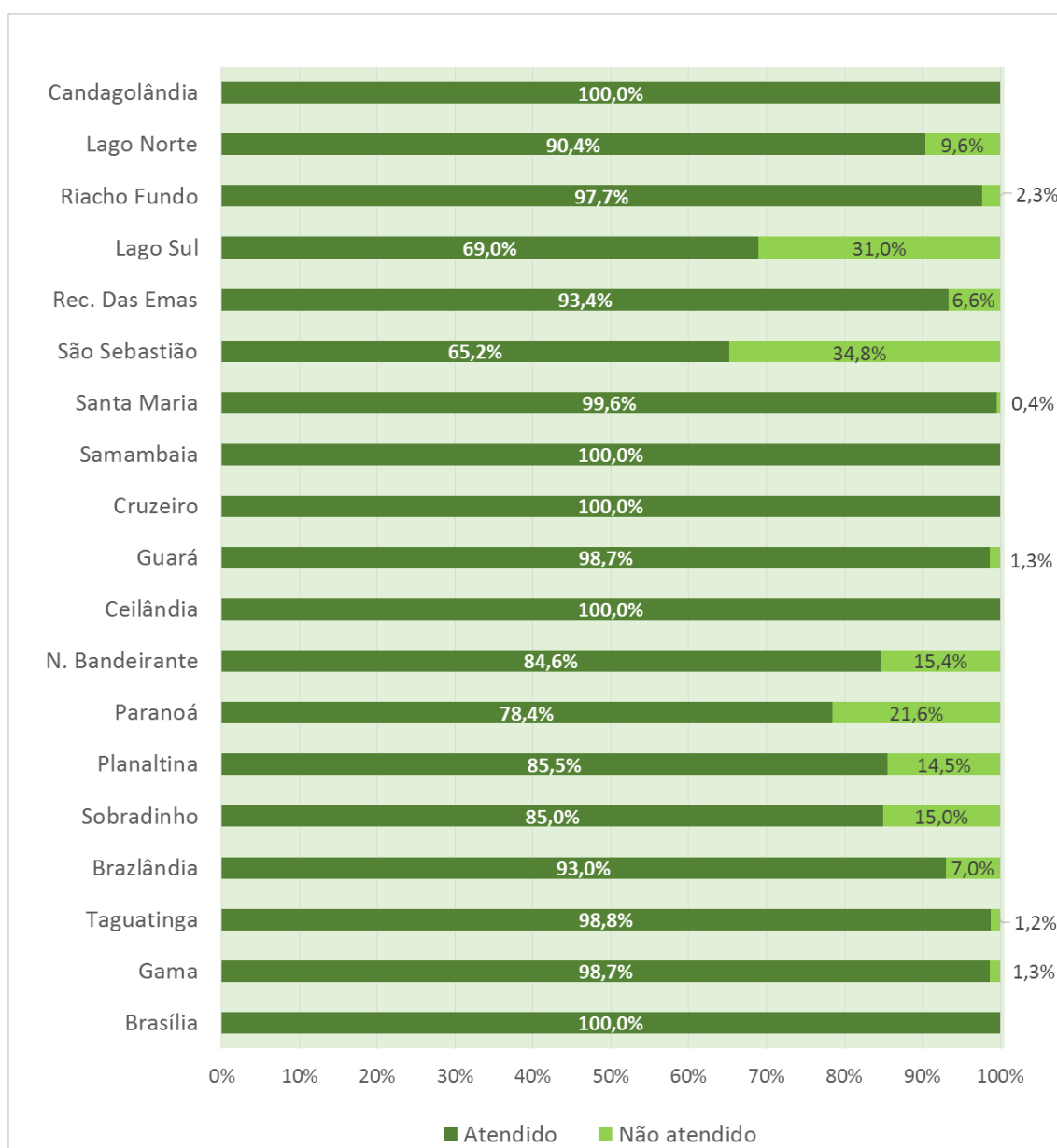


Figura 1.33: Índice de Coleta de Esgoto por Região Administrativa.

Fonte: Programa de Saneamento Ambiental da Caesb (PSA – CAESB), 2013.

c) Resíduos sólidos

Na Região Administrativa do Lago Sul, segundo Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - Brasília - (CODEPLAN, 2016), 96% dos domicílios possuem serviços de coleta urbana de lixo. Quanto aos serviços de limpeza urbana com coleta seletiva o percentual é de 72%. Além disso, 4% dão outro destino aos resíduos sólidos, já no que diz respeito a jogar lixo em local impróprio, não foram identificados nenhum domicílio.

d) Meios de comunicação

Em relação ao acesso aos meios de comunicação, a PDAD 2016 do Lago Sul apresentou os tipos de serviço de comunicação oferecidos naquela RA e aponta que mais de 96% dos domicílios têm

acesso à internet, 93% dos domicílios possuem assinatura de TV e mais de 28% assinam algum tipo de publicação (jornais ou revistas). A tabela a seguir mostra a distribuição da porcentagem de domicílios atendidos por cada tipo de serviço listado.

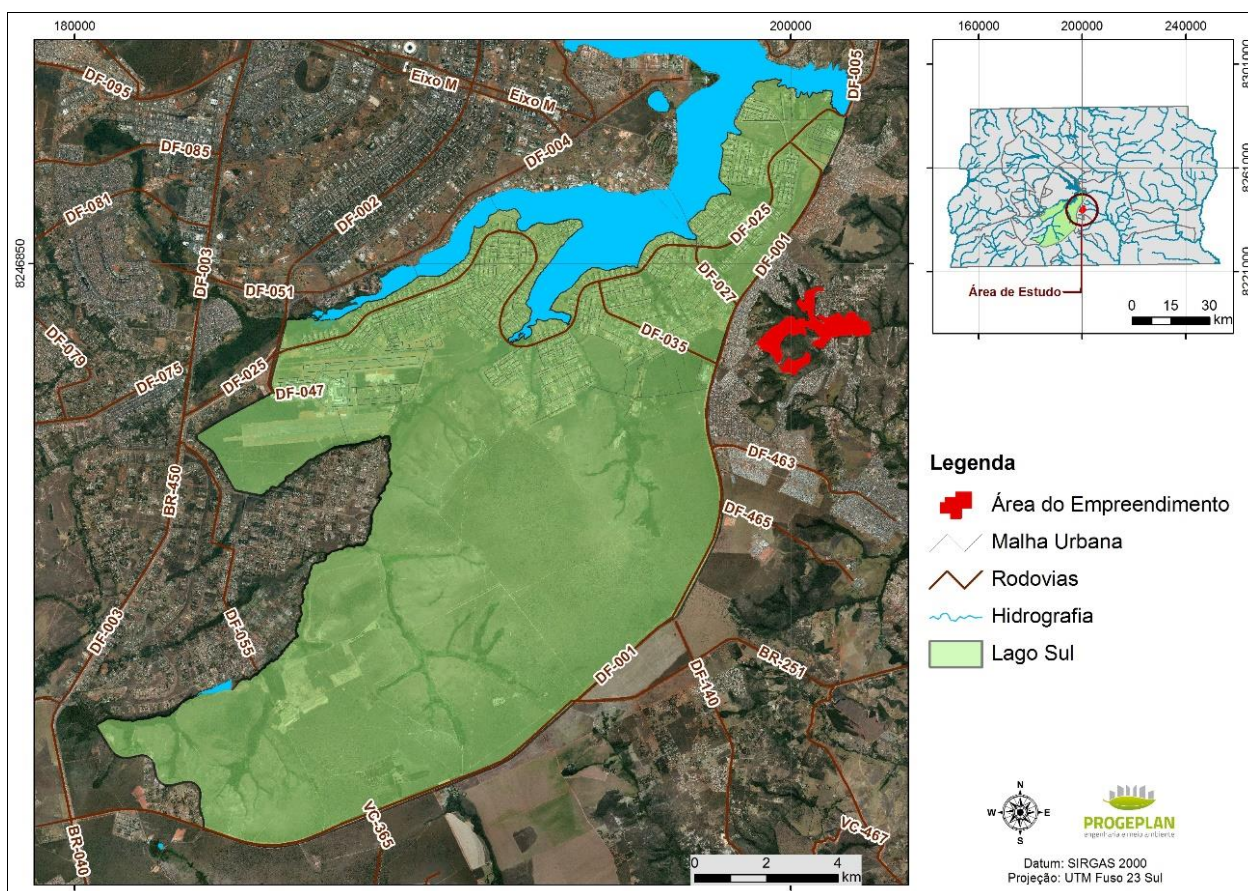
Tabela 1.24: Domicílios ocupados segundo o tipo de serviço de comunicação utilizado.

Tipos de Serviços	Domicílios (%)
Internet	96,40
TV por assinatura	92,60
Assinatura de jornais	32,60
Assinatura de revistas	28,40

Fonte: Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD) – Lago Sul. CODEPLAN, DF: 2016.

e) Sistema viário e de transporte

De acordo com a Figura 1.34 a Região Administrativa do Lago Sul, limita-se ao Norte com a Região Administrativa de Brasília, Região Administrativa do Lago Norte, DF-001 e o Lago Paranoá; ao Sul com a BR-251 e Região Administrativa de Santa Maria; a Leste com a DF-001 Região Administrativa do Paranoá e Jardim Botânico; a Oeste com o Rio Descoberto, Região Administrativa do Park Way e parte da DF-025 (Estrada Parque Dom Bosco – EPDB).



Como visto, a infraestrutura viária do Jardim Botânico conta com mais de 90% das vias asfaltadas e 84% da drenagem de águas pluviais instalada. A via principal que cruza a RA é a DF-025. Esta via contorna o Lago Paranoá pelo Lago Sul.



Foto 1.46: Visão da DF-025. Data: 06/12/2016. UTM Zona 23 L 186243 m E 8244461m N. Azimute: 041°.



Foto 1.47: Parada de ônibus na DF-025. Data: 06/12/2016. UTM Zona 23 L 191880 m E 8245083m N. Azimute: 238°.

Tabela 1.25: As vias de acesso que ligam diferentes localidades do DF ao Lago Sul são:

Via	Nome	Descrição
DF-001	EPTC Estrada Parque Contorno	Cruza a avenida principal do Jardim Botânico, liga o Lago Sul ao Paranoá e Lago Norte e contorna o DF.
DF-035	Estrada Parque Cabeça do Veado	Ligação ao Jardim Botânico e São Sebastião
DF-027	Estrada Parque Juscelino Kubitschek	Ligação à Ponte JK

Nas margens da DF-025 estão os comércios que abastecem o Lago Sul com alguns serviços, por exemplo, supermercado, padaria, farmácia, academias, *petshop*, shopping e também a Sede da Administração Regional.



Foto 1.48: Avenida Costa e Silva . Data: 06/12/2016. UTM Zona 23 L 192238 m E 8248122 m N. Azimute: 312°.



Foto 1.49: Visão da DF-025. Data: 06/12/2016. UTM Zona 23 L 191880 m E 8245083 m N. Azimute: 211°.

Os registros fotográficos a seguir mostram o ordenamento e as características comuns do comércio local. Pela configuração atual, existem muitos pontos de comércio e serviços no bairro. O fornecimento dos serviços é satisfatório para atender a demanda diária.



Foto 1.50: Comércio local às margens da DF- 025 . Data: 06/12/2016. UTM Zona 23 L 191792 m E 8246195m N. Azimute: 080°.



Foto 1.51: Comercio local. Data: 06/12/2016. UTM Zona 23 L 191880 m E 8246307m N. Azimute: 019

Segundo o DFTRANS¹¹ existem no Lago Sul 171 pontos de ônibus, sendo 117 com abrigo, 29 pontos com placas e 25 pontos sem placa. De acordo com os dados disponíveis na PDAD, constata-se que entre os domicílios da região administrativa 98% possui automóveis, 6% motocicletas e 36% bicicletas. O quadro abaixo apresenta as distribuições das frequências.

¹¹<http://www.dftrans.df.gov.br/servicos/pontosdeparada.html> Acesso em dezembro de 2016.

Tabela 1.26: Domicílios ocupados segundo a condição de posse de veículo no Jardim Botânico.

Veículo	Têm (nº de domicílios)	Têm (% de domicílios)
Automóveis	9.301	98,0
Utilitários	76	0,80
Carga	0	0,0
Motocicletas	569	6,0
Bicicletas	3.398	35,8
Carroças	0	0,0
Outros	0	0,0

Fonte: Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD) – Lago Sul. CODEPLAN, DF: 2016.

O DFTRANS divide o Sistema de Transporte Público do Distrito Federal em Serviços Convencional (ônibus - STPC); Especial Vizinhaça (zebrinha - STCEV); Alternativo (vans-STPA); Serviço Autônomo Rural (rural - STPC/TA); Transporte Coletivo Privado (fretamento - STCP); Transporte Público Básico (Micro-ônibus - STPB) e Próprio de Empregados (fretamento - STPE). Caracterizando nas categorias que se segue na Figura 1.26.

Tabela 1.27: Características do Transporte Público do DF.

TIPOS DE SERVIÇO	VEÍCULOS	EMPRESAS	LINHAS	VIAGENS MENSAS	FROTA	DEMANDA MENSAL
Convencional	Ônibus	13	888	-	2.337	-
Vizinhaça	Micro - Ônibus	2	11	10.113	55	340.348
Alternativo	Vans	664	37	-	664	-
Rural	Ônibus	21	65	10.000	74	-
Atualização	-	Mar/08	Mar/08	Mar/08	Mar/08	Mar/08

Fonte: DFTRANS



Foto 1.52: Visão da DF-025. Data: 06/12/2016. UTM Zona 23 L 186378 m E 8244505m N. Azimute: 30°.



Foto 1.53: Parada de ônibus na DF-025. Data: 06/12/2016. UTM Zona 23 L 186378 m E 8244505 m N. Azimute: 130°.

O serviço de transporte coletivo na Região Administrativa do Lago Sul é realizado pela empresa Viação Pioneira, atuando na Bacia 2, conforme informações do site do DFTrans – Transporte Urbano do Distrito Federal.¹²

Essa empresa possui 640 ônibus que atende a parte sudoeste do DF, circulando entre as RAs de Itapoã, Paranoá, Jardim Botânico, Lago Sul, Candangolândia, Park Way, Santa Maria, São Sebastião e Gama. A seguir serão detalhados os equipamentos públicos de educação, saúde, segurança pública e lazer presentes na região administrativa do Jardim Botânico.

f) Equipamentos públicos comunitários

A Região Administrativa do Lago Sul, conforme o Anuário do DF (2014) possui uma estrutura urbana formada por: quatro escolas públicas, cinco escolas particulares (infantil, fundamental e médio), um centro de saúde, dois hospitais particulares, um Batalhão de Polícia Militar (5º BPM), dois postos de segurança comunitária (PCS), uma Delegacia de Polícia (10ª DP) e um Grupamento de Bombeiros Militar (11º GBM).

Na questão da educação a RA do lago Sul conta com instituições educacionais com alto padrão de ensino e de estrutura, que oferece educação infantil, ensino fundamental I e II, ensino médio e línguas estrangeiras. Essas escolas possuem equipamentos tecnológicos que são ferramentas de apoio no aprendizado, atividades de lazer para o bem-estar do aluno.

¹²

Informações disponíveis em <<http://www.dftrans.df.gov.br/informacoes/empresas.html>>. Acesso agosto de 2016.



Foto 1.54: Escola Classe 01. Data: 06/12/2016. UTM Zona 23 L 190073 m E 8245822m N. Azimute: 153°.



Foto 1.55: Colégio SIGMA. Data: 06/12/2016. UTM Zona 23 L 191499 m E 8246341 m N. Azimute: 260°.



Foto 1.56: Colégio Maria Imaculada. Data: 06/12/2016. UTM Zona 23 L 189567 m E 8245276m N. Azimute: 165°.



Foto 1.57: Colégio Mackeinze. Data: 06/12/2016. UTM Zona 23 L 189851 m E 8245562 m N. Azimute: 260°.

Ainda, a respeito do centro de saúde informações obtidas no site da secretaria de saúde do DF¹³, revelam que a unidade é referência no atendimento. Em 2012 obteve uma média de atendimento diário de 70 pessoas, em todas as faixas etárias, atingindo um quantitativo da ordem de 1,5 mil doses mensais. Já na unidade de ginecologia o número expressivo nesse atendimento foi de 6.312 em ginecologia, 1.044 prevenções de câncer de mama e colo de útero.

Além desses atendimentos, os profissionais têm promovido a inclusão de atividade físicas, juntamente com a atuação nutricional, obtendo resultados positivos, onde 40 pacientes reduziram ou deixaram de usar insulina. Outra ação positiva está ligada na área de homeopatia, com de 1,5 mil pacientes, proporcionando bem-estar para o corpo e mente. Além disso, o centro conta com 15 pacientes de *Tai Chi Chuan*.

¹³Informações disponíveis em <<http://www.saude.df.gov.br/noticias/item/2484-centro-de-sa%C3%BAdo-do-lago-sul-%C3%A9-refer%C3%Aancia-em-atendimento.html>>. Acesso em agosto de 2016.

Os hospitais da rede particular possuem um alto padrão de infraestrutura, dispondo de diversos serviços de excelência na área médico-hospitalar com consultórios ambulatoriais, pronto socorro 24h, centro de diagnóstico, centro cirúrgico, cardiologia, UTI entre outros. Além disso, oferece mais de 30 especialidades médicas.



Foto 1.58: Hospital Brasília. Data: 06/12/2016. UTM Zona 23 L 191156 m E 8246014m N. Azimute: 049°.



Foto 1.59: Posto de Saúde. Data: 06/12/2016. UTM Zona 23 L 194248 m E 8245935 m N. Azimute: 025°.

Quanto à segurança a RA do Lago Sul é assegurada pelo Batalhão da Polícia Militar (Barão do Rio Branco – 5º BPM), localizado na QI 5. O Batalhão executa o policiamento ostensivo, a pé, motorizado e de trânsito, com a finalidade de promover a proteção pessoal e das instalações das representações Diplomáticas e Organismos Internacionais com sede em Brasília, conforme informações obtidas no site da Polícia Militar do Distrito Federal¹⁴. A área de atuação desse batalhão é todo o DF, em especial o Setor de Mansões Park Way, a Asa Sul e Norte e Lago Sul e Norte.

A segurança na RA do Lago Sul também conta com a Delegacia de Polícia (10ª DP), uma unidade da Polícia Civil (PCDF), localizada no Setor de Habitações Individuais Sul (SHIS) no Lago Sul.

¹⁴ Disponível em <<http://www.pmdf.df.gov.br/site/>>. Acesso em agosto de 2016.



Foto 1.60: 5º Batalhão da polícia Militar.
Data: 06/12/2016. UTM Zona 23 L 189202 m
E 8245762m N. Azimute: 075°.



Foto 1.61: 10ª Delegacia de polícia. Data:
06/12/2016. UTM Zona 23 L 192853 m E
8246709 m N. Azimute: 038°.

A RA do Lago Sul também dispõe do Grupamento de Bombeiro Militar - 11º GBM, (Foto 1.62), que tem como missão proteger vidas, patrimônios e meio ambiente, além do compromisso com o desenvolvimento social, trabalhando em conjunto com os seus integrantes a fim de promover a qualidade de vida.



Foto 1.62: 11º Grupamento de Bombeiro Militar. Data: 06/12/2016. UTM Zona 23 L
192773 m E 8246603m N. Azimute: 032°.

g) Segurança pública

Sobre a segurança pública local, os dados indicam que houve uma redução, mesmo que pequena, no registro de roubos, furtos e crimes contra o patrimônio – veículos e comércios. Os furtos a residências e postos de combustíveis, bastante comuns no DF apresentaram um pequeno aumento.

Tabela 1.28: Principais ocorrências registradas no Distrito Federal por RA das áreas de Influência no período de 2013 a 2014.

Natureza		Total no DF		Variação (%)	Ra XIV Lago Sul	
		2013	2014		2013	2014
Contra pessoa	Homicídio	705	585	8,7	0	0
	Tentativa de homicídio	887	931	5,0	3	0
	Lesão corporal	8.123	8.413	3,6	72	55
	Total pessoa	9548	9929	4,0	75	55
Contra o patrimônio	Latrocínio	41	36	-12,2	2	2
	Tentativa de latrocínio	120	140	16,7	2	0
	Roubo res. Liber. Da vítima	454	554	22,0	4	3
	Roubo quali. Com extor.	17	7	-58,8	1	0
	Roubo de carga	11	12	9,1	0	0
	Roubo em coletivo	954	962	0,8	0	2
	Roubo a banco	0	0	0	0	0
	Roubo a casa lotérica	6	11	83,3	0	1
	Roubo em comercio	1.551	1.924	24,0	5	6
	Roubo em residência	255	302	18,4	10	5
	Roubo a caminhão de bebidas	11	4	-63,6	0	0
	Roubo a posto de gasolina	553	593	7,2	9	11
	Roubo diversos	13.114	12.801	-2,4	45	30
	Roubo de veículo	1.929	3.040	57,6	17	19
	Total roubo	19.016	20.386	7,2	95	79
	Furto de veículo	4.546	4.678	2,9	32	30
	Furto em residência	5.329	5.000	-6,2	47	49
	Furto em comercio	2.689	2.924	8,7	31	24
	Furto em veículo	8.890	8.163	-8,2	116	150
	Furto diversos	29.075	31.519	8,4	846	829
	Total furto	50.529	52.284	3,5	1.072	1.082
	Total patrimônio	69.545	72.670	4,5	1.167	1.161
Contra costumes	Estupro	567	745	31,4	0	6
	Tentativa de estupro	61	71	16,4	0	0
	Total contra dignidade sexual	628	816	29,9	0	6
Total criminalidade		79.721	79.721	83.415	4,6	1.242
Ação policial	Tráfico de drogas	1.676	1.477	-11,9	4	0
	Uso e porte de drogas	3.162	3.356	6,1	9	22
	Porte de arma	958	1.037	8,2	1	2
	Localização de veículo	3.752	4.389	17,0	18	22
	Total ação policial	9.548	10.259	7,4	32	46
Trânsito	Lesão corporal culposa	7307	6450	-11,7	131	103
	Homicídio culposo	271	223	-11,7	2	3
	Total trânsito	7.578	6.673	-11,9	133	106

Fonte: Banco Millenium. Governo do Distrito Federal. Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social. Subsecretaria de Operações e Segurança Pública. Núcleo de Estatística. Obs.: Dados obtidos no sítio oficial: <http://www.ssp.df.gov.br/estatisticas/serie-historica.html>

1.3.2.4 Caracterização da economia

Segundo o Anuário do DF (2014), a Região Administrativa do Lago Sul é uma área com um alto padrão de vida. Estão presentes nesta região algumas das maiores redes de supermercados do Brasil, além do Tradicional Centro Comercial Gilberto Salomão, que concentra boa parte das opções de comércio e lazer, além de escritórios e serviços em geral.



Foto 1.63: Centro comercial Gilberto Salomão. Data: 06/12/2016. UTM Zona 23 L 189766 m E 8245953m N. Azimute: 048°.



Foto 1.64: Centro comercial Gilberto Salomão. Data: 06/12/2016. UTM Zona 23 L 189890 m E 8245881 m N. Azimute: 066°.

Nesse contexto econômico, os moradores da RA possuem um alto poder aquisitivo, sendo uma população onde engloba boa parte dos ministros do Governo Federal, além da maioria dos embaixadores. Assim, pode-se afirmar que o funcionalismo é marcante na Região Administrativa do Lago Sul. Assim, nesse viés econômico a Região Administrativa do Lago Sul baseia sua economia na Administração Pública, no comércio e serviços.

1.3.2.5 Lazer e turismo

Conforme o Anuário do DF (2014), a Região do Lago Sul conta com o Centro Comercial Gilberto Salomão, na qual concentra boa parte das opções de comércio e lazer, e ainda de escritórios e serviços em geral. No contexto do lazer, a RA possui o maior centro de lazer e entretenimento da capital, o Pontão do Lago Sul (Foto 1.65 e Foto 1.66), com programação cultural e esportiva intensiva ao longo de todo o ano, com variadas opções de gastronomias. O local é referência de cartão postal, por sua estrutura e localização, à beira do Lago Paranoá.



Foto 1.65: Pontão do Lago Sul. Data: 06/12/2016. UTM Zona 23 L 192089 m E 8248262m N. Azimute: 001°.



Foto 1.66: Pontão do Lago Sul. Data: 06/12/2016. UTM Zona 23 L 192064 m E 8248345m N. Azimute: 071°.

A RA do Lago Sul, possui ainda, conta com oito parques, como por exemplo, Bernardo Sayão, Canjerana, Garça Branca, Copaibas, Jardim Botânico, Ermida Dom Bosco, Península e Anfiteatro (Foto 1.67e Foto 1.68).



Foto 1.67: Parque Vivencial do Anfiteatro Natural. Data: 06/12/2016. UTM Zona 23 L 193024 m E 8247002m N. Azimute: 090°.



Foto 1.68: Parque Vivencial do Anfiteatro Natural. Data: 06/12/2016. UTM Zona 23 L 192974 m E 8247046m N. Azimute: 105°.



Foto 1.69: Jardim Botânico. Data: 06/12/2016. UTM Zona 23 L 197022 m E 8244456m N. Azimute: 103°.



Foto 1.70: Parque Ecológico Península Sul. Data: 06/12/2016. UTM Zona 23 L 194105 m E 8247972m N. Azimute: 156°.

Nos momentos de lazer a população do Lago Sul conta com espaços de convivência, locais para prática de esportes, ciclovias. De uma maneira geral as pessoas possuem boa qualidade de vida com ótimas condições de vida, moradia, trabalho, alimentação e educação.



Foto 1.71: Espaço de convivência na QI 13.. Data: 06/12/2016. UTM Zona 23 L 191777 m E 8246183m N. Azimute: 128°.



Foto 1.72: Quadra de tênis pública. Data: 06/12/2016. UTM Zona 23 L 191721 m E 8246228 m N. Azimute: 132°.



Foto 1.73: Praça no Pontão. Data: 06/12/2016. UTM Zona 23 L 1920582 m E 8248279m N. Azimute: 125°.



Foto 1.74: Circuito de exercícios. Data: 06/12/2016. UTM Zona 23 L 191711 m E 82462392m N. Azimute: 134°.



Foto 1.75: Pesca. Data: 06/12/2016. UTM Zona 23 L 192064 m E 8248345m N. Azimute: 103°.



Foto 1.76: Ciclovía na DF-035. Data: 06/12/2016. UTM Zona 23 L 196960 m E 8244500 m N. Azimute: 156°.

Ainda com relação ao lazer, na RA passou a ser sede dos festivais e campeonatos esportivos náuticos e radicais, com práticas de *Longbord*, *Sleckline*, *Kitsurf* e *Stand Up Paddle*. Além dos *OuverMeeting - SkateDownhill*, que atraem atletas do Brasil, que fazem de Brasília a etapa mais pontuada do ranking nacional. Da mesma forma, destacam-se o campeonato de *Kitsurf* e o movimento dos *LongBrothers*.

Outro atrativo na RA são as feiras de alto nível, com destaque para o Bazar Chique, no Gilberto Salomão, e a BSB Mix no Pontão. Também há as famosas garages Sales (vendas de garagem), segundo o Anuário do DF (2014), liquidações de artigos de luxo realizadas em residências.

No entanto, diante de todas essas atrações, o destaque atrativo maior é a Ponte Juscelino Kubitschek, que permite acesso entre o Plano Piloto, Paranoá e São Sebastião, além de ser um cartão postal para os visitantes, tornando assim, um dos pontos visitados no DF. Na Região

Administrativa do Lago Sul, há os atrativos religiosos, possuindo 13 igrejas, sendo sete católicas, três evangélicas, um centro espírita e duas de outras religiões.



Foto 1.77: Paróquia São Pedro de Alcântara.
Data: 06/12/2016. UTM Zona 23 L 191501
m E 8246200 m N. Azimute: 058°.



Foto 1.78: Igreja Nossa Senhora do Nazaré.
Data: 06/12/2016. UTM Zona 23 L 186584
m E 8244571 m N. Azimute: 120°.



Foto 1.79: Ponte Juscelino Kubitschek. Data: 06/12/2016. UTM Zona 23 L 193025 m E 8247001 m
N. Azimute: 124°.

1.3.2.6 Organização Social

De maneira geral a RA XVI está organizada socialmente pela Associação dos Moradores do Lago Sul - AMLS. A AMLS é uma associação que reúne os associados representantes dos moradores do Lago Sul. As principais organizações sociais, identificadas no Lago Sul, estão citadas abaixo.

- a) Associação "Dê Bola pra Escola";
- b) Associação Cristã de Assistência e Promoção de Brasília;
- c) Associação dos Moradores do Lago Sul – AMLS;
- d) Eco Atitude-Ações Ambientais;
- e) Ekip Naturama;

f) Instituto Brasil Adentro;

g) Instituto Empregar - Empregabilidade Versus Exclusão Social.

1.3.2.7 *Uso e Ocupação do solo*

A Região Administrativa do Lago Sul (RA – XVI), possui residências com alto padrão construtivo, onde a maioria das casas é de estrutura com dois pavimentos, com piscinas, quadras de esportes e outros componentes. Nesse contexto, o padrão das habitações na RA do Lago Sul é elevado, proporcionando aos moradores conforto e bem-estar. O lugar é considerado de luxo, constituída por várias embaixadas e casas de autoridades, tornando-se uma área nobre do Distrito Federal.



Foto 1.80: Embaixada de Cuba. Data: 06/12/2016. UTM Zona 23 L 192064 m E 8248345m N. Azimute: 103°.



Foto 1.81: Padrão de ocupação. Data: 06/12/2016. UTM Zona 23 L 187673 m E 8244811 m N. Azimute: 118°.

A área urbana é formada por setores habitacionais, setores de chácaras, de mansões, quadras comerciais e áreas com equipamentos públicos comunitários. A RA ainda compreende o Aeroporto Internacional Presidente Juscelino Kubitschek, Base Aérea de Brasília, o setor Ermida Dom Bosco (ponto turístico) e na questão ambiental, está a Estação do Jardim Botânico. Sob esse prisma, a área é dividida entre quadras internas (QI's) e quadras do Lago (QL's).

Ainda sobre a área urbanizada, a Região Administrativa do Lago Sul possui dos mais variados tipos de lazer, além de lojas comerciais que disponibilizam diversos serviços, desde os mais simples aos sofisticados produtos. É uma área com boa infraestrutura, com 100% da população abastecida com água potável e com fornecimento de energia elétrica e atendimento na parte do esgoto sanitário.



Foto 1.82: Administração do Lago Sul. Data: 06/12/2016. UTM Zona 23 L 192720 m E 8246539m N. Azimute: 103°.



Foto 1.83: Padrão de ocupação. Data: 06/12/2016. UTM Zona 23 L 193530 m E 8247642 m N. Azimute: 075°.

A RA é servida com rede de água pluvial, rede de iluminação pública, quase 100% das vias asfaltadas e meios-fios. Quanto à área rural, estas compreendem o Campo Experimental Água Limpa da Universidade de Brasília e áreas próximas a Barragem do Paranoá.

Em relação ao uso e ocupação do solo, verifica-se pela Figura 1.35, Figura 1.36 e pela Tabela 1.29 que a região é bastante antropizada. A maior parte do território é ocupado com área de cerrado e outra parte, também expressiva, é composta por área urbana com aproximadamente 45 km² e está inserida na APA do Gama e Cabeça de Veado e na APA do Lago Paranoá.

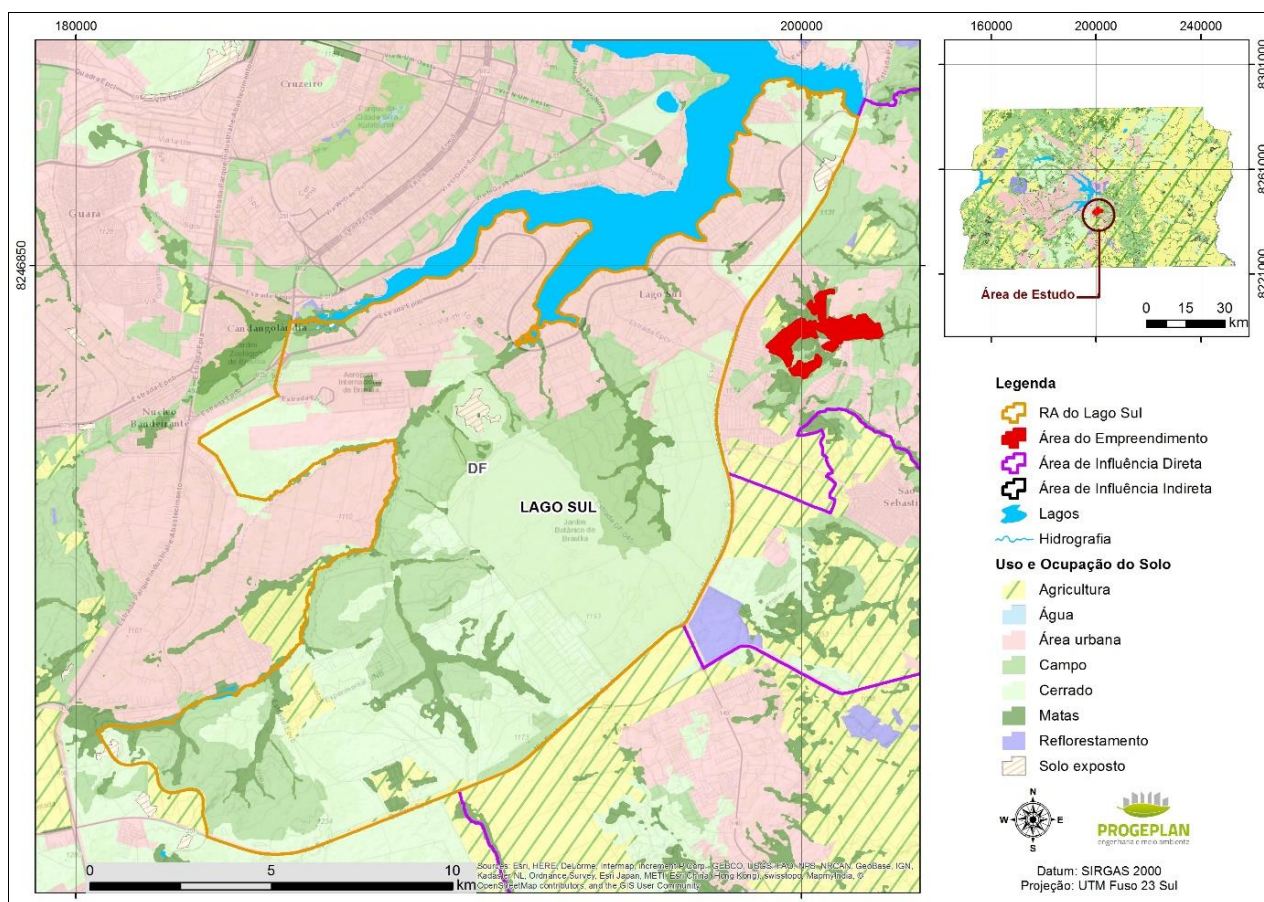


Figura 1.35: Uso do Solo no Lago Sul.

Fonte: UNESCO 2006.

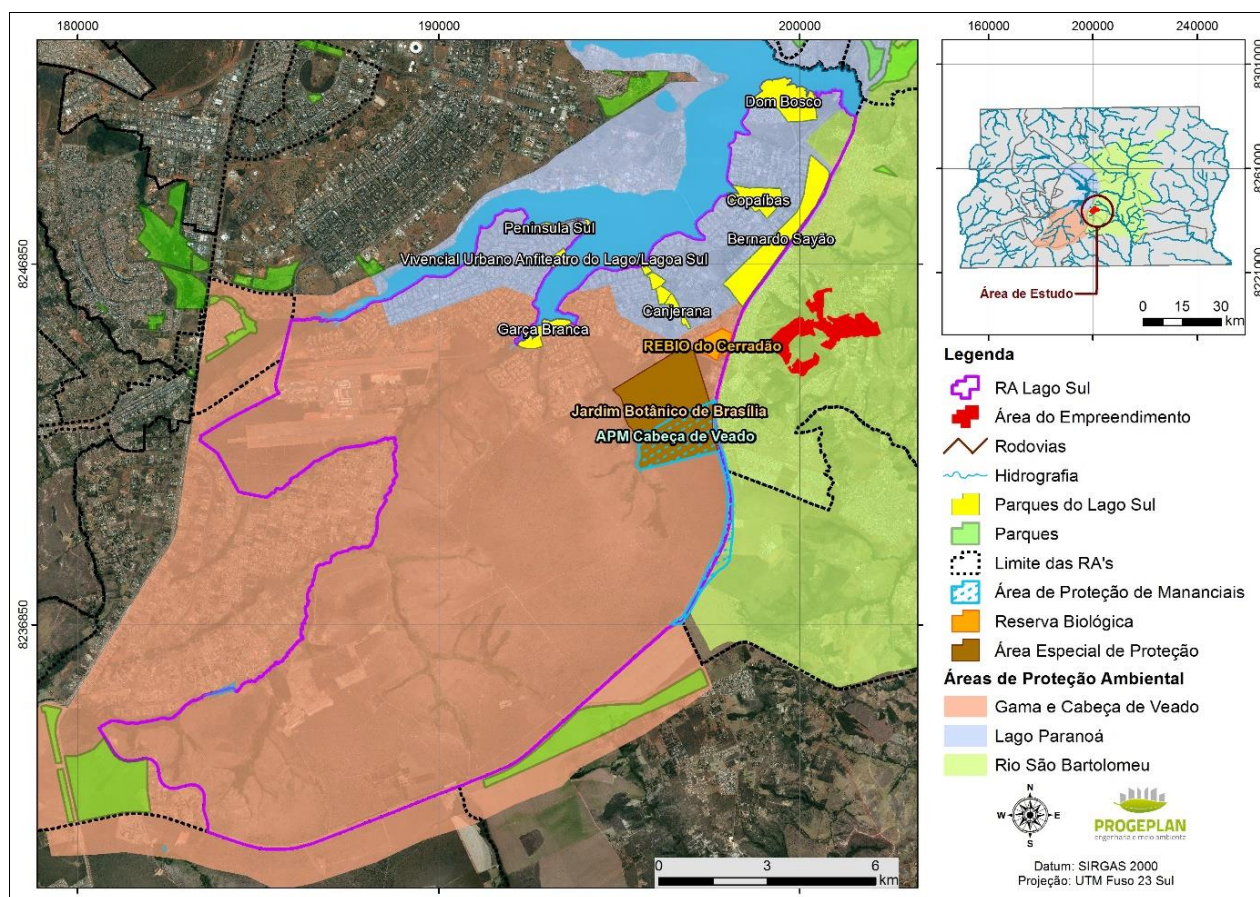


Figura 1.36: Parques e unidades de Conservação no Lago Sul.

Fonte: UNESCO 2006.

Tabela 1.29 - Quantitativo de uso do solo no Lago Sul.

Uso	Área (km ²)
Agricultura	2,9
Água	0,8
Área urbana	45,4
Campo	39,7
Cerrado	79,8
Matas	14,6
Solo exposto	1,1

Fonte: UNESCO 2006.

Dentro da RA ainda estão inseridos os parques Bernardo Sayão, Canjerana, Garça Branca, Copalbas, Jardim Botânico, Ermida Dom Bosco, Península e Anfiteatro Parque do Tororó além da Reserva Biológica – REBIO do Cerradão e da Área de Proteção Especial do jardim Botânico.

1.3.3 Região Administrativa de São Sebastião (RA XIV)

1.3.3.1 Histórico da área

A área que atualmente compõe a RA XIV, São Sebastião, inicialmente era considerada parte da RA VII do Paranoá, sendo datado de 25 de junho de 1993 o status de Região Administrativa, a partir da Lei nº 467/93.

A RA teve início a partir de ocupação espontânea, por populações remanescentes da exploração da areia e dos trabalhos com cerâmica e olaria, que se instalaram na região para apoiar a construção de Brasília. Com o enfraquecimento das atividades econômicas voltadas ao fornecimento de materiais para construção, foram desativadas as principais olarias.

Com esta conjuntura econômica, o território de São Sebastião começou a ser parcelado e vendido clandestinamente às populações das classes média-baixa e baixa que foram se estruturando ao longo do Córrego da Mata Grande e Ribeirão Santo Antônio da Papuda, sem qualquer rigor de planejamento urbano (ARAUJO, 2009).

A falta de planejamento da ocupação resultou em problemas urbanísticos, como a dificuldade de constituir espaços destinados ao lazer e ao estabelecimento de equipamentos públicos e comunitários, necessitando de soluções imediatas. Por outro lado, recomenda-se um planejamento efetivo das áreas restantes, com vistas à adequação da ocupação do solo e qualidade de vida à população.

Atualmente, segundo dados da Companhia de Planejamento do Distrito Federal – CODEPLAN a RA de São Sebastião é dividida entre áreas de ocupação urbana e rural, sendo consideradas áreas de ocupação urbana: Agrovila, Setor Residencial Oeste, Vila Nova e Área Especial. Já a área rural é composta pelas áreas isoladas denominadas: Cava de Baixo, Cava de Cima, Papuda, Riacho Frio, Quilombo e Taboquinha.

Tramita no Governo do Distrito Federal o processo de regularização fundiária, o qual buscará adequar as ocupações existentes à legislação urbano-ambiental vigente e, com isso, resguardar a qualidade ambiental local.

1.3.3.2 Características da população e domicílios

A PDAD 2016 estimou a população total da RA em 100.161 habitantes sendo 50,25% (50.330) composta por mulheres e 49,75% (49.831) por homens. A razão de sexo, que representa o número de homens a cada 100 mulheres é de 98,44 sendo bem acima da razão de sexo do DF que é de 91. De acordo com o PDAD (2016), verificou-se que a participação das mulheres (33%) como responsáveis pelo domicílio é inferior ao dos homens (67%), sendo a classe masculina predominante.

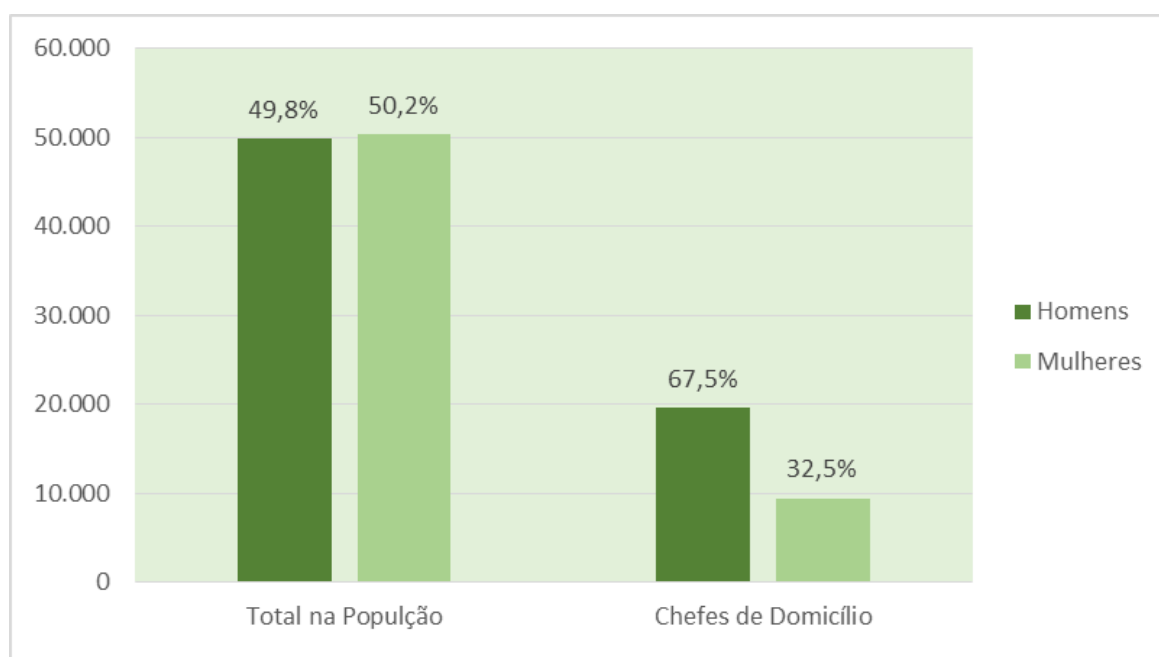


Figura 1.37: População dos chefes de domicílios de acordo com o gênero.

Fonte: Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD) – São Sebastião. CODEPLAN, DF: 2016.

A migração dos residentes da Região Administrativa de São Sebastião foi motivada, principalmente, pela procura de trabalho no DF e por acompanhamento de parentes. Há um percentual expressivo de nascidos no Distrito Federal (46%), enquanto 54% são constituídos por imigrantes, do total de imigrantes, 58% são naturais do Nordeste e 29%, do Sudeste.

Com isso, registra-se que a maioria do contingente populacional (47%) reside a mais de 15 anos, compondo uma população consolidada, contra uma relativa parcela (30%) que moram na RA há menos de 6 anos. Ao distribuir a população por faixa etária, constatou-se que os jovens (até 14 anos) representavam 23% da população, os adultos (de 15 a 59 anos) 69% e os idosos (mais de 60 anos) totalizam 8% da população (Tabela 1.30).

Tabela 1.30: População segundo os grupos de idade - RA de São Sebastião.

GRUPOS DE IDADE	Nº	%
0 a 4 anos	7.350	7,34
5 a 6 anos	2.585	2,58
7 a 9 anos	3.883	3,88
10 a 14 anos	8.943	8,93
15 a 18 anos	8.281	8,27
19 a 24 anos	12.469	12,45
25 a 39 anos	22.211	22,18
40 a 59 anos	26.054	26,00
60 a 64 anos	3.033	3,03
65 anos ou mais	5.352	5,34

GRUPOS DE IDADE	Nº	%
Total	100.161	100,00

Fonte: CODEPLAN - Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - PDAD, 2016.

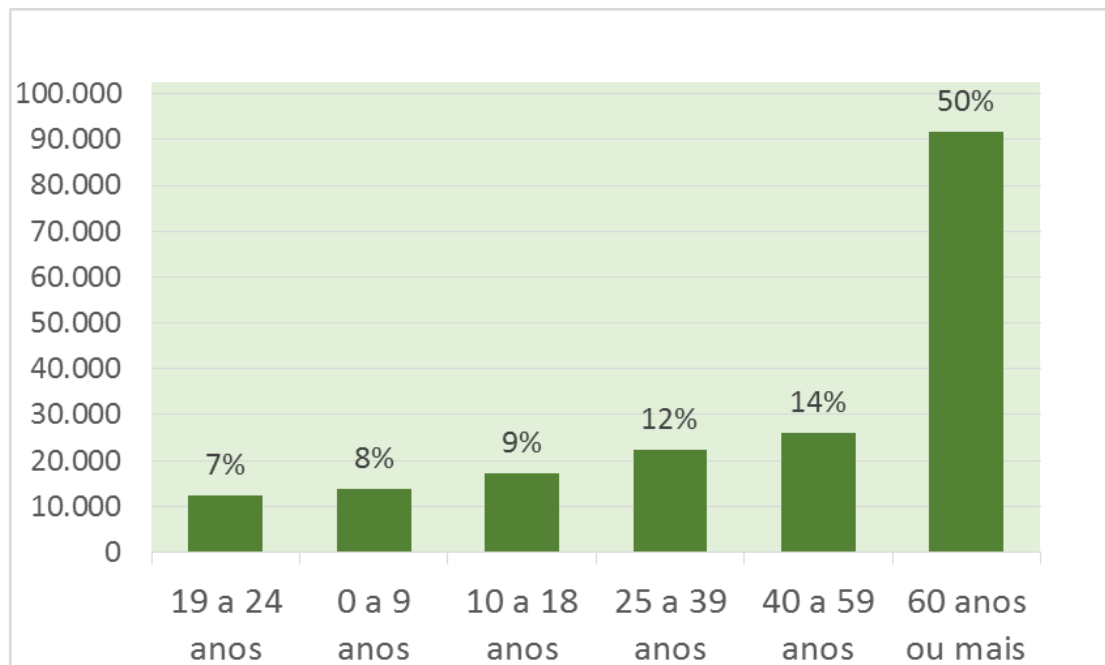


Figura 1.38: Distribuição de faixas etárias da população do Lago Sul.

Fonte: Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD) – São Sebastião. CODEPLAN, DF: 2016.

De modo geral, o nível de escolaridade dos habitantes de São Sebastião é baixo, sendo que 71% não estudam, cerca de 24% estudam em estabelecimentos públicos. O grau de instrução concentra-se nas categorias Fundamental Incompleto com 39% e Médio Completo com 22% da população total (Figura 1.39). Verifica-se uma população com baixo nível de escolaridade, com destaque ao nível superior com pouco mais de 6%.

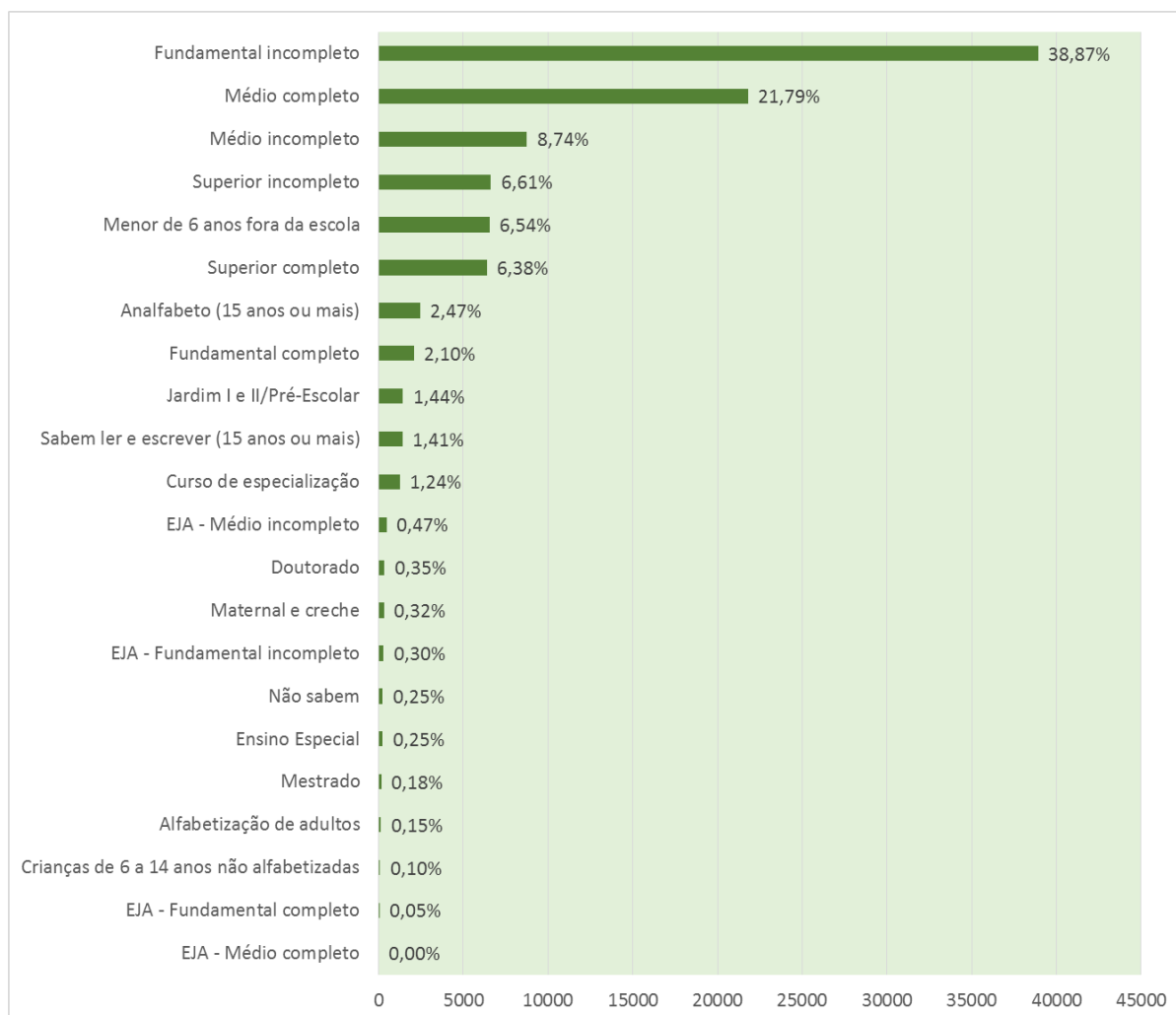


Figura 1.39: População segundo nível de escolaridade – São Sebastião.

Fonte: CODEPLAN - Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - PDAD, 2016.

Sobre o quesito raça/cor declarada a distribuição ficou centrada nas categorias Parda/Mulata com 58% dos habitantes, seguida da categoria Branca com 33%. Dos 86.342 habitantes com mais de 10 anos em São Sebastião, 52% exercem atividade remunerada, cerca de 6% são do Lar, os estudantes representam 18% e os desempregados ou sem ocupação somam cerca de 8%.

Nota-se um decréscimo considerável na porcentagem de desempregados em relação a 2004 e um aumento de 3% em relação a 2013. Em 2004 a categoria somava cerca de 40% da população. No critério posição na ocupação, dos 45.574 ocupados, cerca de 54% são empregados com carteira de trabalho, enquanto 5% são empregados sem carteira de trabalho. Os autônomos representam 26% e os servidores públicos somam 6%. O setor de atividade predominante é o do comércio com 37%, seguido de serviços gerais com 13% e serviços domésticos com 12%.

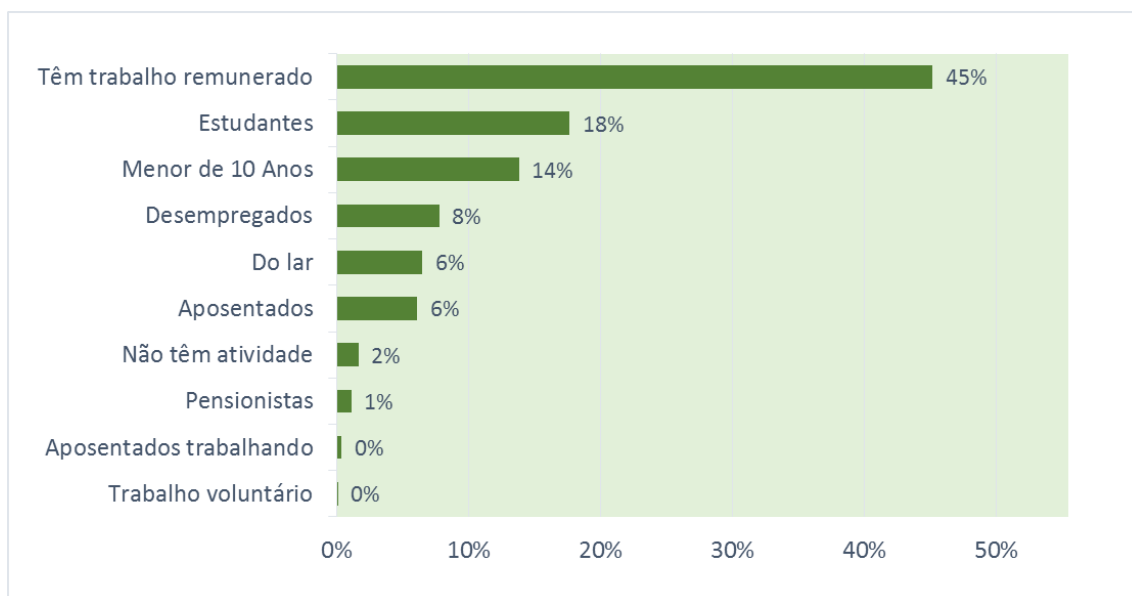


Figura 1.40: População do Lago Sul segundo a situação de atividade.

Fonte: Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD) – São Sebastião. CODEPLAN, DF: 2016.

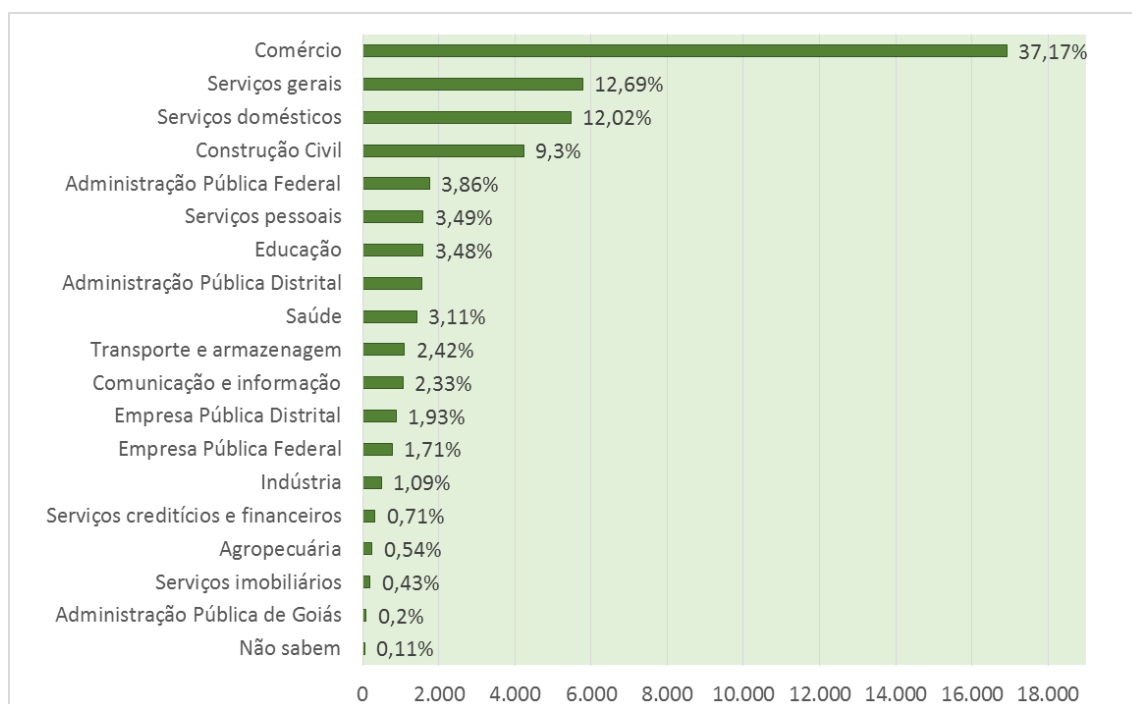


Figura 1.41: População ocupada segundo atividade remunerada.

Fonte: Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD) – São Sebastião. CODEPLAN, DF: 2016.

A renda per capita média mensal identificada foi baixa com 1,25 salário mínimo. A renda domiciliar média mensal é de 4,14 salários mínimos. Média considerada baixa quando se considera o DF como um todo.

Tabela 1.31: Demonstrativo de valores de renda mensal per capita e domiciliar.

Renda Mensal	Valor Absoluto (R\$ 1,00)	Valor em Salários Mínimos
Renda per Capita	985,18	1,25
Renda Domiciliar	3.264,00	4,14

Fonte: Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD) – São Sebastião. CODEPLAN, DF: 2016.

O levantamento realizado pela PDAD (2016) revela um total de 29.023 domicílios, em sua grande maioria casas (93%), seguida de Quitinete/Estúdio (4%) e apartamentos (3%). Cerca de 47% dos moradores reside há mais de 15 anos na cidade.

Quanto à forma de ocupação, esta classifica-se em próprio, que corresponde a 65%, alugados representando 26% e os cedidos com o percentual de 4%. Na classe dos domicílios próprios, 39% enquadram-se como próprios em terrenos não legalizados e 21% em quitado e em aquisição.

A RA de São Sebastião apresenta uma população urbana de 100.161 com renda domiciliar concentrada entre 2 a 5 salários mínimos mensais. Vivem em moradia predominantemente em casas com estrutura de alvenaria e na condição de própria, onde há infraestrutura urbana, os serviços de rede geral de abastecimento de água, esgoto sanitário e de limpeza urbana já estão próximos à universalização.

Quanto ao esgotamento sanitário ainda possuem residências com fossa rudimentar. A ocupação da população está concentrada no comércio, serviços gerais, serviços pessoais e construção civil, prevalecendo-se os empregos com carteira de trabalho assinada.

1.3.3.3 Infraestrutura

Entre os vários fatores relevantes para avaliar a condição de infraestrutura urbana estão o atendimento de serviços públicos de abastecimento de água, esgotamento sanitário e coleta de lixo, entre outros. A região administrativa de São Sebastião apresenta infraestrutura urbana razoável, apesar de a população ainda necessitar de investimentos sociais em educação, saúde, emprego e segurança pública.

a) Energia elétrica

Conforme dados da CODEPLAN (2016), 99,66% dos domicílios contam com fornecimento pela rede geral, obtendo dessa forma, praticamente atendimento universalizado. O restante dos domicílios, 0,34% faz uso de Gambiarra. A iluminação pública abrange 99% da RA

b) Abastecimento e água e esgotamento sanitário

Segundo a CODEPLAN (2016), a RA de São Sebastião apresenta índices elevados com relação ao abastecimento de água, pois a maioria dos domicílios (28.181 ou 97%) estão ligados à rede geral, contra 495 domicílios que utilizam poço/cisterna, 248 que fazem uso do poço artesiano e 99 outros.

Sobre o consumo de água potável, os dados da CODEPLAN (2013) revelaram que do total de 51,91% domicílios existentes na RA de São Sebastião, cerca de 3.570 (ou 13,03%) usam filtro de parede, 2.307 (ou 8,42%) usam filtro de carvão ativado e 7.085 (ou 25,85%) tomam água mineral e

7.468 (27,25%) ou usam filtro de barro. Sob esse prisma, de acordo com os dados levantados pela Caesb, no ano de 2011, a RA de São Sebastião tem um nível de abastecimento de água de 98,90%.

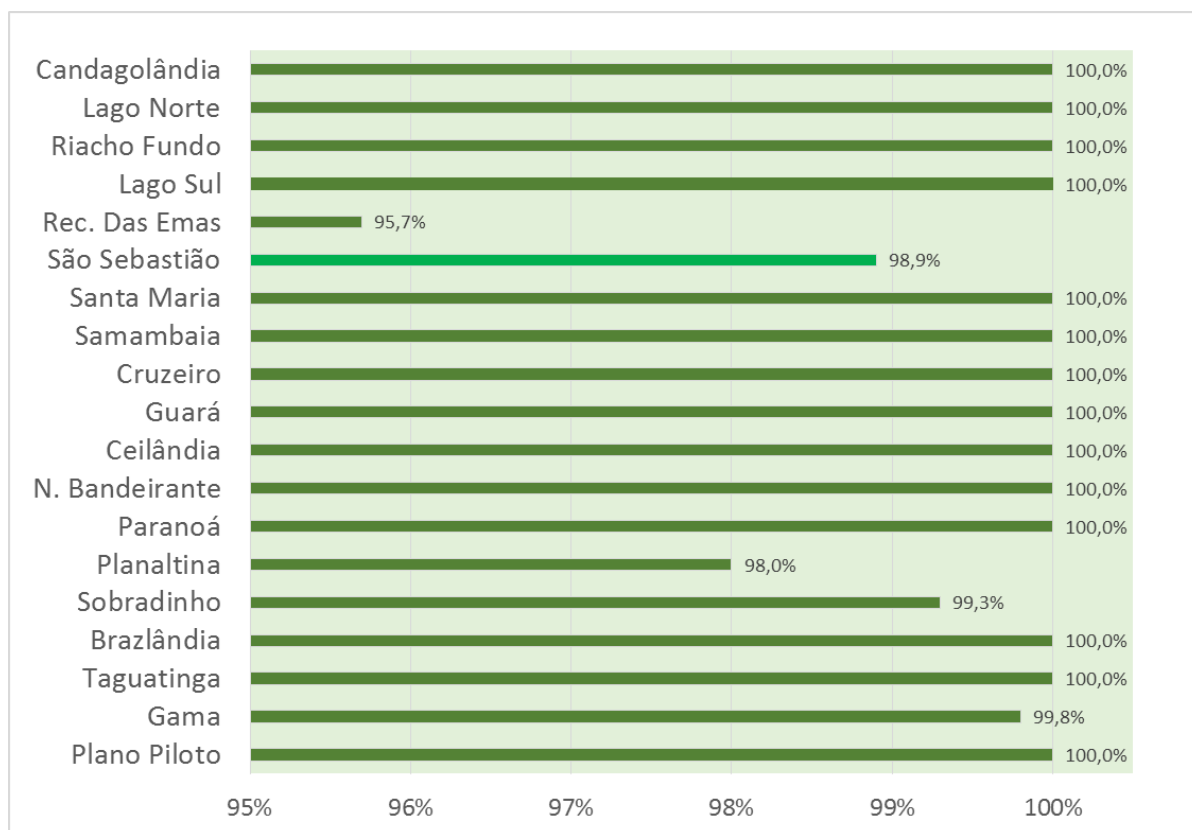


Figura 1.42: Nível de abastecimento de água por Região Administrativa.

Fonte: Programa de Saneamento Ambiental da Caesb (PSA – CAESB), 2013.

Os dados coletados pela CODEPLAN (2016) mostraram um bom desempenho desta RA no diz respeito ao esgotamento domiciliar, dos quais 92% dos domicílios contam com esse tipo de serviço e apenas 4% dos domicílios possuem fossa rudimentar e 3,66% fossa séptica. Conforme dados levantados pela CAESB (2013) a coleta de esgoto por região São Sebastião é atendida por esse serviço com 65%, sendo apenas 35% o não atendimento, conforme Figura 1.43.

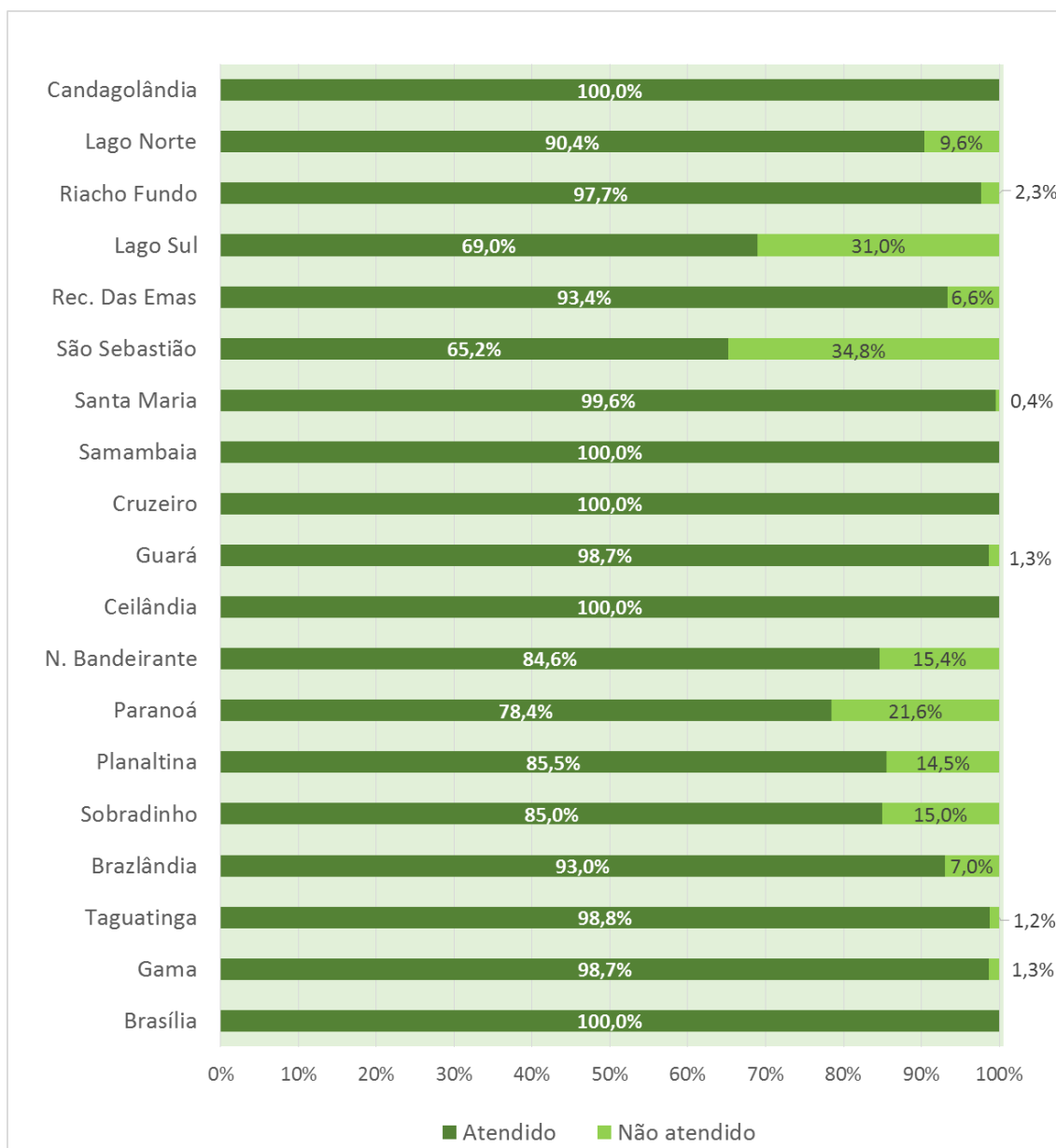


Figura 1.43: Índice de Coleta de Esgoto por Região Administrativa.

Fonte: Programa de Saneamento Ambiental da Caesb (PSA – CAESB), 2013.

c) Resíduos sólidos

Na Região Administrativa de São Sebastião, segundo Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - Brasília - (CODEPLAN, 2016), 99% dos domicílios possuem serviços de coleta urbana de lixo. Os serviços de limpeza urbana com coleta seletiva abrange 2% da RA, foram registrados 245 (0,85) domicílios que dão outro destino aos resíduos sólidos. Já no que diz respeito a jogar lixo em local impróprio não foi registrado nenhum caso.

d) Meios de comunicação

Em relação ao acesso aos meios de comunicação, a PDAD 2016 de São Sebastião apresentou os tipos de serviço de comunicação oferecidos naquela RA e aponta que 59% dos domicílios têm

acesso à internet, 47% dos domicílios possuem assinatura de TV e menos de 2% assinam algum tipo de publicação (jornais ou revistas). A tabela a seguir mostra a distribuição da porcentagem de domicílios atendidos por cada tipo de serviço listado.

Tabela 1.32: Domicílios ocupados segundo o tipo de serviço de comunicação utilizado.

Tipos de Serviços	Domicílios (%)
Internet	58,83
TV por assinatura	46,62
Assinatura de jornais	1,09
Assinatura de revistas	0,75

Fonte: Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD) – Lago Sul. CODEPLAN, DF: 2016.

e) Sistema viário e transporte

A Região Administrativa de São Sebastião limita-se ao norte com a RA do Jardim Botânico; a leste com a DF-130 e a BR-251; ao sul com a Divisa do DF e com o município da Cidade Ocidental; a oeste com as Regiões Administrativas do Lago Sul e Santa Maria, com a DF-140 e DF-001 (Figura 1.44).

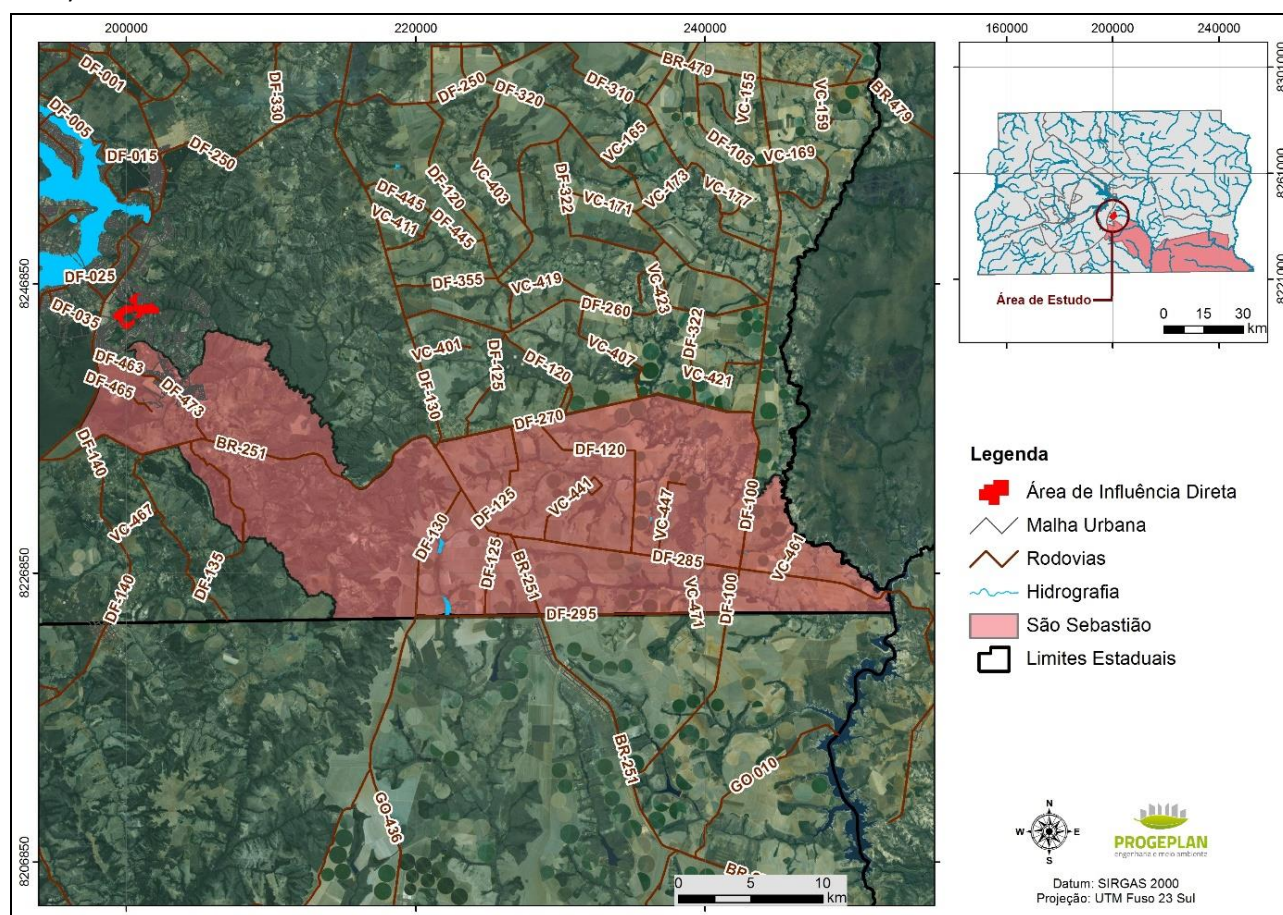


Figura 1.44: Sistema Viário na RA São Sebastião

O sistema viário da Região Administrativa de São Sebastião é composto por vias arteriais, coletoras e locais. Essas vias integram permitindo a articulação externa e interna do conjunto da malha urbanística, que favorece acesso às diversas áreas, desde aquelas com maior concentração de ocupação à menor.

Nesse contexto as vias com maior concentração caracterizam-se como eixos de comércio, serviços e instituições que perpassam o tecido urbano. Assim, a malha viária da Região Administrativa de São Sebastião é constituída por vias largas e estreitas, algumas possuem serviço de pavimentação. As vias com grande fluxo circulatório enquadram-se a DF-463 e DF- 473.



Foto 1.84: Entrada principal (DF-463) acesso a RA de São Sebastião. Data: 06/12/2016. UTM Zona 23 L 198744 m E 8241638m N. Azimute: 288°.



Foto 1.85: Avenida dos Eucaliptos. Data: 06/12/2016. UTM Zona 23 L 202057 m E 8241110m N. Azimute: 238°.

O DFTRANS divide o Sistema de Transporte Público do Distrito Federal em Serviços Convencional (ônibus - STPC); Especial Vizinhaça (zebrinha - STCEV); Alternativo (vans-STPA); Serviço Autônomo Rural (rural - STPC/TA); Transporte Coletivo Privado (fretamento - STCP); Transporte Público Básico (Micro-ônibus - STPB) e Próprio de Empregados (fretamento - STPE). Caracterizando nas categorias que se segue na Tabela 1.33.

Tabela 1.33: Características do Transporte Público do DF

TIPOS DE SERVIÇO	VEÍCULOS	EMPRESAS	LINHAS	VIAGENS MENSAIS	FROTA	DEMANDA MENSAL
Convencional	Ônibus	13	888	-	2.337	-
Vizinhaça	Micro - Ônibus	2	11	10.113	55	340.348
Alternativo	Vans	664	37	-	664	-
Rural	Ônibus	21	65	10.000	74	-
Atualização	-	Março/08	Março/08	Março/08	Março/08	Março/08

Fonte: DFTRANS

Segundo o DFTRANS, o Sistema Viário conta com pontos de paradas que são locais destinados aos veículos do Sistema de Transporte Público Coletivo do DF com a finalidade de embarque e/ou

desembarque de passageiros. Os pontos de paradas estão divididos em habitual, abrigo e placa, sendo distribuídos em diversos pontos das cidades. Assim, na Região Administrativa de São Sebastião, conforme o DFTRANS, até 2007 havia 31 pontos habituais; 71 pontos com indicação de placa e 42 abrigos, totalizando 144 pontos de paradas.



Foto 1.86: Parada de ônibus na DF-463. Data: 06/12/2016. UTM Zona 23 L 201694 m E 8240441m N. Azimute: 024°.

Quanto ao serviço do sistema básico de transporte coletivo, conforme o site do DFTRANS¹⁵, a RA de São Sebastião apresenta uma quantidade de 35 micro-ônibus (serviço público básico), além de ser servida pelos outros serviços, como: transporte coletivo privado, convencional, próprio de empregados, dentre outros. As linhas de ônibus/ itinerários que circulam na Região Administrativa de São Sebastião, seguem na tabela que segue.

Tabela 1.34: Linhas e Itinerário.

Linhas /Itinerário
0.147 - São Sebastião (R. Bosque) /L2 Sul/Rodoviária do Plano Piloto
0.180 - São Seb. /João Cândido/São Gabriel/Vila do Boa/Rod. Plano Piloto (Ponte JK)
0.181 - São Sebastião (Res. Bosque) /Paranoá/Itapoã (Lago Sul-QI 23)
0.182 - São Sebastião (Res. Bosque) /SAAN (Zoológico-Park shopping-SIA-Carrefour Norte)
0.183 - São Sebastião (Res. do Bosque) /Cond. (ESAF-Big Box) / Vila do Boa / B.Green
0.184 - São Sebastião (Residencial do Bosque) /Eixo Sul (Ponte JK-EAS)
0.186 - São Sebastião/Rodoviária do Plano Piloto (Eixo)
0.192 - São Sebastião/Nova Betânia (VC487-DF140-NB-BR251)
0.194 - São Sebastião (Bairro São Francisco - Qd. 09) /W3 Sul (Ponte JK)
0.195 - São Sebastião (Res. do Bosq) /L2 Sul/Rodoviária do Plano Piloto (QI-15 Lago S)
0.196 - São Sebastião (Res. Bosque) /Lago Norte (Ponte JK-Sector de Clubes Norte)
0.197 - São Sebastião (Res. do Bosque-Vila São José-100/200) /W3 Norte (Ponte JK)

¹⁵ Disponível em <<http://www.dftrans.df.gov.br/>>. Acesso em agosto de 2016.

Linhas /Itinerário
0.198 - São Sebastião (Res. Bosque) /Guará I-II (Núcleo Bandeirante)
0.199 - São Sebastião (Residencial do Bosque) /Cruzeiro (Sudoeste-Octogonal)
126.1 - Núcleo Bandeirante/ São Sebastião (via Aeroporto)
126.5 - São Sebastião/Paranoá/Itapoã/Morro da Capelinha
147.2 - São Sebastião (R. Bosque) /W3 Sul (Ponte JK)
147.3 - São Sebastião (Res. Bosque-Qd.100-200) /Rod. Plano Piloto (Ponte Costa Silva)
147.4 - São Sebastião/L2 Norte
147.5 - São Sebastião (Residencial do Bosque) /W3 Norte (Ponte JK)
147.6 - São Sebastião (Res. Bosque-Qd.100/200) /Rodoviária Plano Piloto (QI-15 Lago Sul)
147.7 - São Seb. (Res. Bosq. -Vila do Boa-B. Green) /Rod. P. P. - (Pte Costa e Silva)
147.8 - São Sebastião (Vila São José) /Rodoviária do Plano Piloto (W3 Sul)
147.9 - São Sebastião (Res. Bosque) /L2 Norte (Esplanada-UnB)
180.1 - São Seb. (Res. Bosque-B. Vila Nova/São José Qd.100/200) /Rod. P. P. (Ponte JK)
181.1 - São Sebastião (Residencial do Bosque) /Paranoá/Itapoã (EPCT - DF-001)
181.2 - São Sebastião (Residencial do Bosque) / Lago Sul (QI-07-Gilberto Salomão)
181.3 - São Sebastião/Lago Sul (Balão do Aeroporto-EAS)
181.4 - São Sebastião (Resid. Bosque-B. São Fco - B. SJ-Qd. 100/200) /Aeroporto (EPDB)
181.5 - São Sebastião/Lago Sul (Condomínios da DF 001-EPDB)
181.6 - São Sebastião (Res. Bosque) /Lago Sul (EPDB-Gilb. Salomão-Hosp. Brasília)
182.2 - São Sebastião (Residencial do Bosque) /SAAN (Ponte JK)
183.2 - São Sebastião (Res do Bosque-Vila do Boa) /Cond. (ESAF-Big Box)
183.6 - São Sebastião/Res.Bosque/S. Francisco Qd.100-200/ Mangueiral/ Cond. (ESAF/Big Box)
183.7 - São Sebastião (João Cândido-Itaipu-Cond. Estrada Sol-Balão J. Botânico)
192.1 - São Sebastião/Nova Betânia(VC487-DF140-BR251)
194.1 - São Sebastião (Res. Bosque-Vila Nova/São José-Qd.100/200) /W3 Sul-Ponte JK
194.2 - São Sebastião (Res. Oeste-Pró DF) /W3 Sul (Ponte JK)
196.1 - São Sebastião (Res. Bosque) /Eixo Norte (Ponte JK)
196.2 - S. Sebastião (Res. Bosque-Q100/200) /Lago Norte (Pte JK-V. Planalto-S. Clubes N)
197.1 - São Sebastião (Res. Bosque- Vila São José-Q.100/200) /L2 Norte (Esplanada)
197.3 - São Sebastião (Bairro São Francisco Qd.09-QI 23/Rod. Plano Piloto (Ponte JK)
197.4 - São Sebastião/Rodoviária do Plano Piloto (Ponte Costa e Silva)
197.5 - São Sebastião (Res. Oeste-Pró DF) /Rodoviária do Plano Piloto (Ponte JK)
199.1 - São Sebastião (Residencial do Bosque-Q. 100/200) /Cruzeiro (Sudoeste/Octogonal)

Fonte: DFTRANS¹⁶

a) Equipamentos públicos comunitários

A RA de São Sebastião conta com instituições de ensino fundamental, médio e escolas técnicas, além das escolas infantis. Conforme o Anuário do DF (2015) ¹⁷, a RA possui 23 escolas, dentre elas, encontra-se o Centro de Ensino Médio 01, Escola Classe Vila do Boa, Centro de Ensino Fundamental Miguel Arcanjo, Escola Classe 303, Campi do Instituto Federal de Brasília (IFB), que promove cursos técnicos integrado ao ensino médio em administração, secretariado, em secretaria escolar, auxiliar administrativo, cuidador de idosos, monitor infantil, em segurança do trabalho (EAD) e curso superior de Licenciatura em Letras entre outros.



Foto 1.87: Centro de Ensino Médio 01.
Data: 06/12/2016. UTM Zona 23 L 202370
m E 8240060m N. Azimute: 153°.



Foto 1.88: Centro de Ensino Fundamental
São Bartolomeu. Data: 06/12/2016. UTM
Zona 23 L 202372 m E 8240796 m N.
Azimute: 045°.

Com relação à saúde, a RA é atendida de acordo com site da Secretaria de Saúde do Distrito Federal¹⁸ pela Unidade de Pronto Atendimento (UPA 24h), pelo posto de Saúde Rural e pelo Centro de Saúde nº 1, além de Policlínicas e unidades particulares como clínicas médicas (na Quadra 203 de São Sebastião), Centro Médico (localizado na Avenida Central de São Sebastião), dentre outros.

¹⁶ Disponível em <<http://www.sistemas.dftrans.df.gov.br/horarios/src/mapas/index>>. Acesso em agosto 2016.

¹⁷ Disponível em <<http://www.anuariododf.com.br/regioes-administrativas/ra-xiv-sao-sebastiao/>>. Acesso em agosto de 2016.

¹⁸ Informações disponíveis em <<http://www.saude.df.gov.br/sobre-a-secretaria/hospitais-e-regionais/280-regional-de-saude-de-sao-sebastiao.html>>. Acesso em agosto de 2016.



Foto 1.89: Centro de Saúde 01. Data: 06/12/2016. UTM Zona 23 L 203127 m E 8249915 m N. Azimute: 344°.



Foto 1.90: Unidade Mista de Saúde. Data: 06/12/2016. UTM Zona 23 L 202370 m E 8240060m N. Azimute: 153°.

Quanto à segurança, segundo dados do Anuário do DF (2015), a Região Administrativa de São Sebastião possui uma delegacia (DP 30ª), Polícia Civil do Distrito Federal, um Batalhão de Polícia Militar (21ª DP), um Batalhão de Corpo de Bombeiro e três postos de segurança comunitária.



Foto 1.91: Conselho Tutelar. Data: 06/12/2016. UTM Zona 23 L 202859 m E 8240208 m N. Azimute: 353°.



Foto 1.92: 30ª Delegacia de Polícia. Data: 06/12/2016. UTM Zona 23 L 202594 m E 8240650 m N. Azimute: 300°.

1.3.3.4 Caracterização da economia

Conforme o Anuário do Distrito Federal (2014)¹⁹ a econômica na Região Administrativa de São Sebastião (RA – XIV) foi se desenvolvendo à medida que a infraestrutura atraía as pessoas. Assim, pode se dizer que a economia da RA se baseia no setor secundário.

A RA possui 1,2 mil empresas expandidas pela localidade e oferece os mais diversificados serviços comerciais, a exemplo, estão os supermercados, madeireiras e lojas de construção. Outro suporte da economia é a feira permanente que recebe visita de centenas de pessoas, movimentando a

¹⁹ Disponível em < <http://www.anuariododf.com.br/regioes-administrativas/ra-xiv-sao-sebastiao/>>. Acesso em agosto de 2016.

economia local e o Restaurante Comunitário que oferece alimentação com baixo custo para a população.



Foto 1.93: Comércio na zona central da RA.
Data: 06/12/2016. UTM Zona 23 L 203183
m E 8239777 m N. Azimute: 045°.



Foto 1.94: Comércio nas margens da DF-463.
Data: 06/12/2016. UTM Zona 23 L 202682 m E 8240501 m N. Azimute: 045°.



Foto 1.95: Supermercado zona central da RA.
Data: 06/12/2016. UTM Zona 23 L 203062 m
E 8239621 m N. Azimute: 216°.



Foto 1.96: Comércio na zona central da RA.
Data: 06/12/2016. UTM Zona 23 L 203118
m E 8239698 m N. Azimute: 061°.



Foto 1.97: Agência dos Correios. Data: 06/12/2016. UTM Zona 23 L 202761 m E 8240423 m N. Azimute: 020°.



Foto 1.98: Restaurante Comunitário. Data: 06/12/2016. UTM Zona 23 L 203128 m E 8239825 m N. Azimute: 247°.

O comércio da RA atende ainda, consumidores de outras Regiões Administrativas, como Jardim Botânico e Lago Sul. No entanto, investimento na área de gastronomia é bem carente na Região Administrativa de São Sebastião.

Outra característica marcante na RA é a agricultura, segundo dados do Anuário (2014), na qual o consumo de bens e serviços é influenciado pela proximidade com o município mineiro de Unaí, que é um importante polo agrícola do Centro-Oeste e, também, pela adjacência com a RA do Paranoá, onde se localiza a sede do Programa de Assentamento Dirigido do DF (PAD-DF). Nesse contexto, a zona rural dedica-se à produção de feijão, milho, café, hortaliças e frutíferas.



Foto 1.99: EMATER São Sebastião. Data: 06/12/2016. UTM Zona 23 L 202761 m E 8240423 m N. Azimute: 020°.



Foto 1.100: FENATRACOOP. Data: 06/12/2016. UTM Zona 23 L 202764 m E 8240421 m N. Azimute: 015°.

1.3.3.5 Lazer e turismo

Segundo informações do Anuário do DF (2014) a RA de São Sebastião é carente de investimentos na área de lazer. Em 2010, de acordo com informações disponibilizadas pelo DFTV, acerca do lazer

e cultura, o governo até propôs construções de vila olímpica com quadras poliesportivas, gramados sintéticos, pistas de atletismo e três piscinas, mas continuam em obras e outras estão aguardando licitações de quem vai administrar logo a RA de São Sebastião continuar carente de lazer.

Nos momentos de lazer a população de São Sebastião conta com espaços de convivência e locais para prática de esportes, O turismo natural da região²⁰, que oferece banhos de cachoeiras, como por exemplo a cachoeira do Tororó com de salto 12 metros, localizada aproximadamente 16 km do centro da RA de São Sebastião.

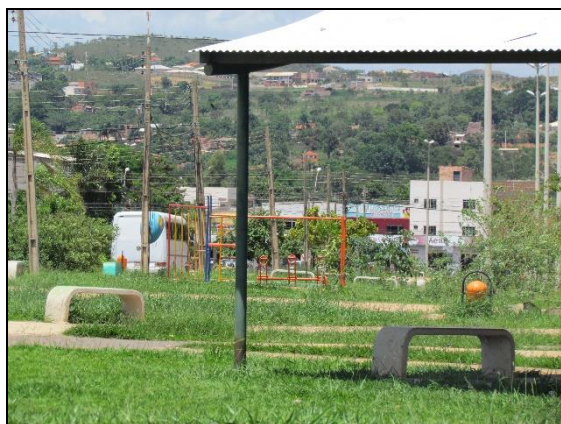


Foto 1.101: Espaço de convivência. Data: 06/12/2016. UTM Zona 23 L 202519 m E 8240252 m N. Azimute: 028°.



Foto 1.102: Área de prática esportiva. Data: 06/12/2016. UTM Zona 23 L 202613 m E 8240687 m N. Azimute: 015°.



Foto 1.103: Campo sintético público. Data: 06/12/2016. UTM Zona 23 L 202602 m E 8240663 m N. Azimute: 152°.



Foto 1.104: Pista de skate. Data: 06/12/2016. UTM Zona 23 L 202595 m E 8240641 m N. Azimute: 164°.

²⁰ Informações disponíveis em <<http://www.ferias.tur.br/informacoes/1794/sao-sebastiao-df.html>>. Acesso em agosto de 2016.



Foto 1.105: Vila Olímpica. Data: 06/12/2016. UTM Zona 23 L 202082 m E 8240955 m N. Azimute: 030°.



Foto 1.106: Aula de natação na vila olímpica. Data: 06/12/2016. UTM Zona 23 L 202049 m E 8241078 m N. Azimute: 038°.

Ainda, cita-se o clube dos Pescadores, Agroturismo Buriti Alegre, as fazendas Santa Fé Barreiros, Taboquinha "Área de lazer", Rancho Aguilhada, Recanto Verde, Sítio Brotar, Sítio Calheta, Solar da Águia, Parque Ecológico São Sebastião e Parque Ecológico São Sebastião.

1.3.3.6 Organização social e política

De maneira geral a RA XIV está organizada socialmente pelo Fórum de Entidades Sociais de São Sebastião. O Fórum Permanente de Entidades Organizadas Sem Fins Lucrativos da Sociedade Civil de São Sebastião constitui-se em um espaço aberto, democrático, sem vinculações governamentais e partidárias que atua de forma descentralizada.

Em julho de 2006, o Sindicato dos Empregados em Instituições Benéficas, Religiosas e Filantrópicas do DF - SINTIBREF junto com as ONGs Evolução e Pra Lapidar iniciaram um estudo sobre a cidade de São Sebastião, por meio do qual foram levantados indicadores sociais e realizada uma pesquisa de campo por amostragem referente às entidades sociais da cidade.

A pesquisa foi finalizada em fevereiro de 2007 e surgiu a necessidade da socialização dos resultados com as entidades sociais de São Sebastião. Em março de 2007 foi realizado o Seminário "São Sebastião: da realidade às boas práticas comunitárias". Estiveram presentes em torno de 50 pessoas, que representaram as entidades sociais sem fins lucrativos da cidade e os órgãos governamentais.

Em abril do mesmo ano foi realizado um encontro para troca de experiências e reflexões sobre a Criação do Fórum Permanente de Entidades Sociais de São Sebastião que foi instalado em junho de 2007 com a assinatura da carta de princípios pelas organizações que compõe o fórum. As principais organizações sociais, identificadas em São Sebastião, estão citadas abaixo.

- a) Ação Social Nossa Senhora do Perpétuo Socorro;
- b) Associação Agroecológica e Recicladora de São Sebastião - AACARESS
- c) Associação Comunitária de São Sebastião - ASCOM;

- d) Associação de Trabalhadores de Baixa Renda em São Sebastião – ATBR
- e) Associação dos Agentes Comunitários de Saúde - AACs
- f) Associação Ludocriarte
- g) Centro de Promoção Humana e Social Raios de Luz
- h) Cooperativa Trabalho e Produção das Pessoas Unidas de São Sebastião.
- i) Grupo de Oração Arca da Aliança
- j) Instituto Congo Nya
- k) ONG Evolução
- l) ONG Pra Lapidar
- m) Projeto Promovida
- n) Sindicato dos Empregados em Instituições Benéficas, Religiosas e Filantrópicas do DF – SINTIBREF.

1.3.3.7 Uso e ocupação do solo

A expansão urbana na Região Administrativa de São Sebastião (RA - XIV) tem ocorrido de forma rápida, devido à valorização imobiliária e aos projetos habitacionais realizados pelo governo, dessa forma a RA vem sendo alvo das especulações imobiliárias. Esse fato pode ser constatado nas figuras, onde é possível verificar a mudança da paisagem ao longo dos anos.

Verifica-se, na Foto 1.109, que a Avenida São Sebastião é apenas a DF-463 atravessando uma área bastante rural (acima, está a ocupação do Bairro Morro Azul e abaixo a ocupação do atual Bairro Setor Tradicional e Centro). Na Foto 1.110 tem-se uma visão da ocupação da RA cinco anos após sua criação.

Observa-se uma expansão urbanística e o surgimento de novos bairros. Já na Foto 1.111, mostra uma paisagem antes com características rurais totalmente urbanizadas, com ocupação já consolidada, e desenvolvimento econômico da RA.



Foto 1.107: Associação Comunitária de São Sebastião - ASCOM. Data: 06/12/2016. UTM Zona 23 L 202611 m E 8240683 m N. Azimute: 285°.



Foto 1.108: 30ª Cooperativa Trabalho e Produção das Pessoas Unidas de São Sebastião. Data: 06/12/2016. UTM Zona 3 L 202613 m E 8240687 m N. Azimute: 350°.

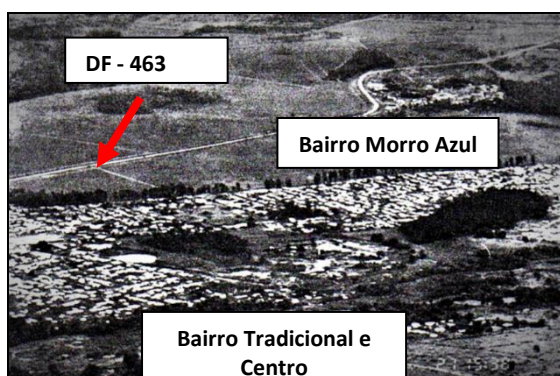


Foto 1.109: RA recém-criada, foto de 1992.²¹

Fonte: Acervo do Arquivo Público do Distrito Federal apud Getúlio Francisco, Blog Morro Azul.

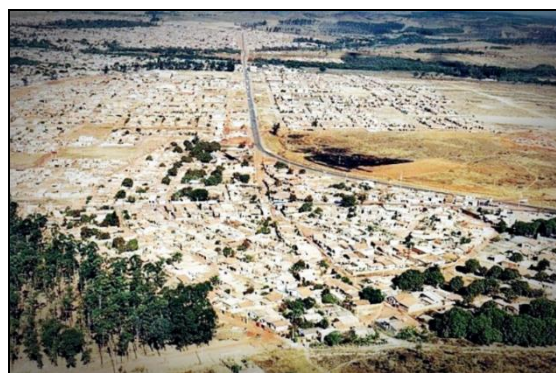


Foto 1.110: 5 anos após a criação da RA de São Sebastião.

Fonte: Acervo da Administração Regional de São Sebastião apud Getúlio Francisco, Blog Morro Azul.

²¹ Disponível em < <http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=1478168>>. Acesso em agosto de 2016.

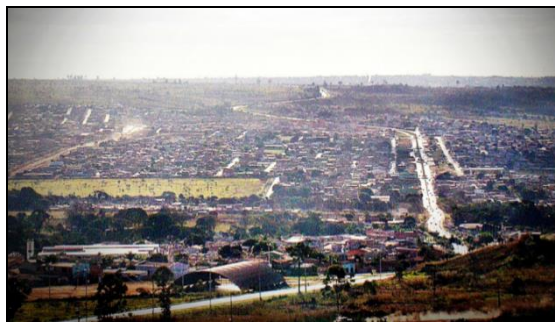


Foto 1.111: RA de São Sebast o em 2012. Ocupação consolidada.²²

Fonte: Getúlio Francisco, Blog Morro Azul.



Foto 1.112: Visão da RA de São Sebast o.
Data: 06/12/2016. UTM Zona 23 L 200729
m E 8240474 m N. Azimute: 105 .



Foto 1.113: Administração da RA. Data:
06/12/2016. UTM Zona 23 L 202915 m E
8240167 m N. Azimute: 332 .

Assim, ao longo da expansão, a paisagem foi alterada dando espaço a uma urbanização consolidada, com características mistas (residência e comércio). A RA de São Sebast o é formada por diversos condomínios residências, bem como pelas áreas da Agrovila, do Setor Residencial do Oeste, da Vila Nova, de São José, de São Francisco, da Bela vista, do Residencial do Bosque, do João Cândido tradicional e do Morro Azul. Também está localizada na RA a Penitenciária da Papuda.

A ocupação da Região Administrativa de São Sebast o ocorreu de forma desordenada, e sem fiscalização, o que tem dificultado a regularização dos lotes e a situação dos moradores que não possuem a titulação, até os lotes aqueles distribuídos pelo GDF. As residências apresentam estruturas simples, sendo a maioria com baixo padrão construtivo com ruas estreitas e pavimentação precária, necessitando de manutenção.

²² Disponível em < <http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=1478168>>. Acesso em agosto de 2016.



Foto 1.114: Padrão construtivo na Vila do Boa vista. Data: 06/10/2016. UTM Zona 23 L 201463 m E 8242963 m N. Azimute: 207°.



Foto 1.115: Vista da rua Nacional na Vila do Boa vista. Data: 06/10/2016. UTM Zona 23 L 200957 m E 8243134 m N. Azimute: 161°.

Segundo o EIA-Rima do Setor Habitacional do Tororó, a Administração Regional de São Sebastião registrou cerca de 37 parcelamentos denominados de “condomínios irregulares”. A Administração Regional informou que os parcelamentos irregulares pouco solicitam de serviços desta Administração, uma vez que o processo de regularização está sob controle do Governo do Distrito Federal. Apesar disso, a Administração tem poderes para embargar, notificar e remover cercas e construções quando for determinado pelo Governo do Distrito Federal.

Estima-se um contingente populacional de 30 mil moradores quanto totalmente ocupado, sendo que já estão instaladas todas as 15 Quadras Condominiais (QC) onde vivem aproximadamente 20.000 pessoas.

Em geral, não há problemas entre os condomínios e a população que vive na área urbana de São Sebastião. A maior parte dos condomínios é de classe média e alta que, inclusive, utiliza o comércio para prestação de serviços (mecânica, por exemplo), compras na feira, entre outros e, principalmente a mão de obra disponível neste núcleo urbano. São trabalhadores marceneiros, pedreiros, jardinagem, servidores do lar, empregados nas residências destes parcelamentos, além daqueles que trabalham no comércio.



Foto 1.116: Vista de São Sebastião. Data: 06/10/2016. UTM Zona 23 L 200726 m E 8240474 m N. Azimute: 051°.



Foto 1.117: Loja de materiais de construção. Data: 06/10/2016. UTM Zona 23 L 201711 m E 8240444 m N. Azimute: 038°.

Em relação ao uso e ocupação do solo, verifica-se pela Figura 1.45 e Figura 1.46 e pela Tabela 1.35 que a região é bastante antropizada. A maior parte das áreas é ocupada com agricultura e outra parte, também expressiva, é ocupada por vegetação de campo. A área urbana de São Sebastião possui aproximadamente 10 km². A RA está inserida na APA do rio São Bartolomeu e dentro do seu território está localizado o Parque de São Sebastião.

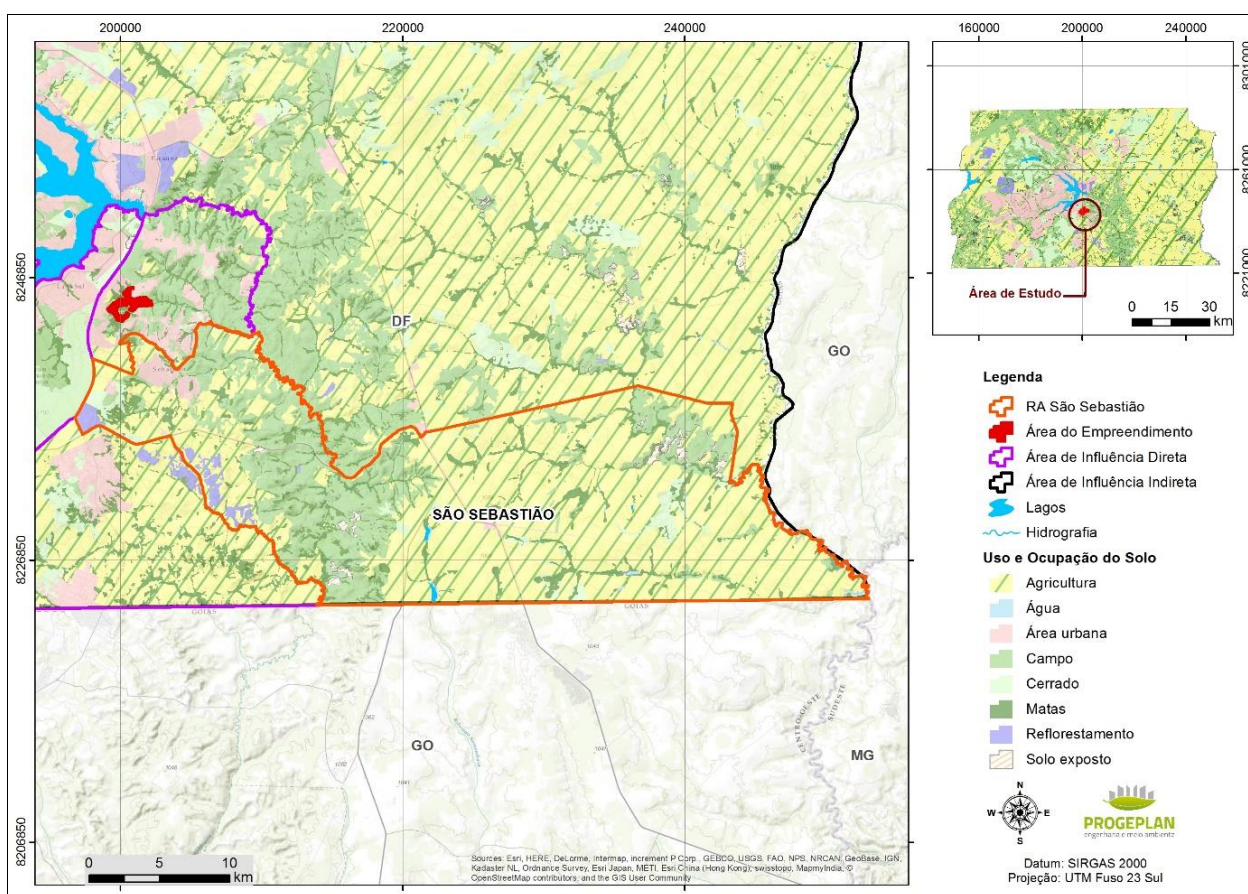


Figura 1.45: Uso do Solo em São Sebastião.

Fonte: UNESCO 2006.

Tabela 1.35 - Quantitativo de uso do solo em São Sebastião.

Uso	Área (km ²)
Agricultura	363,6
Água	2,6
Área urbana	10,3
Campo	125,2
Cerrado	16,9
Matas	58,8
Reflorestamento	7,8
Solo exposto	6,5

Fonte: UNESCO 2006.

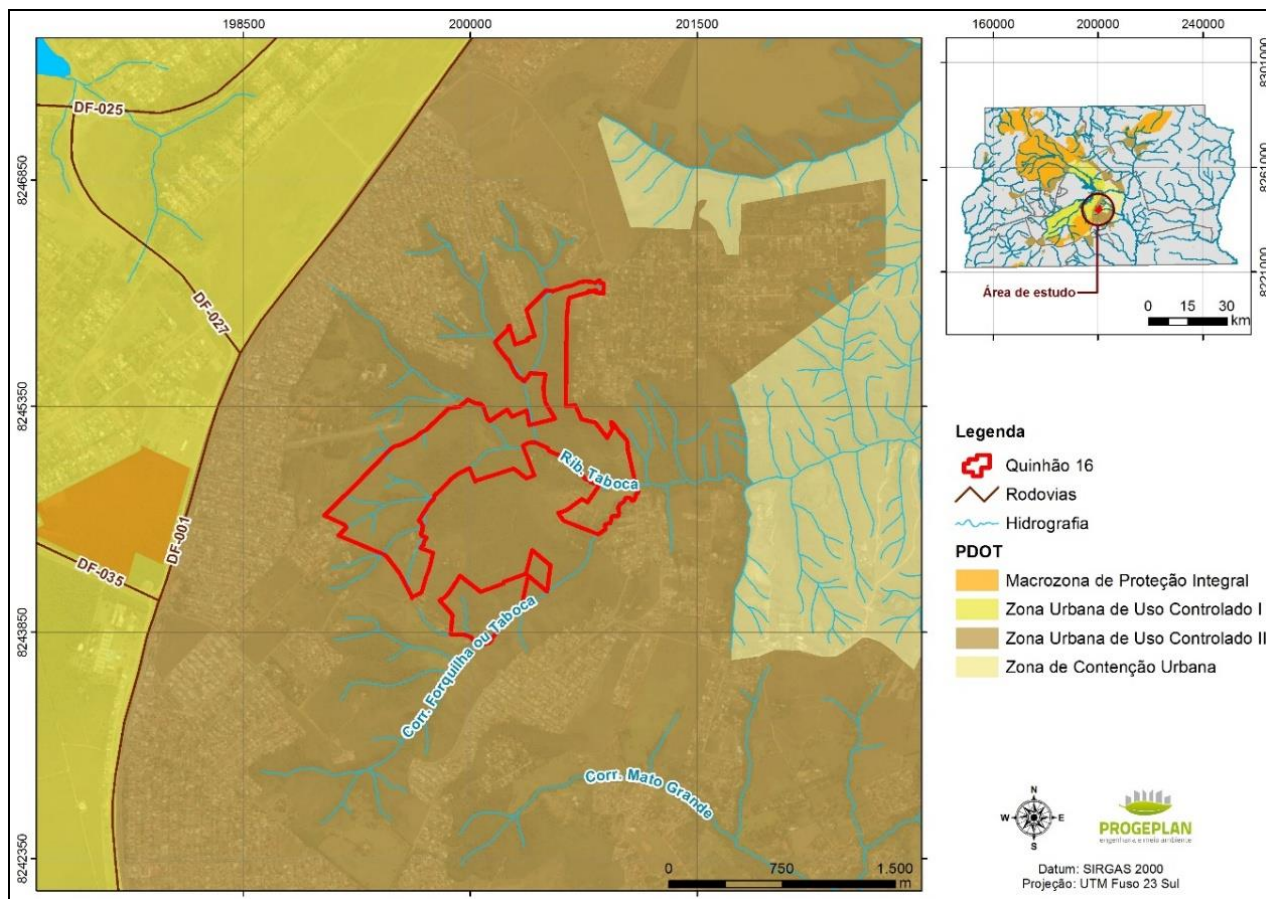


Figura 1.46: Parques e unidades de Conservação em São Sebastião.

Fonte: UNESCO 2006.

1.4 ÁREA DO EMPREENDIMENTO

1.4.1 Localização e uso e ocupação do solo

O empreendimento está localizado no Quinhão 16 da Antiga Fazenda Taboquinha, na Região Administrativa do Jardim Botânico/DF, em área acidentada e contendo um curso d'água natural, conforme figura que segue. Contudo, apesar de a área não se caracterizar como conector ambiental, dentro dos parâmetros urbanísticos do plano diretor, o plano de uso e ocupação do empreendimento visa à conservação deste corredor ecológico.

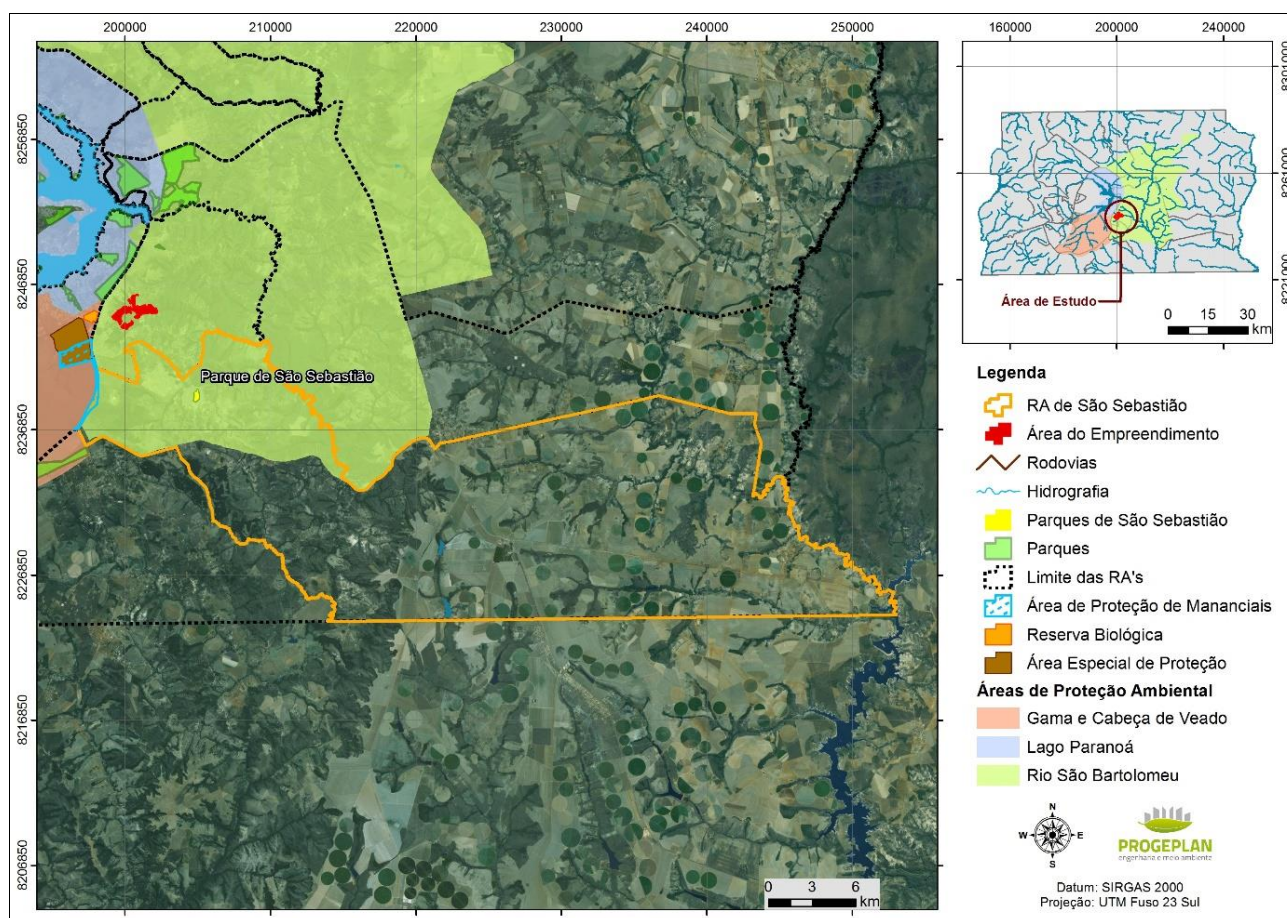


Figura 1.47: Localização do empreendimento em estudo.

A área é classificada pelo PDOT (2012) como Zona Urbana de Uso Controlado (ZUUC) II (Figura 1.48), ou seja, é uma área composta predominantemente de unidades habitacionais de baixa densidade demográfica, com enclaves de alta densidade, sujeitas a restrições impostas por sua sensibilidade ambiental e pela proteção dos mananciais destinados ao abastecimento de água (art. 70).

Seguindo a configuração prevista para a Região Administrativa do Jardim Botânico que possui áreas de ZUUC I e ZUUC II. O planejamento inicial do empreendimento é de até 50 habitantes por hectare, de acordo com a densidade exigida no PDOT (2012), que é 15 a 50 habitantes por hectares em Zonas de Baixa Densidade.

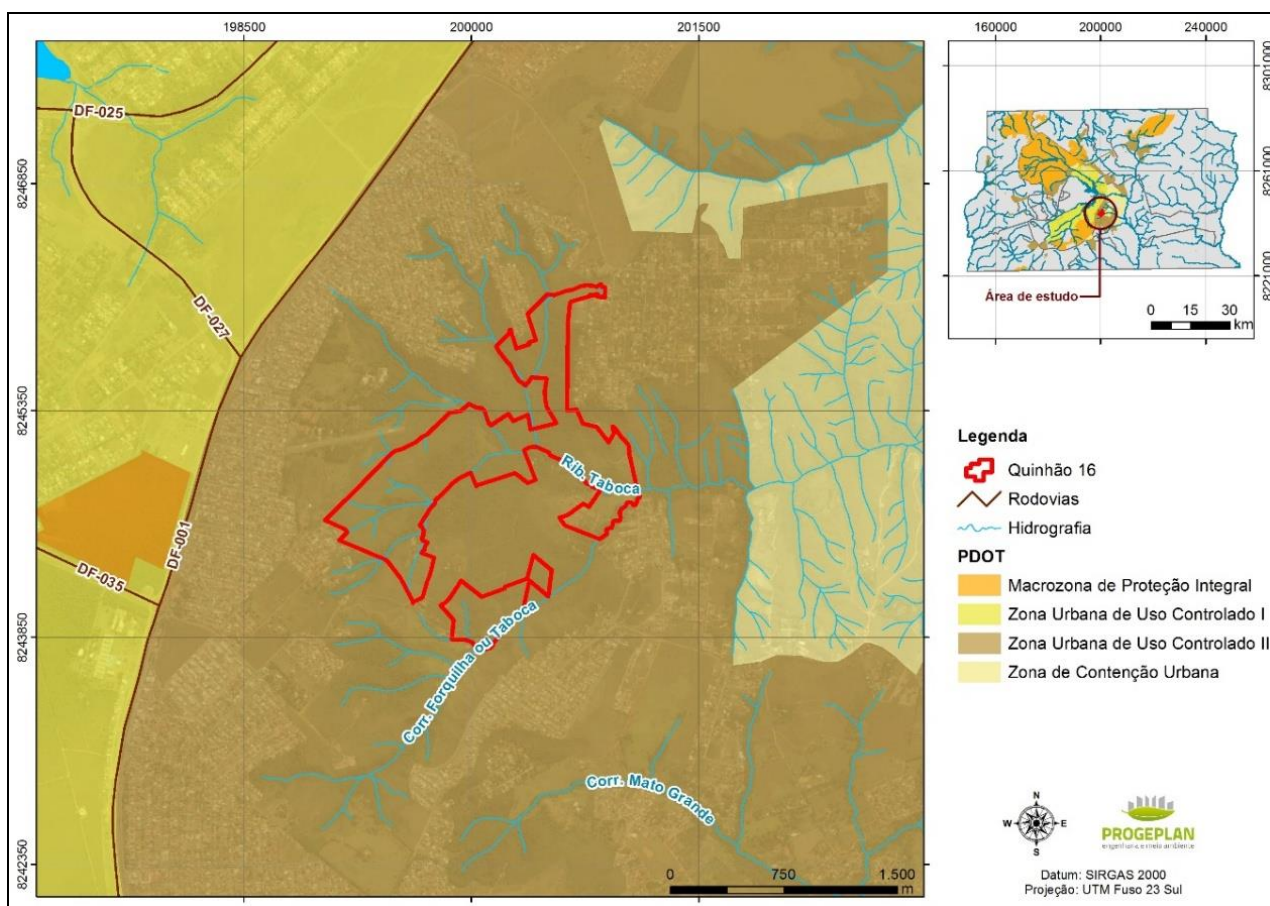


Figura 1.48: Localização da área e classificação em relação ao PDOT (2012).

Na ocasião da alteração do zoneamento no PDOT, a população local foi convidada para a discussão. Alguns participaram deste processo e afirmam que no governo Roriz a área passou de rural para área de expansão urbana. Posteriormente, no governo Arruda, voltaram a área à categoria rural.

No processo de discussão do PDOT de 2007 chegaram a entrar na justiça para que a área voltasse a ser urbana de baixa densidade populacional, mas houve a alteração sem que fosse necessária a decisão judicial.

Ainda conforme o PDOT (2009/2012), a área em estudo está circundada por condomínios irregulares, os quais são enquadrados no zoneamento do Plano de Ordenamento como “estratégia para regularização fundiária”. Nestes moldes, a possibilidade de elaboração de um plano de uso e ocupação para a área torna-se um valioso instrumento de gestão territorial local.

Atualmente, a área de inserção do empreendimento encontra-se desocupada, mas coberta por vegetação na sua maior parte. Esta característica, diante da forte pressão urbana exercida pela área de entorno faz com que o Quinhão 16 fique vulnerável à ocupação irregular.

De acordo com o mapa de uso do solo local, registra-se formação florestal nas áreas mais íngremes, acompanhada por savânica e campestre. Não são registradas áreas destinadas à agricultura dentro da poligonal do empreendimento, mas existem algumas chácaras, intercaladas

entre a cobertura florestal. A fitofisionomia mais abundante é a mata de galeria com aproximadamente 81 ha e a vegetação que ocupa a menor porção do Quinhão 16 é o campo limpo. A Tabela 1.36 apresenta o quantitativo na área do empreendimento.

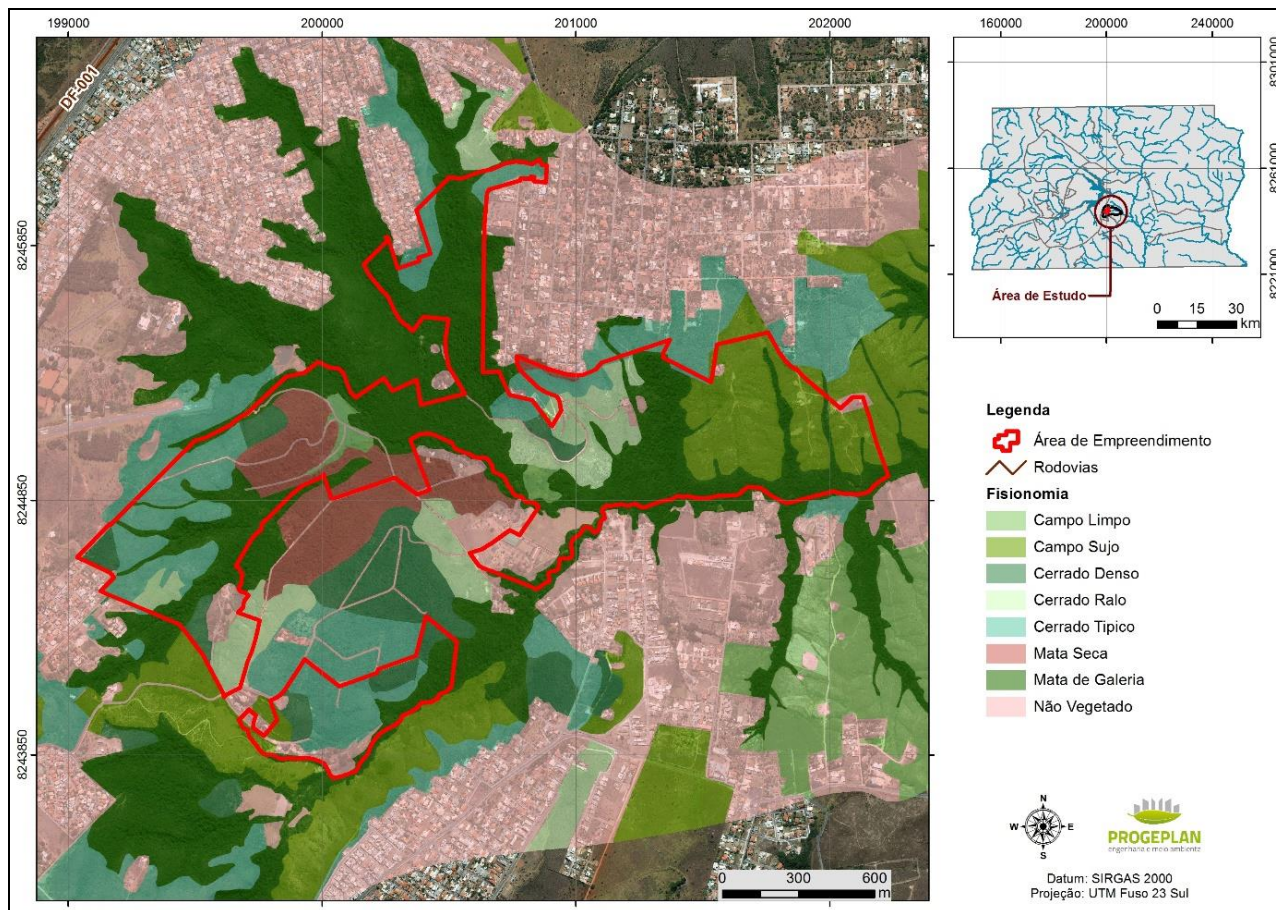


Figura 1.49: Cobertura florestal do empreendimento em estudo e área de entorno.

Tabela 1.36 - Quantitativo de cobertura florestal na área do empreendimento.

Uso	Área (ha)
Área não Vegetada	17,5
Campo Limpo	3,6
Campo Sujo	32,5
Cerrado Denso	5,8
Cerrado Ralo	16,1
Cerrado Tipico	33,4
Mata de Galeria	81,3
Mata Seca	14,0

A sede da antiga fazenda Taboquinha fica próxima à área do empreendimento e ainda conserva produção para subsistência, com plantio de hortaliças, árvores frutíferas, mandioca e milho. Não

foi identificado na área produção rural destinada à comercialização e as residências na vizinhança ao empreendimento plantam hortaliças e legumes para consumo familiar e criam animais domésticos, cavalos e galinhas. Não houve registro de criação de gado ou de porcos.

A atividade rural de ordem comercial encontrada nas proximidades é um haras que fica nos fundos do condomínio Quintas do Sol. A imagem a seguir ilustra à direita galpão de propriedade do Haras, curral em propriedade adjacente e paisagem em área contígua à do empreendimento.

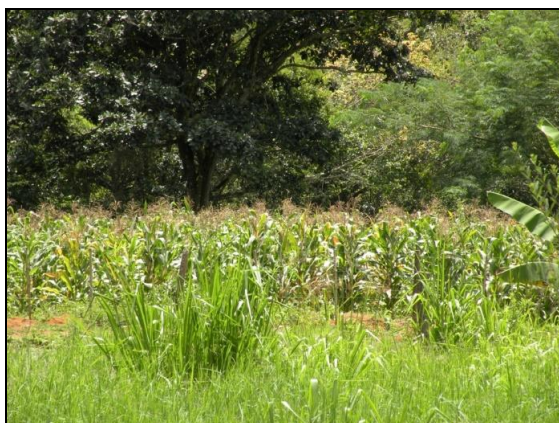


Foto 1.118: Produção de milho para consumo doméstico.



Foto 1.119: Paisagem e edificações em áreas contíguas a do empreendimento.

Ainda, registram-se nas proximidades do empreendimento ações do Projeto de Recuperação de Áreas Degradadas na Região da Bacia do Rio São Bartolomeu - Projeto Rio São Bartolomeu Vivo²³. Este projeto, por meio de iniciativas de plantios de mudas nativas, visa a conservação do meio ambiente e recuperação das áreas degradadas. A imagem a seguir ilustra a indicação de plantio de mais de 600 mudas na região.



Foto 1.120: Projeto Rio São Bartolomeu Vivo.

²³O projeto é iniciativa da Fundação Banco do Brasil e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). É executado por meio da parceria de organizações ambientais não-governamentais: Funatura, Ipoema, Rede Terra, Instituto Universitas e Acespa – Chico Mendes; e instituições públicas como o IFB (Instituto Federal de Brasília - Campus Planaltina) e Polícia Militar Ambiental do DF.

Fonte: <http://www.riosabartolomeuvivo.org.br>

1.4.2 Histórico local

Conforme relatos de antigos moradores da área, o Quinhão 16 é remanescente da Fazenda Taboquinha, que é uma propriedade particular que nos anos 1950 teve partes desapropriadas para a construção de Brasília. Logo após a consolidação da capital, as partes adjacentes às desapropriadas foram vendidas e transformadas em pequenos módulos rurais de dois hectares. Na ocasião da desapropriação as demarcações foram imprecisas e ocasionaram vários processos judiciais para a ratificação das áreas.

A área limítrofe com o que foi desapropriado foi dividida em 23 quinhões. Os antigos proprietários escrituravam as terras em Luziânia, mas não houve uma preocupação em observar e redefinir as áreas que haviam sido mensuradas por ocasião da construção de Brasília. Em 1975, um grupo de quatro proprietários resolveu ratificar a área e lotearam as propriedades em áreas rurais, como versava a lei distrital da época, em unidades de 2 hectares e iniciaram a venda dos lotes.

O Quinhão 16 está localizado em área que já passou por diferentes Regiões Administrativas: Paranoá, São Sebastião e, por fim, Jardim Botânico. O Jardim Botânico em função de seu histórico de ocupação desordenado de condomínios horizontais agregou um emaranhado urbano deficitário em vários pontos, principalmente em termos de infraestrutura urbana, como será visto em seção posterior. O adensamento populacional não ocorreu neste Quinhão em função do desinteresse de seus proprietários neste tipo de parcelamento e, também, pelas características ambientais e de relevo do terreno.

A configuração local atual apresenta cerca de 10 unidades residenciais, que permanecerão conforme o desejo dos proprietários. Estas residências não apresentam conflito com o empreendimento e muitas delas são de proprietários que se uniram aos demais empreendedores. As benfeitorias no local foram feitas pelos moradores. O acesso em alguns trechos está pavimentado e foi realizado pelo rateio dos custos entre os proprietários.

Na contramão do processo de ocupação local, alguns proprietários do Quinhão impediram a especulação imobiliária e a invasão das áreas privadas, no intuito de efetuar um projeto urbanístico bem planejado. Neste sentido, a área encontra-se atualmente “ilhada” pela formação de condomínios irregulares.

Para manterem-se livres da grilagem, os proprietários da área buscaram implantar diversas placas sinalizando que o local é particular, disponibilizando telefones de contato para possíveis denúncias de invasões. A imagem a seguir ilustra uma dessas placas.



Foto 1.121: Placa da sinalização de propriedade na área do empreendimento.



Foto 1.122: Pavimentação na área realizada por particulares.

Cabe ressaltar que, mesmo buscando mecanismos inibidores de ocupação irregular, registram-se vários momentos em que os proprietários acionaram a justiça, em função da ocupação de propriedade particular. Além disso, o despejo de resíduos sólidos no local é bastante comum e, para conservar sua área, proprietários entraram na justiça contra os condomínios que jogavam lixo e esgoto em sua propriedade causando dano ambiental, inclusive erosão. Segundo o relato, os condomínios foram multados e obrigados a recuperarem a área.



Foto 1.123: Exemplo de erosão em condomínio próximo à área do empreendimento.

Um fato que merece destaque refere-se à composição natural local. Conforme levantado nos relatos, a área possuía algumas nascentes, por exemplo, a do Córrego do Rosa, Córrego Alvorada, Córrego do Açude e Córrego do Sol. Todos são perenes. Porém, com a consolidação dos condomínios limítrofes as nascentes deixaram de recuar na estação seca.

1.4.3 Infraestrutura local

Como a área do empreendimento encontra-se desprovida de urbanização, os futuros moradores poderão contar com a infraestrutura a ser introduzida pelo projeto, bem como fazer uso dos

equipamentos existentes nas Regiões Administrativas de entorno, as quais foram descritas na AID deste estudo ambiental.

Atualmente, em termos de infraestrutura, os moradores locais são atendidos somente pela Companhia Energética de Brasília (CEB). Utilizam poços artesianos com controle de qualidade da água e outorga da Agência Reguladora de Água, Energia e Saneamento Básico do Distrito Federal (ADASA). A coleta de resíduos sólidos é efetuada pontualmente, sendo que o material coletado é encaminhado a um contêiner no Jardim Botânico, que posteriormente segue para a Estrutural.

A infraestrutura de ocupação local segue os padrões do Jardim Botânico, com casas de alto padrão construtivo, em lotes grandes, arborizados e com acesso facilitado por asfalto pago pelos proprietários. Como levantado na caracterização da população da RA do Jardim Botânico, esta região possui moradores de poder aquisitivo significativo.



Foto 1.124: Padrão construtivo limítrofe à área do empreendimento.

1.4.3.1 Sobre o empreendimento

O histórico do empreendimento está relacionado ao processo de enquadramento da área no Plano de Ordenamento Territorial local. Quando o zoneamento do PDOT mudou a designação da área de rural para a urbana de uso controlado, muitos proprietários procuraram a empresa para a realização do projeto de urbanização. Cerca de 40 propriedades diferentes formam um mosaico na área denominada Quinhão 16 da Fazenda Taboquinha.

Cada proprietário que procurava a empresa expunha sua intenção e expectativas de ocupação da área, pois após a mudança de zoneamento as propriedades particulares devem apresentar às autoridades competentes sua proposta de ocupação.

Assim, os empreendedores e alguns proprietários resolveram se unir em uma proposta de ocupação urbana única para a área com baixa densidade populacional, com um conceito de conservação ambiental e oferta de serviços diferenciada na região. Demoraram cerca de três anos para definir como seria a proposta e agora passam pela fase de consolidação do formato do empreendimento.

Existe, por parte dos empreendedores, a preocupação em realizar todas as etapas do empreendimento em conformidade com a legislação pertinente e ao mesmo tempo desenvolver

uma estrutura diferenciada de moradia, bem-estar e integração entre a população, residente e não residente, com o meio ambiente. A conservação ambiental é uma das características marcantes nas intenções dos empreendedores, pois esta é uma das metas prioritárias dos proprietários da terra.

A configuração do empreendimento é a de que ele seja residencial, com configuração estritamente vertical, com comércio e equipamentos institucionais, como por exemplo, os voltados para saúde e educação. Estes equipamentos não serão exclusivos aos moradores do empreendimento. Ao contrário, a proposta é que os moradores das RAs adjacentes possam fazer uso da infraestrutura a ser implantada, inclusive como opção de mão de obra para funcionamento das atividades propostas.

De acordo com o projeto urbanístico, a proposta de parcelamento da Gleba do Projeto Quinhão 16 está estruturada de forma a atender a todos os parâmetros urbanísticos e ambientais disposto no Distrito Federal. A proposta de parcelamento do Quinhão 16 apresenta um uso do solo que resulta em 67,81 % de área pública e 32,19% de área privada.

Do total de área pública:

- 55,72% da Gleba são mantidas como Área Verde e APP (área de proteção permanente), sendo que 29,75% correspondem definitivamente a APP e 26,56% correspondem aos parques, praças (2,0%) e corredores verdes (24,56%);
- As vias de circulação de veículo /ciclistas / pedestres e transporte público representam 8,16% da Gleba. O dimensionamento das vias é adequado às demandas futuras de circulação dos habitantes da região como um todo;
- Os equipamentos públicos representam 3,93 % da área total da Gleba e estão distribuídos no parcelamento segundo os parâmetros apresentados nos diagramas conceituais anteriores;

Do total de área privada:

- Os lotes privados correspondem a 32,19%, a saber: 1,81% corresponde à Residencial Unifamiliar, 21,67% corresponde à Residencial Multifamiliar, 2,84% corresponde ao uso Misto, 4,29% ao uso Comercial e 2,34% ao Uso Institucional.

A Figura 1.50 ilustra a proposta urbanística para a área, a qual se destaca pela possibilidade de se reservar ao máximo as áreas com cobertura vegetal já existentes, dando espaço a ocupações urbanas em áreas já impactadas anteriormente. Além disso, a proposta busca concentrar as ocupações em edificações verticais de forma a liberar área de solo para vegetação e permeabilidade.

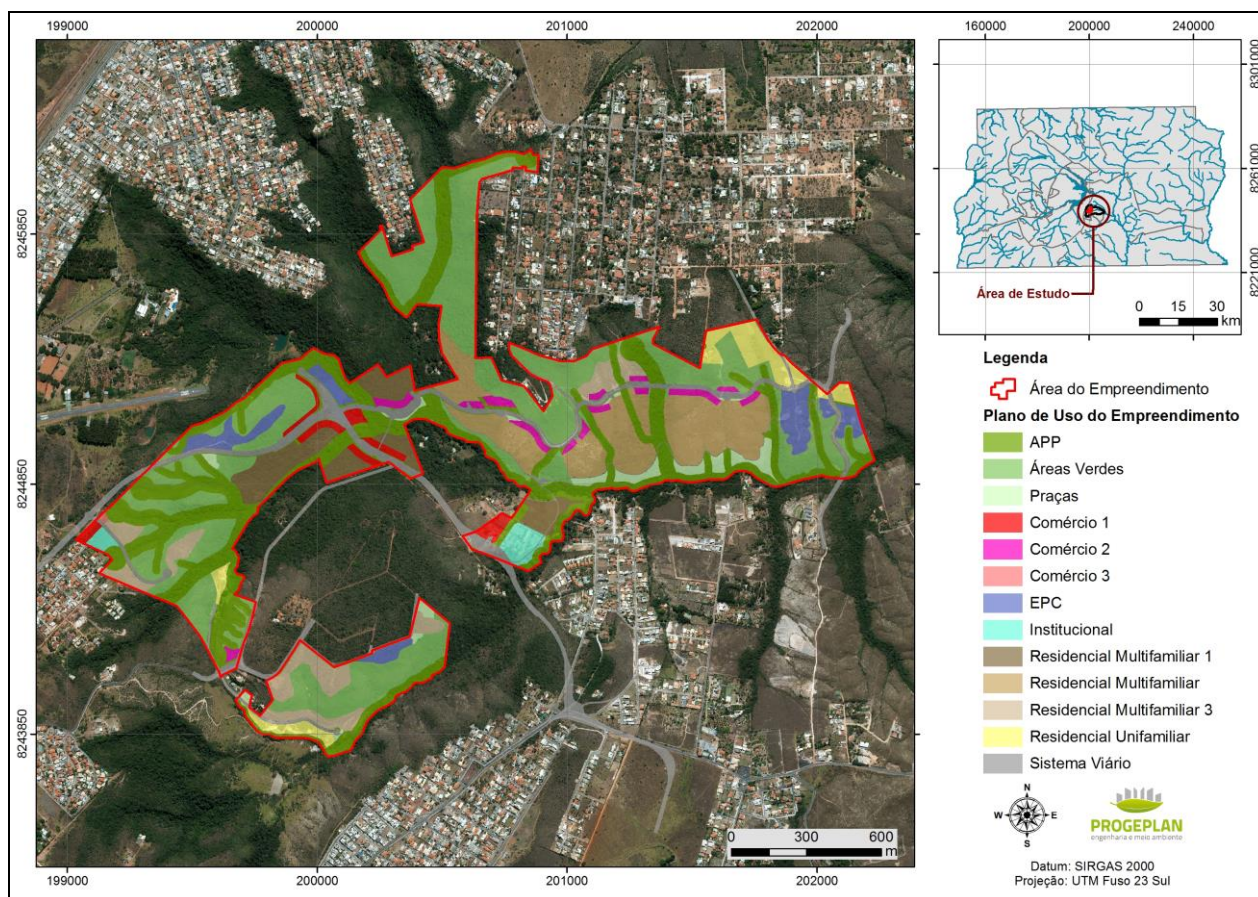


Figura 1.50: Plano de Ocupação do empreendimento.

1.4.3.2 Percepções dos moradores locais – Angústias e Expectativas

Para os moradores, quando questionados sobre a atual situação fundiária da região, registrou-se um sentimento de revolta em relação ao Governo Distrital. Para eles, todo governo tem como pauta a questão da regularização fundiária, mas as ações propostas nunca saem do papel, tanto pela falta de uma conduta mais efetiva para solução do problema, como pela burocracia e morosidade nos processos fundiários. Relatam que existem processos em curso há mais de 20 anos.

A maior parte dos entrevistados não acredita que este problema seja solucionado, tendo em vista as últimas ações do GDF, quando da demolição de algumas edificações no Jardim Botânico. Mesmo com uma organização local, via contratação de um advogado em comum, esses condomínios sentem-se vulneráveis às ações do governo, como o ocorrido em agosto deste ano.

Durante as conversas com os moradores, não houve consenso quanto à questão da titularidade em relação à Terracap. Para os entrevistados, a Terracap necessita rever o processo de regularização fundiária, tão latentes à região, pois alegam ter propriedade sobre as terras que vivem. Ainda, outro conflito consiste no preço da terra estipulado pela companhia, uma vez que relatam estar acima do preço de mercado.

Formados em associação, estes condomínios, somados a outros casos no DF, buscam rever os valores praticados pela Terracap, além de buscar uma solução imediata ao problema da regularização fundiária. Nestes termos, reativou o fórum de regulação do Distrito Federal, instrumento que reúne técnicos de diversos segmentos e instituições, juntamente com os diversos condomínios do DF que se encontram na mesma situação.

Quando questionados sobre a proposta do empreendimento em estudo, os moradores mostraram-se abertos à possibilidade de implantação de uma nova alternativa de uso do solo para o Jardim Botânico. A maior expectativa reside na possibilidade de expansão urbana de forma organizada, com benefícios em termos de estabelecimento de comércio, equipamentos públicos e ampliação de vias de acesso na região.

Esse novo olhar ao bairro traria uma valorização aos imóveis e, com isso, o processo de regularização poderia de certa forma, ser acelerado. Contudo, acreditam que isso seja consolidado em algumas décadas.

Quando questionados sobre a qualidade de vida no local, a maior parte relatou que apesar da deficiência na infraestrutura urbana e comunitária, uma vez que a implantação dos condomínios foi realizada por particulares, sem projeto de urbanismo, gostam de viver no local. Para eles, a maior angústia é falta de um direcionamento, positivo, em relação ao processo de regularização fundiário local, com perspectivas concretas para solução do problema.

Quando questionados acerca da existência de escolas na comunidade, a maioria dos entrevistados afirmou que não existem, sendo que o restante afirmou ter conhecimento de algumas instituições, mas não sabem muitos detalhes sobre elas. No que se refere à qualidade dos serviços ofertados, a população não possui uma opinião formada a este respeito. Realmente, a oferta deste dos serviços de educação é bastante precária na AID do empreendimento.

Sobre a saúde, os entrevistados declararam que desconhecem a existência de serviços públicos de saúde em suas áreas de residência ou nas localidades que devem atender às demandas setoriais. Poucos são os que conhecem a existência desses serviços, como postos de saúde públicos, sobretudo relatar sobre os aspectos da qualidade do serviço.

Uma das questões mais salientes durante as conversas com os moradores referiu-se à segurança pública. Segundo eles, o índice de violência no local tem-se agravado nos últimos anos, sobretudo quando se trata de furtos e roubos a residências. Quando questionados sobre a qualidade dos serviços prestados, a grande parte discorreu que é insuficiente para atender a demanda local.

Isto vai ao encontro do constatado durante a investigação de campo para elaboração do diagnóstico socioeconômico, quando se observou que existem poucos postos policiais no local, assim como poucas ou quase nenhuma viatura fazendo ronda, o que pode justificar a fragilidade do serviço registrado na fala dos entrevistados.

Outro ponto levantado foi à questão dos transportes públicos, onde se verificou duas realidades. No Jardim Botânico e Lago Sul, por exemplo, grande parte dos moradores não faz uso do transporte coletivo, ao contrário de São Sebastião que, apesar de situar-se mais distante do Plano Piloto, tem no ônibus o meio transporte mais popular. Isto está relacionado, diretamente, ao poder aquisitivo dessas populações, conforme destacado no diagnóstico do meio socioeconômico.

Quando indagados sobre a demanda futura por equipamentos comunitários e urbanos, foi unânime o posicionamento de que há uma necessidade urgente de instalação de novos equipamentos, diante da grande demanda na região. O que acontece é que, por falta de opção, os moradores deslocam-se ao Plano Piloto para atendimento de suas necessidades, enfrentando problemas principalmente com o trânsito e mobilidade local.

Sobre as relações entre os moradores locais, considera-se que esta é amistosa e as questões em comum são resolvidas sem a necessidade da formação de associação de moradores. Sobre isso, destaca-se a parceria firmada para que sejam alcançados os objetivos no processo de regularização fundiária.

Sobre a relação entre a associação de condomínios e a administração regional as partes consideraram satisfatória a interação, uma vez que a administração está atenta às demandas e considera que a parceria com a associação é fundamental para a realização das benfeitorias e integração com a comunidade.

Em relação ao meio ambiente, os proprietários revelam o interesse em continuidade de conservação e integração de outros atores, com parceria para projetos de educação ambiental. Ainda presenciam no local grande diversidade de fauna e flora e conseguem impedir a caça no interior de suas propriedades.

1.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como visto, a área do empreendimento está cercada por uma população de elevado nível econômico, educacional e ocupacional, mas com sérios problemas no que tange à ocupação urbana. Tendo em vista que grande parte da AID foi ocupada de forma irregular, muitas questões de ordem de planejamento foram negligenciadas. O Jardim Botânico possui uma estrutura comercial insuficiente, com pouco acesso e falta de estacionamento. A estrutura viária é problemática, bem como o acesso por transporte público.

Somado a isso, outros pontos considerados críticos são a ausência de áreas comunitárias, que estão previstas apenas para a Etapa 2 e a Etapa 3, e a ineficiência na infraestrutura de águas pluviais. No início da ocupação os condomínios utilizavam água de poço artesiano, mas atualmente a infraestrutura de água da rede da Caesb está completamente instalada nas áreas condominiais, embora ainda não haja rede de esgoto.

Em São Sebastião, os problemas são inúmeros, desde mobilidade urbana até questão de segurança pública. Dentre os bairros percorridos, este foi o mais carente, necessitando de uma atenção especial por parte do governo. Considera-se que a ocupação proposta no projeto de urbanismo trará benefícios à região, pois possibilitará a implantação de um empreendimento que busca a integração entre ocupação territorial e a conservação ambiental.

O cenário social e econômico da área de abrangência poderá ser bastante favorecido com a implantação do empreendimento, tendo em vista as oportunidades que serão criadas na região. Um empreendimento desse porte possibilita a criação de inúmeros postos de trabalho, além de favorecer o desenvolvimento dos setores de prestação de serviços e comércio local.

Além disso, o incremento no número de equipamentos públicos e privados será de grande valia aos moradores das regiões de entorno, carentes desses serviços, desafogando a área do Plano Piloto, bastante pressionada por moradores de outras regiões administrativas do DF.

1.6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAUJO, M. F. S. 2009. **São Sebastião – DF: do sonho a cidade real**. Brasília. Universidade de Brasília.

BATISTA, V. G., BATISTA V. N. **Regularização Fundiária e Políticas de Regulação Urbano-Ambiental: O Caso do Distrito Federal/Brasil**. Anais XVI XIV Encontro Nacional de Estudantes de Engenharia Ambiental – ENEEAmb, II Fórum Latino Americano de Engenharia e Sustentabilidade e Simpósio Brasileiro de Engenharia Ambiental, Brasília - DF, Brasil, 31 de julho a 05 de Agosto de 2013.

BRASIL- Ministério do Meio Ambiente – BRASIL. IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estimativas populacionais para os municípios e para as Unidades da Federação brasileiros em 01.07.2015**.

____ - IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Perfil dos Municípios Brasileiros. 2013**.

____ - IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Produção Agrícola Municipal - IBGE. 2014**.

____ - IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Resultados do CENSO demográfico da população brasileira. 2010**.

____ - IPEA – Instituto de Pesquisa Aplicada. **A média de estudo no DF**. Disponível em <<http://www.anuariododf.com.br/site/economia/economia-3/>>. Acesso em setembro de 2016.

____ - IPEA – Instituto de Pesquisa Aplicada. **Comunicado nº 161**. Disponível em <[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/131024_comunicadoipea161.p](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/131024_comunicadoipea161.pdf)>. Acesso em setembro de 2016.

____ - IPEA – Instituto de Pesquisa Aplicada. **Dependência do Automóvel, Planejamento Urbano e a Cidade de Brasília**. 2015. Disponível em

____ - Ministério do Meio Ambiente – MMA. **Zoneamento Ecológico-Econômico do DF - ZEE, Subproduto 3.1 - Relatório do Meio Físico e Biótico**. 2010. Disponível em <<http://www.zee-df.com.br/produtos.html>>. Acesso em setembro de 2016.

____ - Ministério do Trabalho e Emprego – MTE. **Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED**. 2008. Disponível em <<http://ces.ibge.gov.br/base-de-dados/metadados/mte/cadastro-geral-de-empregados-e-desempregados-caged.html>>. Acesso em setembro de 2016.

____ - PNUD - **Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - 2005**. Disponível em <<http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/defthtm.exe?sim/cnv/ext10br.def>>. Acesso em setembro de 2016.

BRASÍLIA. **Anuário Estatístico de 2010**. Companhia de Planejamento do Distrito Federal. Brasília, DF: CODEPLAN, 2010b.

_____. **Anuário Estatístico de 2015.** Companhia de Planejamento do Distrito Federal. Brasília, DF: CODEPLAN, 2015.

_____. **Coletânea de Informações Socioeconômicas Região Administrativa do Jardim Botânico - RA XXVII.** Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD) 2015-2016. Companhia de Planejamento do Distrito Federal. Brasília, DF: CODEPLAN, 2016.

_____. **Coletânea de Informações Socioeconômicas Região Administrativa do São Sebastião - RA XIV.** Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD) 2015-2016. Companhia de Planejamento do Distrito Federal. Brasília, DF: CODEPLAN, 2016.

_____. **Coletânea de Informações Socioeconômicas Região Administrativa do Lago Sul - RA XVI.** Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD) 2015-2016. Companhia de Planejamento do Distrito Federal. Brasília, DF: CODEPLAN, 2016.

_____. **Demografia em Foco 4: A evolução da mortalidade no Distrito Federal e na área metropolitana de Brasília (AMIB) entre 2000 e 2010.** Companhia de Planejamento do Distrito Federal. Brasília, DF: GDF/CODEPLAN/SEPLAN, 2012d.

_____. **Demografia em Foco 5: Evolução da Fecundidade no Distrito Federal entre 2000 e 2010.** Companhia de Planejamento do Distrito Federal. Brasília, DF: GDF/CODEPLAN/SEPLAN, 2012e.

_____. **Diagnóstico Ambiental dos Espaços Territoriais Especialmente Protegidos. Zoneamento Ecológico-Econômico do Distrito Federal (ZEE-DF).** Brasília-DF: 2010c

_____. **Distrito Federal – Síntese de Informações Socioeconômicas – 2010.** Companhia de Planejamento do Distrito Federal. Brasília, DF: GDF/CODEPLAN/SEDUMA, 2010a.

_____. GDF/SEDUH. **Diagnóstico Preliminar dos Parcelamentos Urbanos Informais no Distrito Federal.** Brasília, DF: 2006.

_____. **Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios no Distrito Federal (PDAD/DF).** Companhia de Planejamento do Distrito Federal. Brasília, DF: SEPLAN/CODEPLAN, 2013a.

_____. **Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal (PDOT).** Lei Complementar nº 803, de 25 de abril de 2009.

_____. **2016. Trabalho e Moradia no DF. Local de trabalho dos moradores das 30 regiões Administrativas.** Local de Moradia do pessoal ocupado nas 30 regiões Administrativas. Companhia de Planejamento do Distrito Federal. Brasília, DF: SEPLAN/CODEPLAN, 2012b. <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=26913>. Acesso em setembro de 2016.

_____. MMA. **Zoneamento Ecológico-Econômico do DF - ZEE, Subproduto 3.1 - Relatório do Meio Físico e Biótico e Subproduto 3.2 – Relatório de Diagnostico.** Ano 2003, 2004, 2007, 2008 e 2009. Disponível em <<http://www.zee-df.com.br/produtos.html>>. Acesso em setembro de 2016.

CAIADO, M. C. S. 2005. **Estruturação Intra-urbana na Região do Distrito Federal e Entorno.** Revista Brasileira de Estudos da População, São Paulo, v. 22, n.1, p. 55-88.

- CÂMARA, J. B. D. 2011. **Governabilidade, governança ambiental e estado do meio ambiente no Distrito Federal**. Brasília, Tese de doutorado. Centro de Desenvolvimento Sustentável. Programa de Política e Gestão Ambiental.
- CHIZZOTTI, A. 2003. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais**. 6.ed. São Paulo: Cortez.
- CHRISTOFERM. Blog. **Reportagem intitulada como “História e Teoria da Arquitetura IV – Aula 3 – Brasília (1960)”**. 08 de outubro de 2012. Disponível em <<http://histarq.wordpress.com/2012/10/08/aula-3-brasilia-1960/>>.
- COSTA, L. **Relatório do Plano Piloto de Brasília**. 1957. Disponível em <https://architecture.mit.edu/lecture/ideal-cities-tropics-lucio-costas-1957-brasilia-pilot-plan>. Acesso em setembro de 2016.
- DISTRITO FEDERAL. 2013. **Pesquisa de Emprego e Desemprego no Distrito Federal (PED-DF)**. Secretaria de Trabalho; Secretaria de Planejamento; Dieese; FAT/CODEFAT; SEADE; Governo do Distrito Federal. Brasília, DF: janeiro de 2013.
- EWING, R.; CERVERO, R. 2001. **Travel and the built environment: a synthesis**. **Transportation research record**: Journal of The Transportation Research Boarding, n. 1780, p. 87-114.
- GOUVÊA, L. A. 1988. **A Capital da Segregação e do Controle Social: Uma Avaliação da Ação governamental na Área de Habitação**. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Brasília, Brasília.
- HOLANDA, F. DE, KOHLSDORF, M. E., KOHLSDORF, G.. 2003. **Brasília: da Carta de Atenas à Cidade de Muros**. 5º Seminário DOCOMOMO Brasil – Caderno de Resumos. São Carlos: Depto. de Arquitetura e Urbanismo, Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, p. 34.
- LITMAN, T.. 2010. **Land use impacts on transport**: how land use factors affect travel behavior. Canada: Victoria Transport Policy Institute.
- MALAGUTTI, C. J. 1997. **Loteamentos Clandestinos no DF: Legalização ou Exclusão?**. 1997. Dissertação (Mestrado) Departamento de Urbanismo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília.
- OIVEIRA, C. L. 2007. **Avaliação da qualidade de vida em ambiente urbano em função da disponibilidade de serviços públicos. Estudo de Caso: Canoas, RS**. Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Civil da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. Dissertação de Mestrado. 74p.